A Universidade de Coimbra e a Independência do Brasil

Catálogo da exposição documental e bibliográfica

(Página deixada propositadamente em branco)

A Universidade de Coimbra e a Independência do Brasil

Catálogo da exposição documental e bibliográfica

COORDENAÇÃO:
João Nuno Calvão da Silva

CONCEÇÃO E TEXTOS:
Ana Maria Leitão Bandeira (AUC)
A. E. Maia do Amaral (BGUC)

CONSERVAÇÃO E RESTAURO:
Ana Margarida Quinteira (BGUC)
Elsa Girão (BGUC)

DIGITALIZAÇÕES:
José Neto (BGUC)
Elsa Figo (AUC)

REVISÕES:
Maria Aparecida Ribeiro
Elizama Almeida de Oliveira

LOGÍSTICA E APOIOS:
Reitoria da Universidade de Coimbra
Portugal. Ministério dos Negócios Estrangeiros
Embaixada de Portugal no Brasil
Vice-Consulado de Portugal no Recife
Instituto Camões, IP
Fundação Joaquim Nabuco
Associação da Imprensa de Pernambuco
Associação Portuguesa de Imprensa

DESIGN
Pedro Matias

INFOGRAFIA
Pedro Matias

EXECUÇÃO GRÁFICA
Companhia das Artes

ISBN
978-989-26-2274-3

eISBN
978-989-26-2275-0

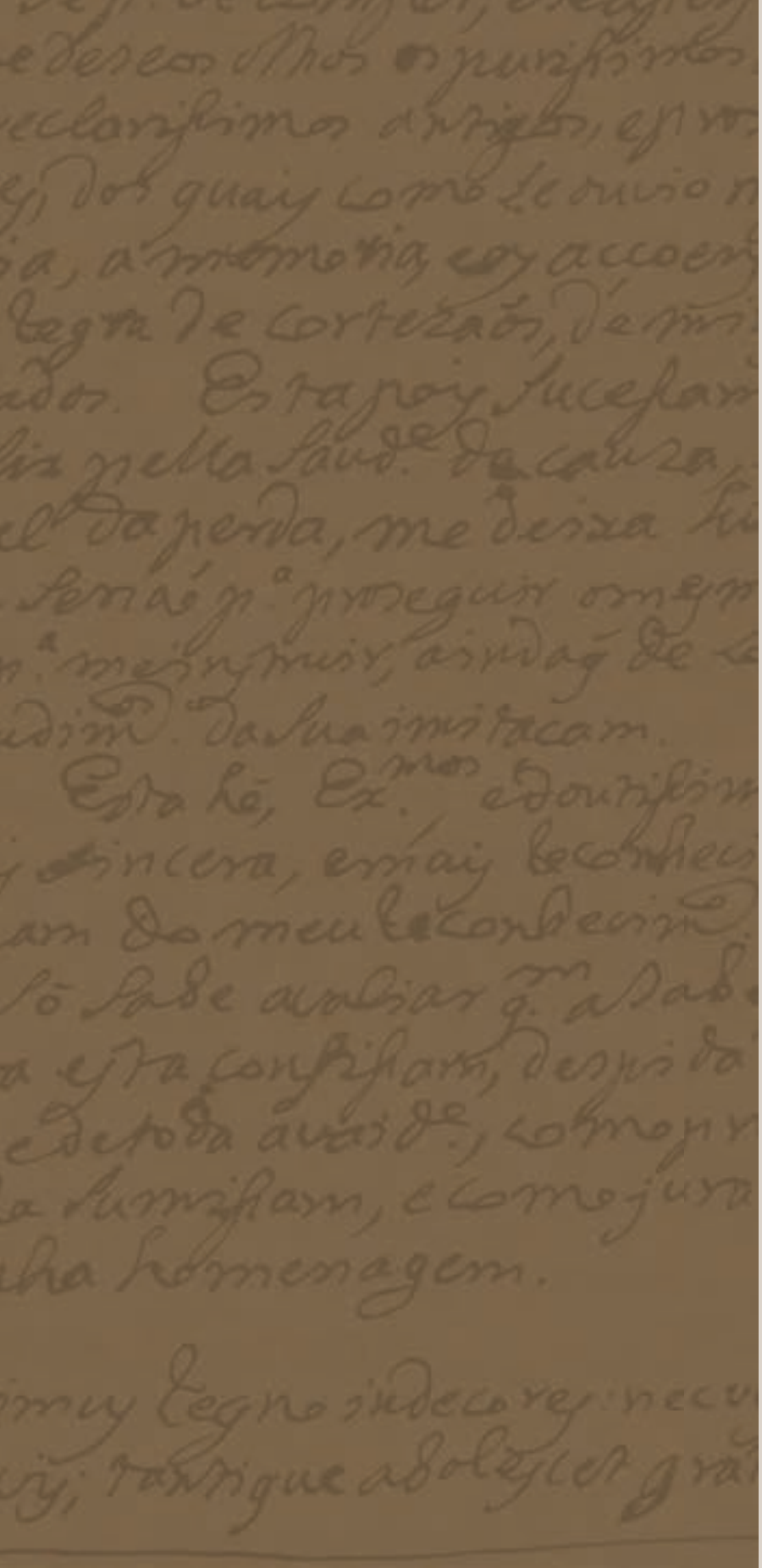
DOI
https://doi.org/10.14195/978-989-26-2275-0

DEPÓSITO LEGAL
504578/22

© SETEMBRO 2022, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Universidade de Coimbra e a Independência do Brasil

Catálogo da exposição documental e bibliográfica



Sumário

7 *A Universidade de Coimbra e a Independência do Brasil*

11 *Nota de Apresentação*

15 *Introdução*

21 *Sinopse*

23 *Universidade e Elites*

43 *Brasilidade Afetiva e Literária*

63 *Brasilidade Política*

81 *A Revolução Liberal em Portugal*

103 *Uma "Homogeneidade Ideológica"*

127 *Alguns ex-alunos na Independência*

145 *Um Certo Espírito Coimbrão*

165 *Relações da UC com o Brasil*

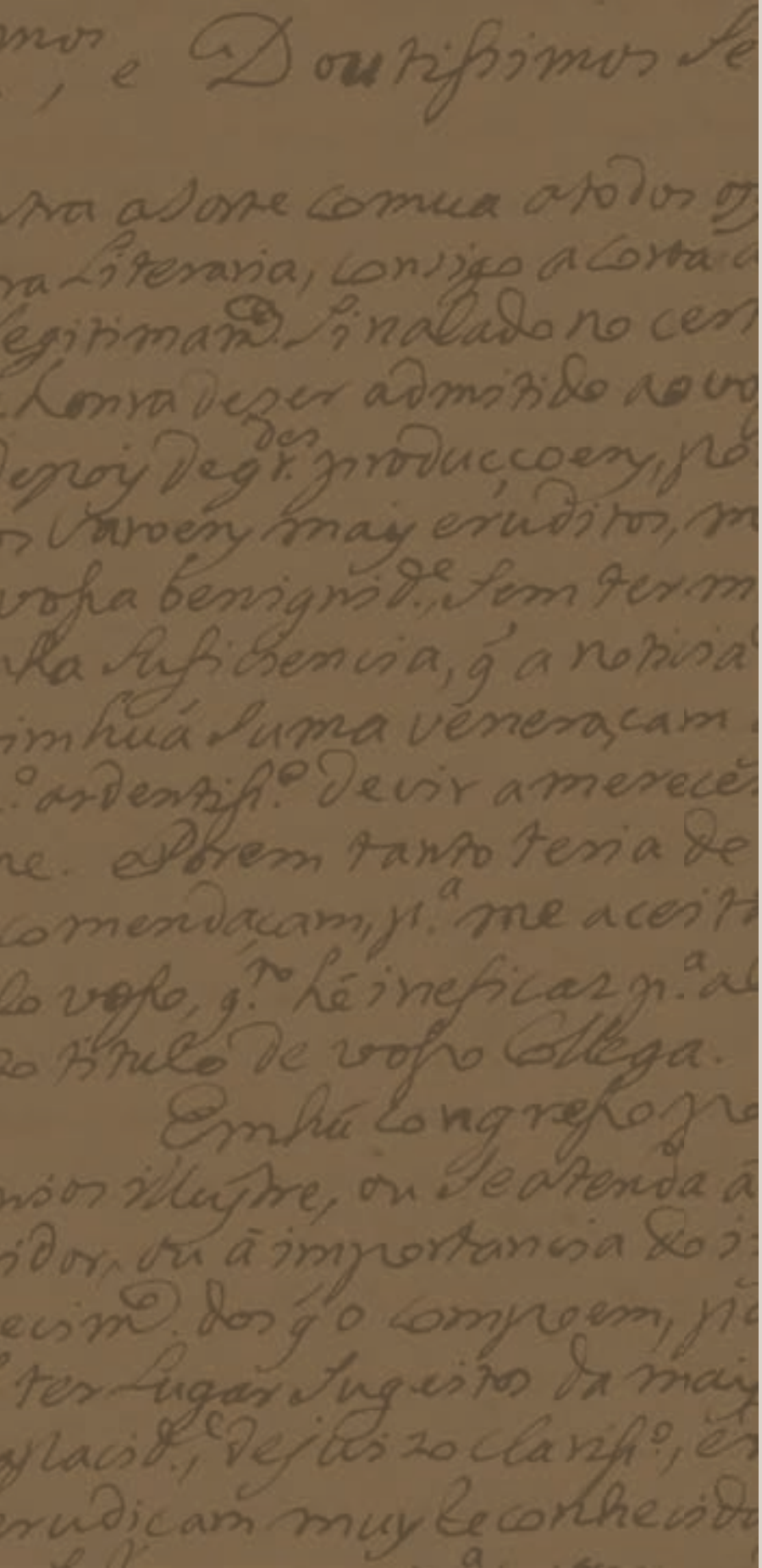
187 *Alunos Brasileiros (1800-1822)*

201 *Bibliografia*

a universidade e a indepen

de coimbra dência do brasil

Não há consciência do «eu» sem consciência do «outro». E Portugal não seria o mesmo sem o imenso pedaço desse «outro eu» chamado Brasil. Um Brasil que se tornou dono do seu próprio destino em 1822, mas que permaneceu ligado ao seu irmão português por laços de história, de língua, de cultura, de memória e de afeto de tal maneira intensos que, em boa verdade, nenhum de nós sente como «estrangeiro» um cidadão do Brasil que viva, estude ou trabalhe em Portugal, e vice-versa. Nos dias que passam, a Universidade de Coimbra acolhe no seu seio mais de 20% de estudantes não portugueses oriundos de uma constelação superior a cem países (um número elevadíssimo, a qualquer escala), dos quais mais de três quartos são … brasileiros. Portanto, a Universidade de Coimbra, a própria cidade e toda a região de Coimbra, não seriam as mesmas sem a presença diária, «gostosa» e irreverente desta mocidade que continua a atravessar o Atlântico para vir construir o seu futuro nessa terra de encantos e mistérios vários que é e sempre foi a Lusa Atenas (a expressão foi, aliás, cunhada em Quinhentos, a era do primeiro encontro em Vera Cruz). O que atrai esses jovens, o que os leva a enfrentar os desafios da mudança, o maior rigor dos invernos, os efeitos da separação da família? Talvez a consciência de que, ao voarem para tão longe, permanecem afinal, em boa medida, nos limites do seu útero materno. Ao chegar a Coimbra, à sombra da velha Torre e ao som das badaladas (agora mecânicas!) da Cabra, o estudante brasileiro



é possuído pela magia das palavras de Chico Buarque, no seu «Fado Tropical», composto escasso ano antes da madrugada libertadora do 25 de Abril:

Guitarras e sanfonas,
Jasmins, coqueiros, fontes,
Sardinhas, mandioca,
Num suave azulejo.
E o rio Amazonas,
Que corre Trás-os-Montes,
E numa pororoca
Desagua no Tejo.

Não é nostalgia, é amor correspondido. Não é luso-tropicalismo, é identidade histórica que não rejeita diferenças relevantes mas é que capaz de encontrar entre Coimbra e Recife o elo por vezes perdido, o «polegar do panda» que liga o mais íntimo de nós, com a força que Sísifo não tinha, à sua alma gémea. E esse encontro, essa festa de carinhos e emoções, acontece na Universidade de Coimbra, a mãe nutriente (*alma mater*) que alimenta os seus filhos com o leite do conhecimento técnico e científico, mas também com o sangue do pelicano que sabe que o melhor dos plasmas é o das cumplicidades profundas que a História tece e que Penélope alguma conseguiu até hoje desfazer. Escrevo estas linhas no preciso momento em que ecoa nos céus de Portugal, e em grande parte dos lares portugueses, o hino que Henrique Lopes de Mendonça e Alfredo Keil compuseram em 1890, sete decénios depois da independência do Brasil. Vejo no meu pequeno écran dois futebolistas luso-brasileiros a cantar «A Portuguesa» a plenos pulmões no centro do «gramado» do Dragão. Outro(s) entrará(ão) decerto no decurso da partida. É interessante isto: por um

lado, porque não existe nenhum outro momento tão emotivo e convocatório de sentimentos de pertença e identidade nacional quanto aquele que o desporto – ao nível de seleções – proporciona; por outro, porque o que sucede com a integração de atletas de origem brasileira na equipa nacional portuguesa não tem paralelo com qualquer outra nacionalidade. O jogo da seleção adquire, assim, um perfume de samba que nos encante e rejuvenesce, mostrando em cada passe o quanto mais pobres seríamos se não nos tivéssemos encontrado, há mais de quinhentos anos.
Foi neste caleidoscópio de emoções que a Biblioteca Geral e o Arquivo da Universidade de Coimbra deram as mãos para organizar uma exposição capaz de engolir o mar, uma mostra digna de ser vista dos dois lados do Atlântico e apta a assinalar com substância, com originalidade e de forma didática, no Recife e em Coimbra (pelo menos), os duzentos anos da independência brasileira, de que foram arautos e protagonistas tantos antigos estudantes da urbe mondeguina. Como se explica logo no início da Apresentação, quisemos sublinhar o quanto a velha corporação universitária de Coimbra tem sido importante para a história do país da «Ordem e Progresso» para além do período colonial, ou seja, nas duas centúrias que a exposição evoca. Em especial até 1911 (data em que a UC deixou de ser a única universidade portuguesa), mas mesmo para além disso; até ao momento em que concretizamos esta revisitação de memória, fazendo questão de a gravar com a perenidade que só a escrita consagra, através do Catálogo que agora se publica.
Quero agradecer a todos os que contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. Ao Senhor Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, que lançou o desafio e deu o tiro de partida. Ao Senhor Diretor da Imprensa da Universidade de Coimbra, Doutor Alexandre Dias Pereira, e à sua Diretora-Adjunta, Sra. Dra. Maria João Padez de Castro. À Senhora Diretora do Arquivo da UC, Doutora Cristina Freitas, que disse 'presente' e se juntou a nós desde o primeiro minuto. À Sra. Dra. Ana Maria Leitão Bandeira e ao Dr. António Eugénio Maia do Amaral, que foram os principais artífices desta obra. À Sra. Doutora Maria Aparecida Ribeiro, ao Doutor Fernando Taveira da Fonseca e à Sra. Dra. Elizama Almeida de Oliveira, sem cujo aconselhamento científico precioso as nossas dúvidas não teriam tido resposta. Mas também ao Dr. Múcio Aguiar (Presidente da Associação da Imprensa de Pernambuco), aos Drs. João Palmeiro e Jorge Castilho (dirigentes da Associação Portuguesa de Imprensa), à Sra. Dra. Maria Luísa Sousa Machado (Diretora-Adjunta da BGUC), às Sras. Dras. Ana Teresa Almeida e Sílvia Silva Dias (do Gabinete do Sr. Vice-Reitor), ao Dr. José Alberto Mateus (Técnico Superior da BGUC) e ao Dr. Humberto Martins (da Secretaria da BGUC), por tudo o que fizeram para que este programa expositivo se cumprisse com a dignidade que a tarefa exigia. A todos o meu muito obrigado pela colaboração amiga e entusiástica num projeto que é Torga e é Murilo, é história e é coração, é passado e é presente, mas é, sobretudo, um futuro sempre mais além.

João Gouveia Monteiro
(Diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra)

Nota de

apresentação

Os catálogos, online ou impressos, são recursos tão úteis quanto imprescindíveis no acesso ao conhecimento em arquivos, bibliotecas ou museus. Charles Ammi Cutter (1837-1903), pioneiro e referência incontornável no âmbito da Moderna Catalogação do século XX, ensina-nos quais são as funções que, tradicionalmente, devem cumprir os catálogos: mostrar os documentos existentes numa dada instituição ou serviço; ajudar a encontrar um documento através dos seus elementos distintivos; coadjuvar o/a utilizador/a na tarefa de selecionar, a partir dos documentos encontrados, aqueles que correspondem às suas necessidades. Resumidamente, os catálogos ocupam a linha de frente dos instrumentos de consulta dos acervos e são exímias fontes que informam sobre as "coleções" (de livros, de documentos, etc.), reunindo e dando a conhecer o que existe - numa biblioteca, num arquivo ou num museu - sobre um dado assunto ou matéria, destacando, assim, propositadamente, determinados itens dos restantes conjuntos aos quais pertencem. As oportunidades nascidas da evolução tecnológica, visíveis a partir dos anos 70 do século XX, deram aos catálogos o pretexto de que precisavam para a assunção de novas funções, com o duplo fito de ganhar eficácia e eficiência e de melhorar a experiência do/a utilizador/a. Na obra "The Intellectual Foundation of Information Organization", Elaine Svenonius, uma renomada bibliotecária e pesquisadora norte-americana, evidencia que a possibilidade de "navegar" através de ligações entre registos (bibliográficos, arquivísticos ou museológicos), situados em diferentes catálogos,

Caetano Maria Lopes Gama, filho de João Lopes
Cardozo Machado, natural de Pernambuco, tendo
de se-matricular no terceiro anno juridico, he lhe
preciso, q. V. Ex.ª mande, q. se lhe passe p.ª certi-
dão todos os exames, q. o Supp.e tem feito, assim

P. a V. Ex.ª seja servido man-
dar, q. ao Supp.e lhe passem
as d.as certidões, q. o habilitão
p.ª a matricula

terá sido uma das mais significativas funções que lhes foram agregadas, na sua rápida e perseverante incursão pelo desafiante e competitivo meio digital. Atualmente, com todas estas valências já largamente incorporadas, os catálogos não apenas contribuem para a organização (física e intelectual) dos recursos, como também alargam os horizontes da recuperação da informação e do acesso ao conhecimento.

O presente catálogo, muito apropriadamente intitulado "A Universidade de Coimbra e a Independência do Brasil: catálogo da exposição documental e bibliográfica", ilustra, de forma exemplar, um pouco de todas essas singularidades que rapidamente tracejamos. Conforme se aprecia, ele [o catálogo] se encontra cravejado de itens documentais (bibliográficos ou arquivísticos) que possuem um indiscutível valor - quer pela representatividade de épocas, de pessoas ou de eventos que marcaram as relações firmadas entre Brasil e Portugal, quer pela unicidade ou pela raridade dos seus conteúdos -, consistindo numa "peça" documental laboriosamente organizada com o fito de ornar, excelentemente, as comemorações em torno dos 200 anos da Independência do Brasil. Sendo este o seu principal norte, ele demarca e traduz a vontade e o simbolismo expressos na parceria celebrada entre a Universidade de Coimbra e a Fundação Joaquim Nabuco de Pernambuco. Num tal sentido, referencia e orienta os/as utilizadores/as que visitam a exposição da qual herda, merecidamente, o nome.

Como se constata, o presente catálogo teve a sua elaboração entregue a pessoas com mãos e mentes hábeis, meticulosas e diligentes no reconhecimento, na análise e na interpretação bibliográfica e documental. Porquanto, na riqueza e na diversidade das informações descritivas e nos pormenores mais discretos que nele são devidamente recordados, tornam-se percetíveis a experiência e a dedicação incutidas na sua composição.

As dificuldades, típicas dessa classe de exercício, decorrem das restrições de tempo e de espaço e da necessidade de identificar e de selecionar toda a informação pertinente para o caso, encontrando-se esta naturalmente dispersa, porque afeta aos fundos originais. Como resultado, no presente catálogo, os documentos encontram-se reunidos em torno de secções temáticas que ilustram ou reforçam algumas das mais significativas ligações luso-brasileiras, mediadas pela Universidade de Coimbra, seguindo as marcas deixadas no seu património bibliográfico e documental, constituído no decurso de vários séculos. Os documentos escolhidos trazem, em si, um valor que agrega entendimento acerca dessas relações, em tão diferentes quanto instigantes momentos, com especial destaque para Pernambuco, muito presente nesta importantíssima Coleção. Como pede a prudência, cuidaremos para não desvelar pormenores relativos aos seus conteúdos, reservando essa tarefa à sabedoria do/a leitor/a.

Em jeito de conclusão e por dever de profissão, diremos que os catálogos são, de facto, recursos com uma notável capacidade de trazer ao nosso conhecimento documentos que se conservam na penumbra dos depósitos onde pacientemente habitam. Eles contextualizam e representam os documentos que descrevem, tornando-se importantes meios para a sua difusão, em ambientes analógicos ou digitais, encontrando, nestes últimos, um lugar privilegiado, onde a sua visibilidade poderá ser quase tão imensa quanto a curiosidade e o desejo humano de conhecer e de saber.

Coimbra, 31 de março de 2022.

Maria Cristina Vieira de Freitas
(Diretora do Arquivo da Universidade de Coimbra)

Intro

dução

A exposição que se segue foi organizada a pedido do Senhor Vice-Reitor para as Relações Externas e *Alumni* para assinalar no Recife (21 de março a 31 de maio) o ano das comemorações da Independência do Brasil. Aconteceu, até, que foi este o primeiro ato comemorativo oficial a realizar-se, este ano, no Estado de Pernambuco e o primeiro realizado no Brasil, em parceria com Portugal.
A exposição resultou de um trabalho conjunto da Biblioteca Geral e do Arquivo da Universidade de Coimbra, desenvolvido a partir de abril de 2021, por técnicos das duas Unidades. A Biblioteca Geral e o Arquivo da Universidade têm alguma experiência de trabalhar em conjunto, o que lhes permitiu a conclusão relativamente rápida (e sem prejuízo de todos os outros trabalhos correntes) do guião da exposição. Que foi aprovado sem reservas pelos parceiros brasileiros.
Com uma forte preocupação de seleção, foram identificados 66 documentos/obras nos fundos arquivísticos e bibliográficos de ambas as instituições (em razoável paridade), um lote que sofreu depois uma seleção para ser fisicamente mostrado no Brasil.
O acervo do Arquivo da Universidade de Coimbra permite conhecer a frequência de estudantes brasileiros desde que, em 1574, Manuel de Paiva Cabral, o primeiro estudante originário do Brasil, (Pernambuco) chegou à Universidade. Não são apenas os dados biográficos que podem ser colhidos em certidões de batismo entregues, obrigatoriamente, mas todo o percurso académico, cujos registos ficaram lavrados em livros de matrículas, petições para inscrição,

Devendo eu expor a V. Ex.ª o plano dos estudos que julgo mais util para a Faculdade de Philosophia, preciso establecer alguns Principios que me servão como de Postulados — Creio que nenhum homem instruido na materia duvidará da sua verdade; e quando haja, ser-me ha demonstrala m.to facil.

1.º O encino das sciencias Philosophicas deve abranger todos os ramos que lhe são essenciaes.

2.º A marcha das Lições e doutrinas deve ser progressivamente do particular ao geral, do puro ao applicado; do preliminar ao principal.

3.º Não se deve gastar tempo com doutrinas menos necessarias, ou inuteis, quando há falta delle para as indispensaveis e essenciaes.

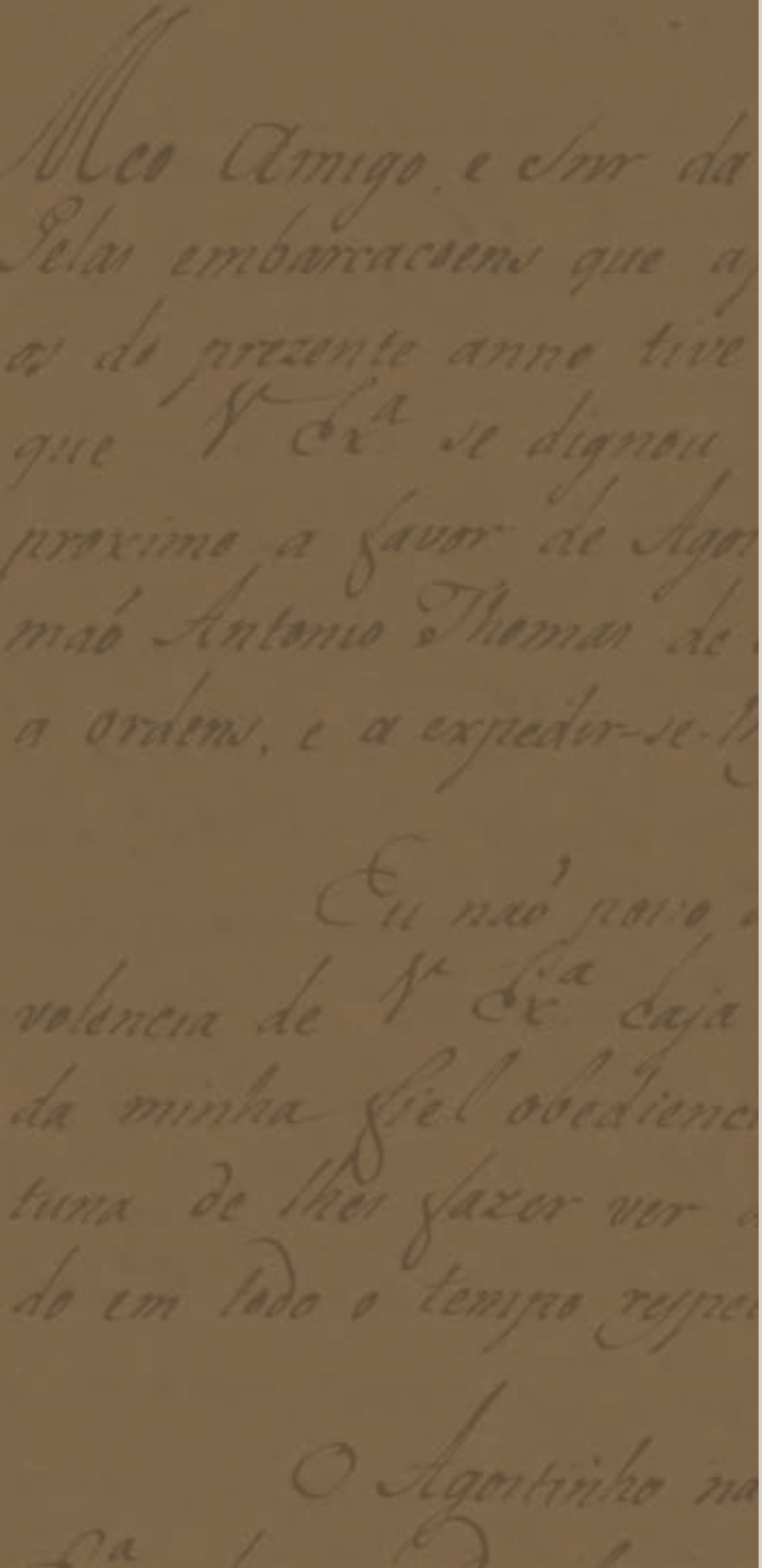
4.º Nas sciencias de applicação a theorica deve andar sempre escudada e acompanhada da practica.

5.º O encino das Faculdades Mathematica e Philosophica, que pela sua natureza relações mutuas, e praxe constante de todas as Universidades da Europa culta formão hum só todo, deve ser de modo combinado, que as suas differentes Doutrinas se ajudem reciprocamente e nunca se rompa a cadea intellectual das ideas, e noções.

Admitidos estes Principios e combinados com as

livros de exames, processos de carta de curso, etc. As personalidades que adquiriram destaque (no campo social, das letras, de uma brilhante carreira administrativa ou da política) estão representadas nesta Exposição e foram escolhidas entre esse imenso conjunto de alunos que passaram pela Universidade e aqui concluíram os seus estudos. Outros houve que não o puderam fazer, pela falta de condições familiares e económicas.
Não esqueçamos que são elites intelectuais que fazem a sua formação em Coimbra e que aqui começam a forjar laços de amizade e solidariedade que permanecerão para sempre, por partilharem os mesmos cursos, as mesmas vivências estudantis e a mesma lonjura da pátria. A adaptação do guião para o Brasil contou com sugestões da professora aposentada da UC, Doutora Maria Aparecida Ribeiro, e da doutoranda da FLUC Dra. Elizama Almeida de Oliveira, do Instituto Moreira Salles (RJ), além do conhecimento e da sensibilidade dos nossos parceiros brasileiros, a Associação de Imprensa de Pernambuco e a Fundação Joaquim Nabuco, que tão generosamente acolheu esta exposição. Para a logística, muito contámos com a experiência do Instituto Camões e a colaboração dos serviços consulares portugueses.
Aos materiais selecionados acrescentou-se neste catálogo impresso uma lista de estudantes brasileiros na UC (1800-1822), que amplia e corrige os trabalhos pioneiros de Francisco Morais e que foi extensamente trabalhada face aos documentos originais do AUC, nomeadamente das certidões de nascimento constantes dos processos de matrículas dos alunos.

Ana Maria Leitão Bandeira
A. E. Maia do Amaral



"O Brasil dispunha, ideologicamente em Portugal, a seu isolamento ideológico

(José Murilo de Carvalho,
A construção da ordem, 5ª ed., 2010)

ao tornar-se independente, de uma elite homogênea devido à sua formação jurídica treinamento no funcionalismo público e ao em relação a doutrinas revolucionárias"

Sino

pse

A ideia desta exposição é evidenciar como a importância da Universidade de Coimbra (UC) para o Brasil ultrapassa muito o período colonial, o mais frequentemente lembrado.
Na América Espanhola, as elites que deram independência aos seus 18 novos países (até 1850) foram formadas em 25 universidades distintas.
Apesar de existirem 19 Capitanias-Gerais (em 1820), é um facto histórico que o Brasil não se dividiu em 19 países. Talvez as solidariedades criadas em Coimbra entre alunos aí nascidos tenham contribuído para a manutenção da integridade do território: mais do que mineiros, baianos ou cariocas, todos ficaram, por causa dos "bons tempos de estudante", amigos e "brasileiros".

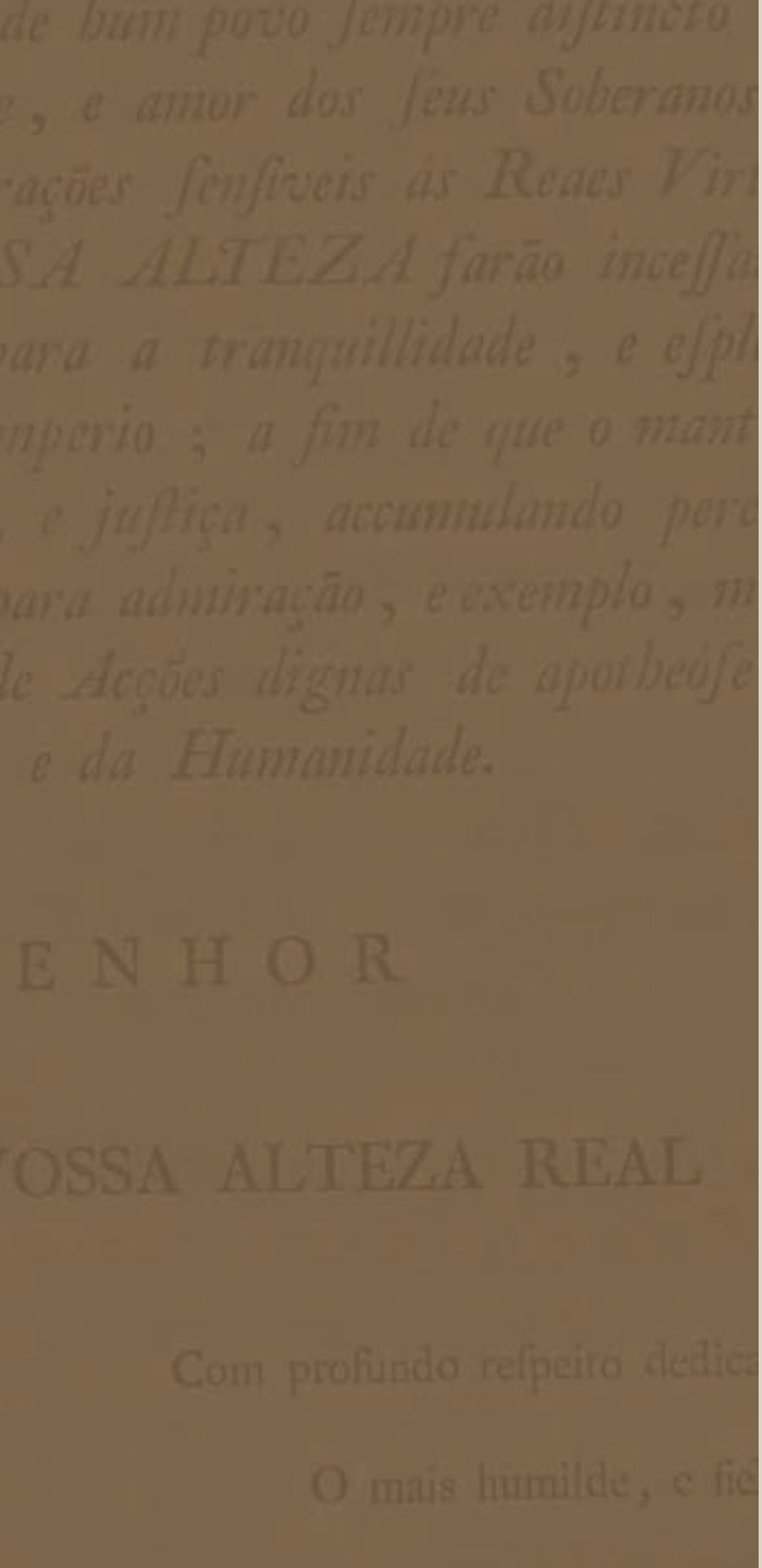
1

universidade

e

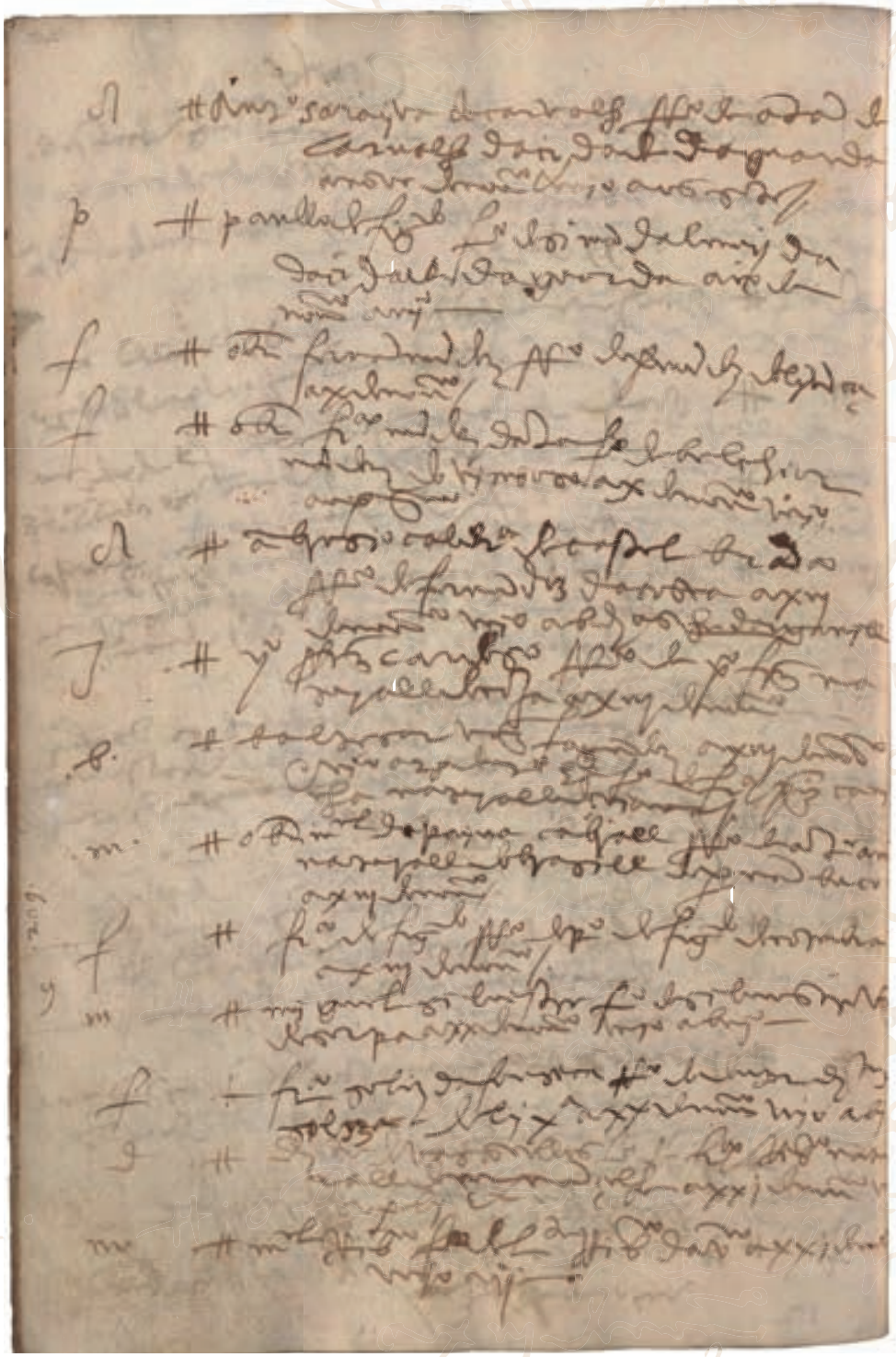
elites

A UC formou as elites de Portugal, ou de todos os territórios que então compunham o país, incluindo as ilhas atlânticas, Goa, Macau e Brasil. Por não ter existido, até 1911, outra universidade no vasto "império português", o estudante de Coimbra podia aspirar a uma carreira administrativa em Portugal ou em qualquer das suas colónias.
No Brasil, entre 1822 e 1831, apesar do analfabetismo da esmagadora maioria da população, 86,7% dos Ministros, Senadores e Conselheiros tinha formação universitária e 71,8% destes tinham obtido essa habilitação em Coimbra. Os restantes eram autodidatas, padres ou militares de carreira.



(Conselhos que dá hum Brazileiro veterano…, Lisboa, 1778)

"Se o teu intento he ires
A Coimbra a te formares,
Aproveita todo o tempo
Somente em estudares."



1.1

O primeiro aluno "natural do Brasil" (Pernambuco) frequentou a Universidade de Coimbra de 1574 a 1586, mas da sua carreira pouco se sabe: Manuel de Paiva Cabral terá ficado pelo Reino, onde é registado como Juiz de Fora em Portalegre e morador em Torres Vedras, em 1590.

Até há pouco tempo, apenas se tinha constatado que era brasileiro o primeiro aluno que na documentação universitária declara aquela naturalidade, como refere Francisco Morais (ver Bibliografia, no final), nas suas obras de 1943 e de 1949.
É unicamente nos registos de matrículas na Universidade, em 1578 e 1579, que refere ser natural de Pernambuco, pois nas matrículas anteriores apenas dissera ser natural do Brasil, o mesmo acontecendo nos seus assentos de provas de curso.
As poucas informações biográficas que aqui registamos são extraídas de um estudo genealógico de Manuel Abranches de Soveral, publicado em linha, que nos informa ainda do seu matrimónio com D. Brianda Barreto ou Brianda de Brito. Pouco mais se conhece da sua vida.

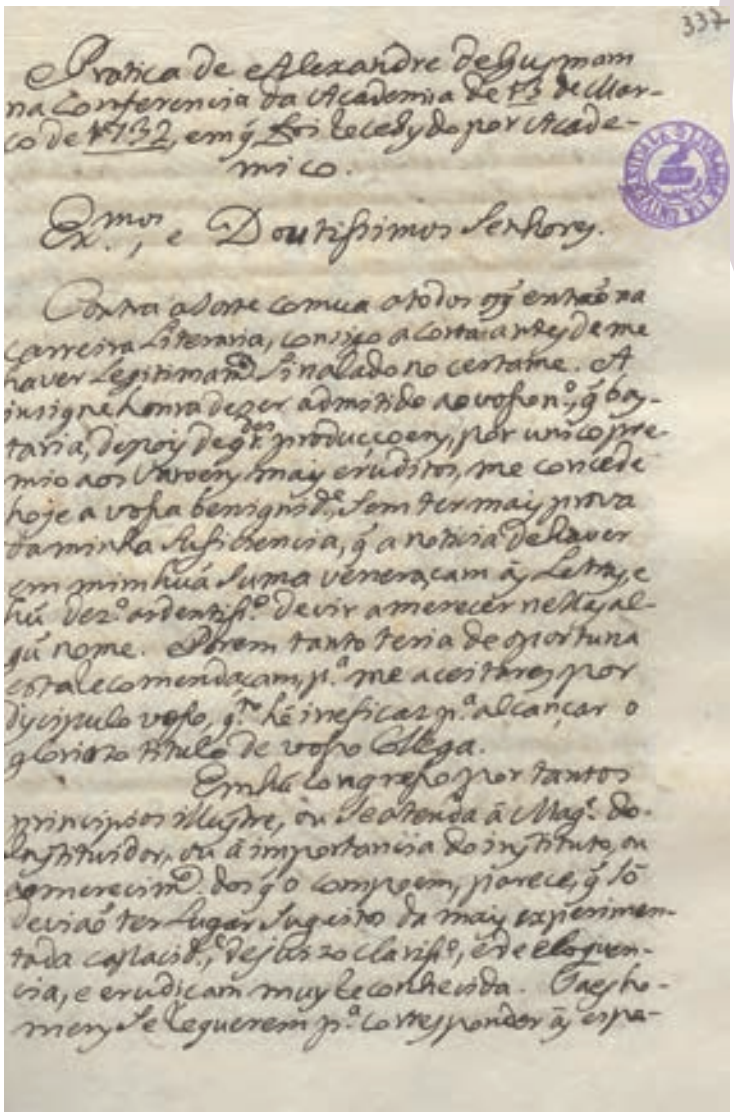
Matrícula de Manuel de Paiva Cabral na Faculdade de Leis, em 13 de novembro de 1579. Apresenta-se como bacharel, sendo filho de António Anes e "natural do Brasil de Pernambuco".

Universidade de Coimbra (F); Livros de Matrículas (SR), vol. 1, cad. 4, fl. 20v
AUC-IV-1.ªD-1-3-9

1.2

O santista Alexandre de Gusmão (irmão do "padre voador", Bartolomeu Lourenço de Gusmão) teve um papel determinante ao serviço da Coroa, como secretário particular e diplomata de D. João V. Ambos os irmãos foram alunos de Coimbra.

Sobre Alexandre de Gusmão, possui a BGUC inúmera documentação manuscrita relativa ao seu papel político e intervenção nas negociações com a Monarquia espanhola, para a fixação das fronteiras sul-americanas, e que haveriam de culminar na assinatura do Tratado de Madrid (1750). Raramente da mão do próprio (aparentemente, só o BGUC Ms. 203), essa documentação é, sobretudo, constituída por cópias, inseridas em miscelâneas poéticas ou políticas. Contudo, o volume que foi trazido para esta exposição parece fazer parte de outra série, uma série cuja maior parte se encontra nos fundos da Biblioteca Nacional de Portugal. Sobre o seu irmão Bartolomeu Lourenço, o acervo disponível na BGUC inclui manuscritos do maior interesse (nalguns casos as únicas cópias existentes), praticamente todos já incluídos no primeiro volume de uma "Brasiliana" publicada em parceria com a UERJ e a editora Andrea Jakobsson Estúdio, em 2011. A obra, amplamente colaborada e belamente ilustrada, inclui em anexo transcrições e fac-símiles das peças de temática "bartolomeana" existentes na BGUC mas, apesar de todos os nossos esforços, a riqueza documental existente é tal que nessa publicação ainda escapou uma poesia: Décimas "à fugida do P. Bartolomeu Lourenço", que figuram no BGUC Ms. 516 (f. 209).



337

Pratica de Alexandre de Gusmam na Conferencia da Academia de 13 de Março de 1732, em q. foi recebydo por Academico.

Ex.mos, e Doutissimos Senhores.

Contra a sorte comua a todos os q. entrão na carreira Literaria, consigo a costa antes de me haver legitimam.te sinalado no certame. A insigne honra de ser admitido ao vosso n.o, q. bastaria, depois de gr.des producçoens, por unico premio aos varoens mais eruditos, me concede hoje a vossa benignid.e, sem ter mais prova da minha suficiencia, q. a noticia de haver em mim huá suma veneraçam ás Letras, e hũ dez.o ardentiss.o de vir a merecer nellas algũ nome. Porem tanto teria de oportuna esta recomendaçam, p.a me aceitares por dyscipulo vosso, q.to he ineficaz p.a alcançar o glorioso titulo de vosso Collega.

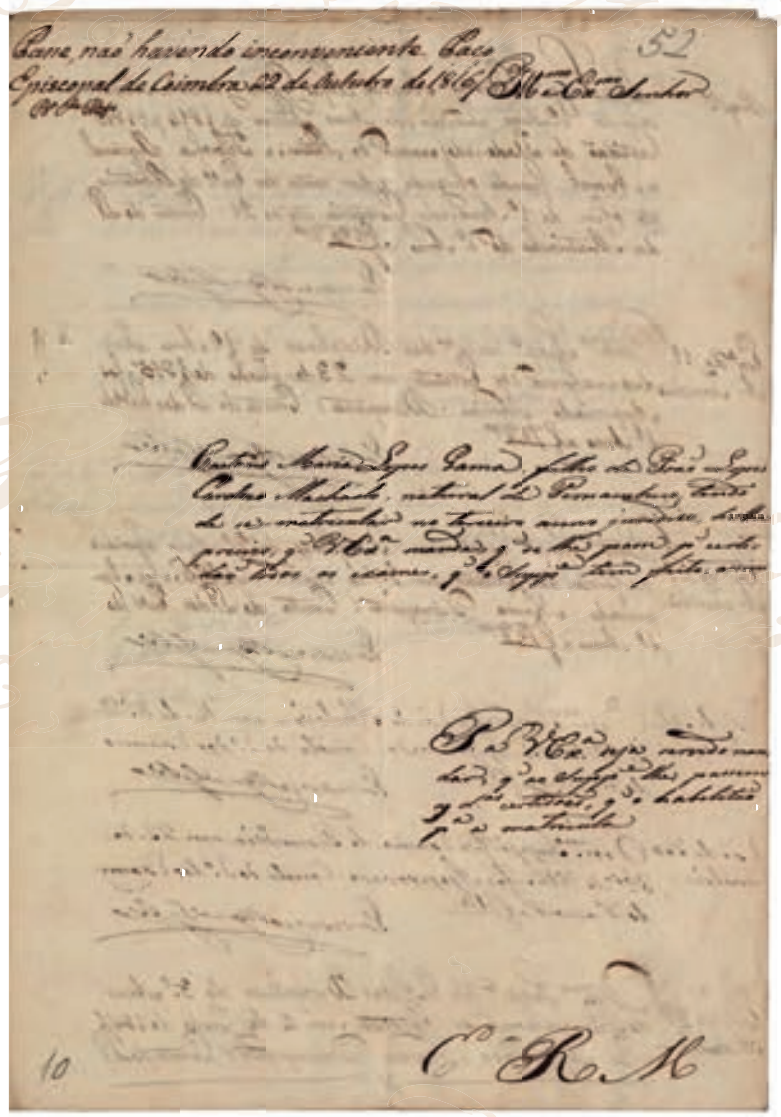
Em hũ congresso por tantos principios illustre, ou se atenda á Mag.e do Instituidor, ou á importancia do instituto, ou ao merecim.to dos q. o compoem, parece, q. sõ deviaõ ter lugar sugeitos da mais experimentada capacid.e, de juizo clariss.o, e de eloquencia, e erudiçam muy reconhecida. Taes homens se requerem p.a corresponder ás espe-

PRATICA

Pratica de Alexandre de Gusmam na Conferencia da Academia de 13 de Março de 1732, em q(ue) foy recebydo por Académico [manuscrito]. [S. l., s. n.]. Cópia.

BGUC - Cat. de Mss. vol. 8: códices 1312 a 1431 (1935).

BGUC Ms. 1 431, p. 337-347



1.3

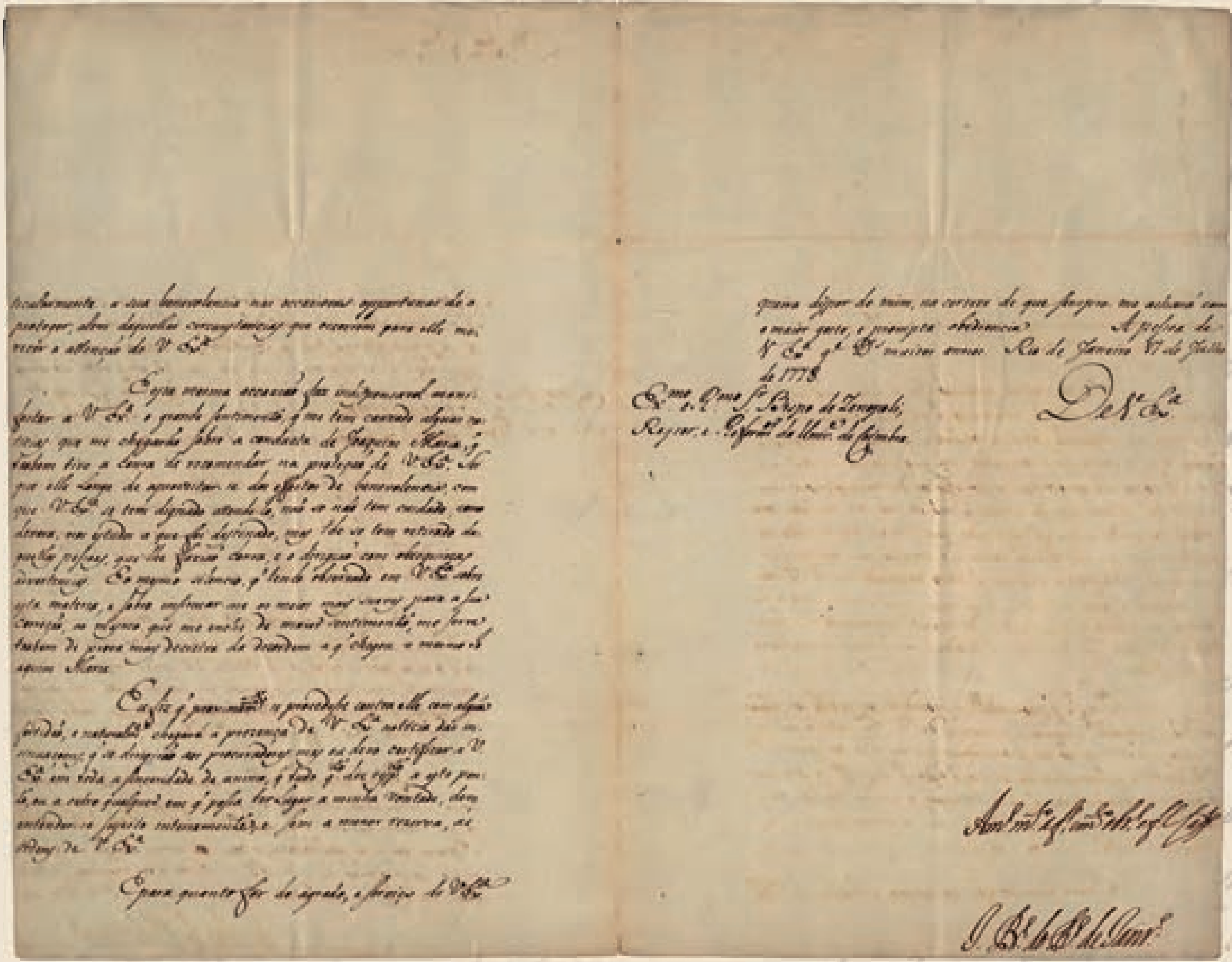
A carreira normal de um jurista formado por Coimbra era como a deste pernambucano, destinado primeiro à vida monástica, que abandonou para estudar em Coimbra. Caetano Maria Lopes Gama foi juiz de fora, ouvidor, desembargador e intendente-geral de polícia, até ingressar numa carreira política que o levaria a ministro e conselheiro de Estado.

Filho do médico João Lopes Cardoso Machado, Caetano Maria nasceu no Recife, Estado de Pernambuco, em 1795, tendo ingressado na Universidade de Coimbra em 1814. A sua certidão de batismo, entregue aquando da 1.ª matrícula na Universidade, permite saber que nasceu na "freguesia do Santíssimo Sacramento [...] do Recife". Concluiu a sua formatura em Leis, ao fazer o exame do 5.º ano, em 25.06.1819. Nesse mesmo mês e ano, acompanharam-no, na conclusão da Formatura, o pernambucano João Carlos de Almeida Amado e os colegas baianos Cassiano Espiridião de Melo e Matos, Francisco Aires de Almeida Freitas, José da Costa Carvalho Júnior, José Carlos Pereira de Almeida Torres e muitos outros. Todos eles criaram em Coimbra laços de amizade que se prolongaram ao longo da sua vida pública e das carreiras políticas que abraçaram.

Petição de Caetano Maria Lopes Gama, filho de João Lopes Cardoso Machado, natural de Pernambuco, solicitando uma certidão de todos os exames já efetuados na Universidade, para poder provar as suas habilitações e se matricular no 3.º ano jurídico.
Coimbra, 1819, out. 22.

Universidade de Coimbra (F); Processos de Carta de curso (SR), Leis – 1819
AUC-IV-2.ªD-13-1-1

Meo Amigo, e Snr da minha maior veneração, e respeito.
Pelas embarcaçoens que aportarão a esta Cidade em os principi-
os do prezente anno tive a consolação de receber as Letras,
que V. Exª se dignou dirigir-me em 16 de Setbr. do anno



ticularmente a sua benevolencia nas occasioens opportunas de o proteger, alem daquellas circunstancias que ocorrerem para elle merecer a attenção de V. Exª.

Esta mesma occasião faz indispensavel manifestar a V. Exª o grande sentimento q me tem causado algumas noticias que me chegarão sobre a conducta de Joaquim Maria, q tambem tive a honra de recomendar na protecção de V. Exª. Se por elle longe de aproveitar-se dos effeitos de benevolencia com que V. Exª se tem dignado attende-lo, não se tem cuidado com decoro, em estudar o que lhe [illegible], mas tão se tem retirado daquellas pessoas, que lhe [illegible], e o [illegible] com [illegible] advertencias. Eu mesmo [illegible], q tendo observado em V. Exª sobre esta materia, [illegible] os meios mais suaves para a sua correcção, [illegible] que me enche de maior sentimento, me forçam [illegible] de prova mais decisiva da desordem a q chegou o mesmo Joaquim Maria.

[illegible] o procedimento contra elle com alguma [illegible], e naturalmente chegará a presença de V. Exª noticia das [illegible] q se dirigirão aos procedimentos mas eu devo certificar a V. Exª com toda a sinceridade do animo, q tudo q [illegible] a este [illegible], ou a outro qualquer que q possa [illegible] a minha vontade, [illegible] sujeito inteiramente, e sem a menor reserva, ao Arbitrio de V. Exª.

E para quanto for do agrado, e serviço de V. Exª queira dispor de mim, na certeza de que sempre me achará com o maior gosto, e prompta obediencia. A pessoa de V. Exª g. D. muitos annos. Rio de Janeiro 17 de Julho de 1778.

De V. Exª

Exmo e Rmo Snr Bispo de Zenopolis, Reytor, e Reformador da Univer. de Coimbra

[illegible signature]

[illegible signature]

ser attendido como Afilhado de V. Exª.

Nesta occazião passa a seguir os estudos maiores
nessa Universidade Antonio Telles Barretto, que, alem de mui-
to que merece por seo Pay o Snr Francisco Telles Barretto de

1.4

No entanto, alguns brasileiros tiveram as mais extraordinárias carreiras em Portugal, como D. Francisco de Lemos, um natural de Marapicu (Nova Iguaçu, RJ), que foi Bispo de Coimbra e executor da Reforma pombalina, duas vezes Reitor da Universidade.

O seu irmão mais velho, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, também natural do Rio de Janeiro, doutorado em Cânones em 10.07.1744, foi sempre o seu confidente e conselheiro quando, em Lisboa, já ocupava os cargos de Procurador da Coroa e Desembargador do Paço. Manteve uma regular correspondência com D. Francisco de Lemos que se conserva no AUC, exemplares testemunhos da sua ligação fraternal.
A correspondência de outros familiares e amigos é reveladora dos insistentes pedidos de protecionismo, em Coimbra, aos que vinham do Brasil para a Universidade ou para o Seminário Maior Diocesano. Nesta carta do Bispo do Rio de Janeiro, dirigida a D. Francisco de Lemos, refere-se a diversos alunos da Universidade para os quais pedira a proteção de D. Francisco de Lemos, estendendo esse pedido a António Telles Barreto que vinha também para a Universidade, filho de Francisco Telles Barreto de Menezes, juiz dos órfãos do Rio de Janeiro: *"confio se fará digno da proteção de V. Ex.ª"*. António Telles Barreto viria a obter a formatura em Leis, em 11.05.1785.

Carta do Bispo do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, dirigida a D. Francisco de Lemos.
Rio de Janeiro, 1778, jul. 29.

D. Francisco de Lemos (F); Correspondência (SR)
AUC-VI-3.ª 1-3-29

1.5

Nenhuma carreira política estava vedada aos brasileiros no Império português ou na sua capital: Bernardino Machado, um carioca, chegou até a Presidente da República Portuguesa, situação que, inversamente, não seria possível no Brasil.

Augusto BOBONE, 1852-1910
[Aula de Antropologia da Universidade de Coimbra, regida por Bernardino Machado]. [material gráfico]. Lisboa, 1902.
Disponível em: https://am.uc.pt/item/46374

UCFCT Ciências da Vida - Antropologia 169/60

Bernardino Luís Machado Guimarães nasceu de pais portugueses no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1851. Em 1860, todos regressaram definitivamente a Portugal, fixando residência em Joane (Famalicão). Em 1872, Bernardino optou pela nacionalidade portuguesa. Matriculou-se na UC em 1866. Depois de ter cursado Matemática, acabou por se formar em Filosofia (Ciências), com teses de licenciatura (1875) e de doutoramento (1876) que revelaram desde logo um espírito brilhante. Em 17 de abril de 1879, foi nomeado catedrático de Filosofia e, entre outras cadeiras, passa a dirigir em exclusividade a nova cadeira de Antropologia, a partir de 1883. Com Bernardino Machado a disciplina da Antropologia fica pela primeira vez institucionalizada no contexto universitário português. Republicano, entendia ele que *"uma Universidade deve ser escola de tudo, mas sobretudo de liberdade."* Na sua presidência, prestou especial atenção ao ensino (ou à "instrução pública", como então se dizia), nomeadamente ao ensino feminino. A foto que se mostra é de uma aula de Bernardino Machado lecionando o curso de Antropologia de 1896/97 no Colégio de Jesus, e mostra, entre outros, um aluno sentado e fardado, que virá a ser também um efémero Presidente da República Portuguesa, o general Sidónio Pais. O original desta foto está digitalizado e disponível em *Almamater*, a biblioteca digital de fundo antigo da UC.

PRINCIPIOS
DE
DIREITO MERCANTIL
E
LEIS DE MARINHA

PARA USO
DA MOCIDADE PORTUGUEZA,
DESTINADA AO COMMERCIO,
DIVIDIDOS
EM OITO TRATADOS ELEMENTARES,
CONTENDO A RESPECTIVA LEGISLAÇÃO PATRIA,
E
INDICANDO AS FONTES ORIGINAES
DOS
REGULAMENTOS MARITIMOS
DAS
PRINCIPAES PRAÇAS DA EUROPA.

POR

JOSÉ DA SILVA LISBOA,
Deputado, e Secretario da Meza de Inspecção da Agricultura, e Commercio da Cidade da Bahia.

15158

LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA. Anno 1798.
Com Licença de Sua Mageſtade.

Livr.ª do R. Coll.º dos Militares

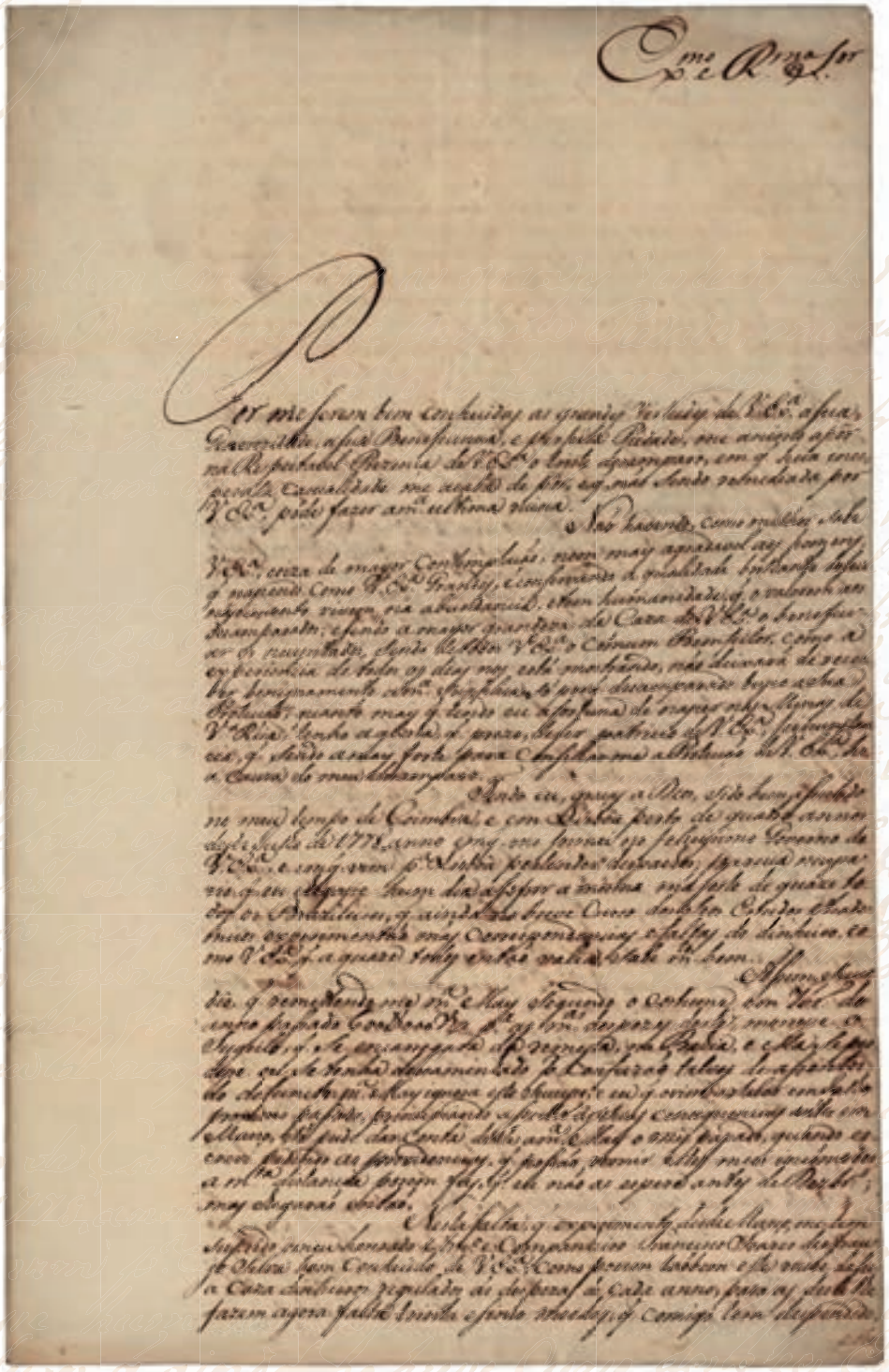
1.6

Nem todos os que iam para Coimbra eram ricos: pobre, filho de mãe baiana e de pai português, José da Silva Lisboa viu-se obrigado a reger Grego e Hebraico no Colégio das Artes para se sustentar, antes de ficar conhecido como economista e legislador e vir a obter a mercê de Visconde de Cairu.

A biografia do autor permanece mal conhecida, como ainda recentemente assegurava Luiz Ramiro Junior no site da Biblioteca Nacional do Brasil: *"muito se deve e pouco se conhece de José da Silva Lisboa, primeiro barão e visconde de Cairu"*. Inocêncio Francisco da Silva, no seu *Diccionario* (5:124) assegura que já era substituto no Colégio das Artes, quando se formou, em 1779. Isto mesmo pudemos comprovar pela documentação universitária: foi nomeado professor substituto ordinário das duas cadeiras de Grego e Hebraico no Colégio das Artes, por carta de provimento de D. Francisco de Lemos, de 23.11.1778. A escolha desta peça para a exposição, a primeira obra de vulto de José da Silva Lisboa, em desfavor dos mais conhecidos *Principios de economia politica…*, tem a ver com o erro persistente de identificação da primeira edição (até na *Wikipedia*) como impressa em Lisboa, em 1801. Como fica patente no volume I, que se mostra, a obra é constituída por três partes, com um *Appendice das Formulas de Apolices, e Leis sobre Seguros e Materias Conexas* e começou a ser impressa em 1798.

José da Silva LISBOA, 1756-1835
Principios de direito mercantil e leis de marinha. [1ª ed.].
Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1798.

BGUC 4-1-19-19 (apenas se mostra o vol.1)



1.7

"Má sorte de quase todos os Brazileiros" era a falta de dinheiro, de que este estudante de Guarapiringa (Vila Rica) se queixa ao Bispo. Ao dar como referências abonatórias "conterrâneos" (dois mineiros e um carioca), esta carta desvenda-nos um pouco das suas sociabilidades.

José Filipe Ferreira Cabral, que frequentou a Faculdade de Leis de 1773 a 1778, ano de sua formatura, dirige-se nesta carta a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, como Reitor da Universidade e Bispo de Coimbra, solicitando auxílio pecuniário pois não tem outros meios de subsistência e a sua família não lhe envia do Brasil o que necessita, tendo-se mesmo extraviado o valor que lhe fora remetido por sua mãe. Serviu-lhe de amparo, nas suas despesas de sobrevivência, o colega Francisco Soares de Araújo Silva, natural de Mariana (MG). Ao Bispo de Coimbra indica como pessoas capazes de dar de si boas informações, além desse seu "salvador", os conterrâneos José Joaquim de Azeredo Coutinho e José Joaquim Vieira Godinho.
Este será um dos muitos exemplos de estudantes com uma situação económica precária, própria de quem vivia longe da terra natal e sem apoio familiar.

José Filipe Ferreira CABRAL, ca 1765- ?
Carta de José Filipe Ferreira Cabral a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.
[Lisboa?], 1782, set. 6.

Cabido da Sé de Coimbra (F); Petições de esmolas (SR), 1782
AUC III-1ª D-6-4-23

Illmo e Exmo Snr Bispo Conde Reformor

UNIVERSIDADE LIVRARIA DA

Philosophia speculativa
verdadeiramente tal segundo o
estado desta sciencia na
Europa.

Arithmetica, Geometria e Trigonometria

2º anno.

Zoologia, e Botanica, e Orychognosia.
Algebra, e calculo sublime.

3º anno.

Chimica geral, e particular.
Physica geral, e especial.

4º anno.

Mineralogia, e Geologia em toda
a sua extensão.
Technologia das Manufacturas
Fabricas e artes fabris.

5º anno

Agricultura em todos os seus ramos.
Metallurgia physica e Chimica.

O enuno deste ultimo anno requer lic-
ções nas Aulas, e viagens pelo Reino.

Curso Mathematico.

1º anno

Arithmetica, Geometria, &a
Zoologia e Botanica.

2º anno.

Algebra e calculo sublime.
Chimica geral e particular.

3º anno.

Phoronomia.
Physica geral e especial.

4º anno.

Mechanica celeste.
Mineralogia e Geologia.

5º anno.

Astronomia practica.
Hydraulica practica.

Curso preparatorio p.a a Medicina.

1º anno.

Zoologia e Botanica.
Arithmetica e Geometria.

2º anno.

Chymica geral e particular.
Algebra, &a

3º anno

Physica geral e especial.
Mineralogia.

Deste modo salvão-se os Principios acima estabe-
lecidos, e ficão em vigor quasi todas as disposições
dos Estatutos. Se os Medicos e Mathematicos
não ficão sujeitos á Aula de Philosophia spe-
culativa, q. lhes não hê indispensavel, são obriga-
dos todavia ao exame deste preparatorio, como
se practicou até agora.

Os exames annuaes dos Medicos, e Mathema-
ticos se farão á parte, segundo cada Faculdade
e talvez p.a elles [illegible]

dos est
de de
Princ
Creio
teria
ser-me

ophica
ão esp

nas
o gera

puro ao applicado; do preliminar ao p
pal.

3º Não se deve gastar tempo com doutrinas menos
rias, ou inuteis, quando hâ falta dell

1.8

José Bonifácio de Andrada teve uma carreira internacional como Professor de Metalurgia da Universidade de Coimbra, até se aposentar e regressar ao Brasil para se tornar o "Patriarca da Independência".

José Bonifácio de Andrada e SILVA, 1763-1838
[*Proposta de reforma dos planos de estudos dos cursos de Filosofia, Matemática e preparatórios de Medicina*]. [manuscrito], Coimbra, 1807 jan. 17.
Carta autógrafa, assinada.
BGUC – *Catál. de manuscritos. vol. 19:* códices 2529 a 2625. Coimbra, 1946. BGUC – *Catál. de manuscr. relativos ao Brasil*. Coimbra, 1941.

BGUC Ms. 2536, nº 12

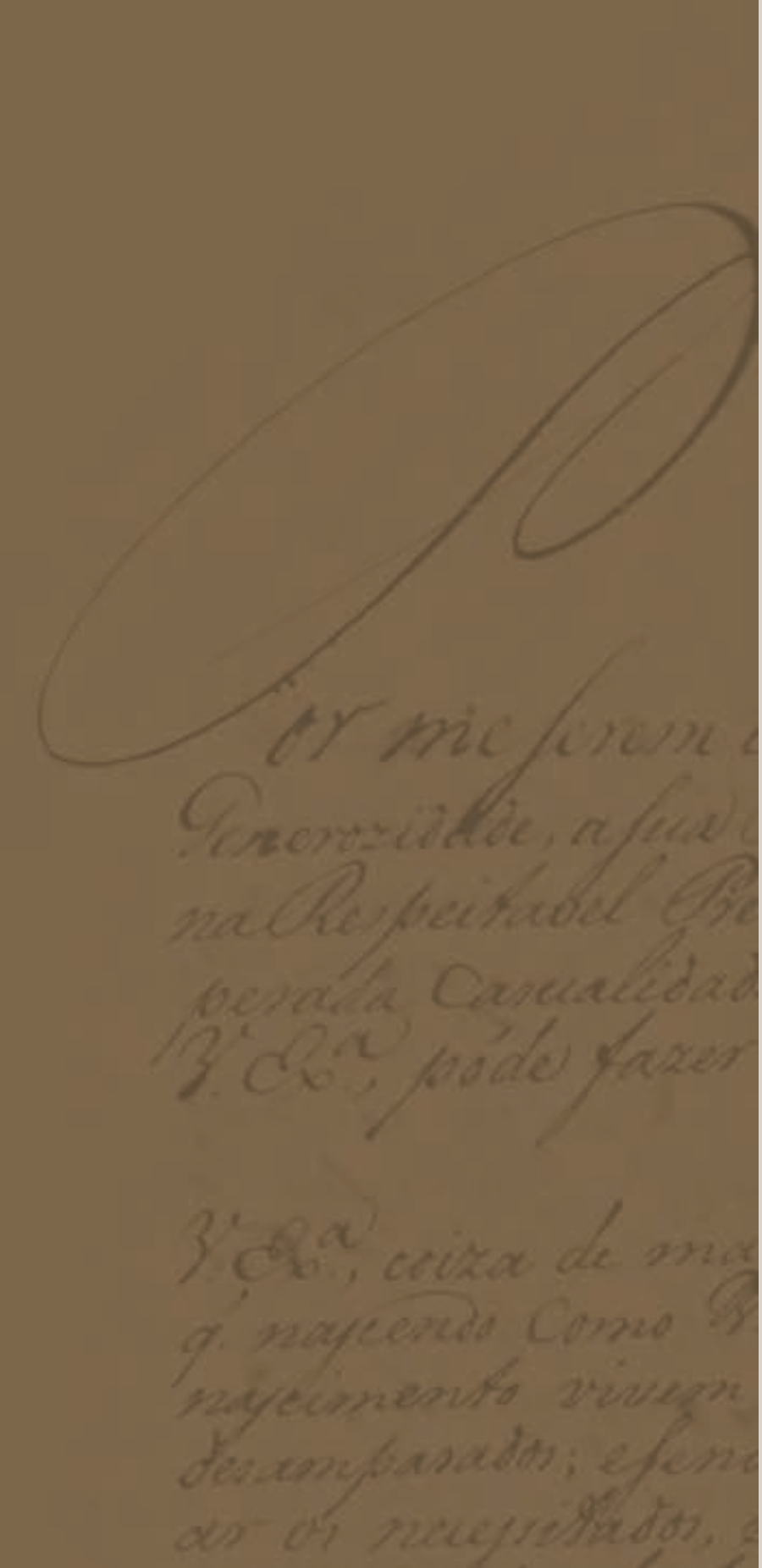
Apesar de a BGUC ter publicado em 1941 um catálogo de manuscritos relativos ao Brasil, a notícia desta carta autógrafa de José Bonifácio parece que nunca foi muito divulgada, e por essa razão nem sequer foi incluída na extensa e competente base de dados da Obra Completa do Estadista em <https://www.obrabonifacio.com.br> sendo, assim, praticamente inédita para os brasileiros. Este projeto de reforma foi escrito, sem dúvida, a pedido do Reitor, mas não terá tido sequências, o que não deve ter sido surpresa para José Bonifácio. O *"maior drama de sua vida"*, no dizer de Otávio Tarquínio de Sousa, foi a imobilidade da administração que veio encontrar em Portugal porque *"não lhe facultaram jamais os recursos indispensáveis aos trabalhos de que se incumbira: as verbas de que dispôs foram mesquinhas e insuficientes, a aparelhagem técnica antiquada, os auxiliares ou incompetentes ou destituídos de zelo e entusiasmo"*.
No ano anterior, José Bonifácio já tinha escrito em carta ao conde de Linhares: *"Estou doente, aflito e cansado e não posso com tantos dissabores e desleixos. Logo que acabe meu tempo em Coimbra e obtenha a minha jubilação, vou deitar-me aos pés de S.A.R. para que me deixe acabar o resto dos meus cansados dias nos sertões do Brasil, a cultivar o que é meu"*.

2 afetiva

brasilidade e literária

Como outros lugares de emigração/exílio, Coimbra contribuiu para criar entre os estudantes de naturalidade brasileira um sentimento de pertença. Aqui, escreveu Gonçalves Dias a sua icónica *Canção do Exílio* (julho de 1843), aqui, todos eles idealizaram uma "pátria" brasileira, inventada a partir das saudades, como escreveu o poeta baiano Domingos Borges de Barros:

"Sítios qu'outrora amei, quanto mudastes!
Como sois feios, e deixei-vos lindos:
O sítio é nada, as afeições são tudo."



“em

(Cláudio Grugel do Amaral, Monte de Apolo, 167-?)

Portugal me fiz,
tal qual poeta”

Duas mil vezes i lamava
por Sylvia, mas sem remedio
porq̃ sô as vozes penhas

Duas mil vezes i lamava
por Sylvia, mas sem remedio
porq̃ sô as vozes penhas
me respondiaõ nos ecos
Bem sabeis q̃ a sua vista
de mi mesmo menaõ lembro
porq̃ em louqueiro de Amore,
a sua vista enlouqueço,
Bem sabeis q̃ em mil caricias
a Sylvia tanto venero
q̃ tudo o q̃ naõ he Sylvia
para mim he tudo vento.
Se emfim penas, nisto minto
morra por fados advercos
ou aos rigores de hũ golpe
ou a podes de hũ veneno.
Agora q̃ confeceis
do meu amor os excessos
vinde penas acabayme
matayme ja sentimentos.

Cornucopia
Que em o congresso Poetico
dos famosos Academicos Noctuarios
Selebremente seteçeo
Em os selebrados cornos q̃ pos a formosa
Sylvia
A seu amante Lizardo
Offerecea, e dedicaa
O Desengano
A todos os Amantes mentecaptos, Bilhaquos
Anciosos Fantalos, e
Aerios Camelhos
Em os enganosos amores de Freyras
Imprimios
A Disquiriçaõ
A custa dos mesmos Nescios.

para mim he tudo vento.
Se emfim penas, nisto minto
morra por fados advercos

2.1

Como afirma Francisco Topa em artigo publicado em "O Eixo e a Roda" (v. 29, n.º 3, 2020), a poesia barroca deste carioca que estudou em Coimbra é uma "paródia da Sílvia *de Lizardo", portanto, um tema clássico português, ainda sem quaisquer vestígios de brasilidade.*

Esta obra também só muito recentemente foi "recuperada" para o campo da literatura luso-brasileira do século XVII, pelo investigador Francisco Topa. O cuidado manuscrito que se conserva na BGUC é o único conhecido e parece ter sido preparado para a imprensa, mas ficou inédito por alguma razão que desconhecemos. Como diz o investigador, que está a preparar a edição integral desta compilação, *"é inegável que Cláudio Grugel do Amaral não tem o génio do seu contemporâneo Gregório de Matos; é inegável que à obra que nos deixou, bem menos ampla e diversificada, falta o sabor local que faz as delícias do leitor contemporâneo do* Boca do Inferno; *mas creio ser também inegável que essa obra evita a dicção pomposa e fria que caracteriza boa parte da poesia de Manuel Botelho de Oliveira, tendo a vantagem adicional de recorrer a vários registos e de juntar a prosa ao verso."*

Cláudio Grugel do AMARAL, ca. 1681-1752
Monte de Apolo ; Parnazo das Muzas [manuscrito]: *Obras variadas de Claudio Grogel do Amaral* / Recopiladas por Ezope de Homero Mendes.
[Coimbra?, 167-?].

BGUC Ms. 354

AO AUTHOR

SONETO

ENtro pelo Uraguay: vejo a cultura
Das novas terras por engenho claro;
Mas chego ao Templo magestoso, e paro
Embebido nos rasgos da pintura.

Vejo erguer-se a Republica perjura
Sobre alicerces de hum dominio avaro:
Vejo distinctamente, se reparo,
De Caco usurpador a cova escura.

Famoso Alcides, ao teu braço forte
Toca vingar os sceptros, e os altares:
Arranca a espada, descarrega o córte.

E tu, Termindo, leva pelos ares
A grande acção; já que te coube em sorte
A gloriosa parte de a cantares.

Do Doutor Ignacio José de Alvarenga Peixoto, graduado na faculdade de Leis pela Universidade de Coimbra.

2.2

Um tema "nativista" brasileiro é, pela primeira vez, explícito no poema de Basílio da Gama, instrumental de uma bem-sucedida apróximação política do seu autor ao Marquês de Pombal, de quem veio a ser Secretário.

Da primeira edição deste livro existem na BGUC três exemplares, o que pode estranhar-se para um texto que, depois da morte do Marquês de Pombal, perdeu o favor público, foi desprezado e os exemplares disponíveis recolhidos (interrogamo--nos se pelas autoridades de D. Maria ou pelo próprio autor?) e eventualmente destruídos.
O exemplar que trazemos a esta exposição mostra--se aberto num *Soneto* em louvor do autor (e amigo, pois partilhavam cumplicidades poéticas), assinado pelo "Doutor Ignacio José de Alvarenga Peixoto / graduado na Faculdade de Leis pela Universidade de Coimbra". Esta primeira edição termina com outro Soneto laudatório por Joaquim Inácio de Seixas Brandão, "Doutor em Medicina pela Universidade de Montpellier" e colega de Basílio na Arcádia Romana.

José Basílio da GAMA, 1741-1795
O Uraguay: poema. [1ª ed.]
Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1769.
Borba de Moraes (1983) I, 338-9; Período colonial pp. 148-50. Sacramento Blake IV, 330-4. Innocêncio 4:268-271.

BGUC 4-26-2-35

CARAMURÚ.

POEMA EPICO.

CANTO I.

I.

DE hum Varão em mil casos agitado,
Que as praias discorrendo do Occidente,
Descubrio o Reconcavo affamado
Da Capital Brazilica potente:
Do Filho do Trovão denominado,
Que o peito domar soube á fera gente;
O valor cantarei na adversa sorte,
Pois só conheço Heróe quem nella he forte.

II.

Santo Esplendor, que do grão Padre manas!
Ao seio intacto de huma Virgem bella;
Se da enchente de luzes Soberanas
Tudo dispensas pela Mãi Donzella;
Rompendo as sombras de illusões humanas,
Tu do grão caso a pura luz revéla;
Faze que em ti comece, e em ti conclua
Esta grande Obra, que por fim foi tua.

III.

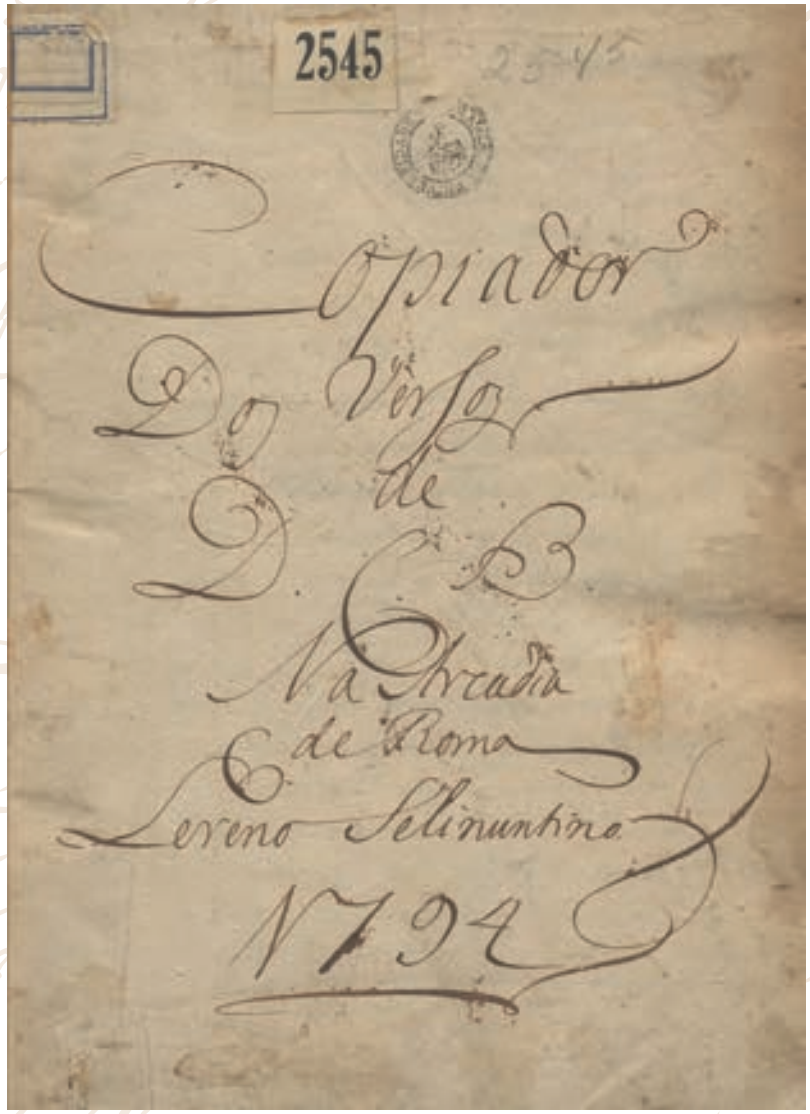
2.3

O Caramuru, *que volta a introduzir um assunto brasileiro na poesia, foi escrito em Coimbra e publicado em Lisboa. A obra histórica de José de Santa Rita Durão tem recentemente sofrido inúmeras releituras.*

Não nos cabe avaliar o contexto social ou literário deste famoso texto, o seu valor ou a falta dele, mas apenas anotar que, nos últimos anos, ele está a receber muito mais atenção e a ser muito mais escrutinado. Enquanto biblioteca, estaremos, porventura, mais interessados na passagem de José de Santa Rita Durão por Coimbra, primeiro como aluno e, depois, como docente de Teologia. Dessa passagem, sobrevive na BGUC uma peça muito curiosa e pouco conhecida intitulada *"Descripção da funsão* [sic] *do Emperador de Eiras que se costuma fazer todos os anos em o Mosteiro de Cellas junto a Coimbra…"* (BGUC Ms. 40, f. 112-113v). Trata-se de uma curta composição poética *"em verso macarrónico"* que, por cópia do erudito paleógrafo Doutor João Pedro Ribeiro, sobreviveu à destruição que o próprio autor fez de toda a sua produção poética, diz-se que desgostoso com a receção deste *Caramurú*, em Lisboa.

José de Santa Rita DURÃO, 1722-1784
Caramurú: poema epico do descubrimento da Bahia. [1ª ed.].
Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1781.

BGUC 1-5-1-12


2545
Opiador
Do Verso
de
D. C. B.
Na Arcadia
de Roma
Lereno Selinuntino
1794

2.4

Manuel Bandeira, na sua Apresentação da Poesia Brasileira *(1946), considera Domingos Caldas Barbosa o primeiro poeta de "sabor inteiramente nosso". Filho de um português e de uma mulher de origem africana, o padre, muito detestado pelos seus contemporâneos na Corte de Lisboa, divulgou ali modinhas e lunduns.*

Domingos Caldas BARBOSA, 1738?-1800
Copiador Dos Versos de D. C. B. Na Arcadia de Roma Lereno Selinuntino.
[S. l.]. 1794.
Ms. Autógrafo. A data que figura na pág. de título corresponderá apenas ao início da escrituração do Caderno, que tem composições datadas até 1799.

BGUC Ms. 2 545

Por ser bastante menos conhecido do que a sua publicada *Viola de Lereno*, mostra-se este copiador de poesias de Domingos Caldas Barbosa, que se conserva na coleção de manuscritos da BGUC. Pode estranhar-se a data de 1738 interrogada que damos na rubrica de entrada deste autor. Com efeito, a data de nascimento do poeta permanece desconhecida e controversa, existindo diversas versões acerca do tempo e das circunstâncias em que aconteceu. Porventura, a mais interessante é a de ter nascido a bordo de um navio, entre Rio de Janeiro e Bahia. Neste caso, os registos universitários não ajudam ao esclarecimento, porque na sua época não era obrigatório os estudantes entregarem certidão de nascimento quando se matriculavam na UC. Na "rubrica uniforme de autor" do catálogo coletivo das bibliotecas da UC, a data de 1738 adotou-se em conformidade com a tese de Afrânio Coutinho, segundo a qual Caldas Barbosa teria nascido no dia 4 de agosto de 1738. Contudo, ao elaborar este catálogo, e uma vez que a Biblioteca Nacional de Portugal lhe assinala, com mais prudência "ca. 1739", escolhemos acrescentar o ponto de interrogação, para chamar a atenção para a incerteza e para não ficarmos imobilizados numa escolha talvez errada, mas que foi feita há muitos anos pelos nossos catalogadores e que só será alterada se aparecerem, entretanto, argumentos mais convincentes.

JOZÉ DA NATIVIDADE SALDANHA

Natural de Pernambuco, e Estudante do terceiro Ano de Leis na Universidade de Coimbra.

POESIAS

OFERECIDAS

AOS

AMANTES DO BRAZIL

POR SEU

JOZÉ DA NATIVIDADE SALDANHA

Natural de Pernambuco, e Estudante do terceiro Ano de Leis na Universidade de Coimbra.

Floribus, fave, novus ingreditur tua Templa Sacerdos.

TIBULL. L. 2. Eleg. 5.

UNIVERSIDADE LIVRARIA DA
Livraria do Dr. Pedro de Moura e Sá

COIMBRA,

NA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

1822.

COIMBRA,

NA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

1822.

2.5

No próprio ano da proclamação da Independência, a Imprensa da Universidade publicou esta coleção de poesias relativas ao Brasil, da autoria de José da Natividade Saldanha, homem negro pernambucano "estudante do terceiro ano de Leis".

Há uma constatação que ainda não foi feita claramente pelos historiadores, mas que depois da pesquisa realizada para esta exposição nos parece sobremodo evidente e julgamos que será também evidente para o público: em 1822, não terá existido qualquer reação adversa violenta à Independência do Brasil, pelo menos na comunidade estudantil de Coimbra. Perante o panorama dos documentos aqui reunidos, parece-nos claro que não existiu discriminação anti-brasileira ou, sequer, racista dentro da Imprensa da Universidade de Coimbra, que por estes anos publicou diversos livros de alunos ou de professores originários do Brasil, e que ostentam, orgulhosamente todos eles, tal naturalidade bem explícita na página de título. O que parece dizer algo dos próprios autores, naturalmente, mas também confirmar que, entre o público português a que estes livros se destinavam, tal sentimento anti-brasileiro não tivesse existido.

José da Natividade SALDANHA, 1796-1832
Poemas oferecidos aos amantes do Brazil...
Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822.
A página de título está mutilada e foi completada à mão, incorretamente, como "Poe[sias] ofere[cidas] ao[s] amantes [do Brazil]".

BGUC 869.0(81)-1 Saldanha SAL

logo declarando que Odorico era poeta. Convergiram, pois, todas as attenções para este, a quem deram os veteranos como castigo o seguinte mote da *Marilia de Dirceu*.

Desfallece, cie, urra, treme e morre.

que elle glosou n'este soneto:

Sae Minotauro com feroz bramido
Pelo intricado labyrintho horrendo,
Os passos multiplica a Theseu vendo,
Cego de fome em colera accendido.

Sem perturbar-se o moço destemido,
Mede o hiforme atroz que vem correndo;
Ariadne bella dentro n'alma tendo,
Fica ainda mais que elle endurecido.

Que vae perdel-a, se na luta expira,
Cheio de ancia e de amor o heroe discorre,
E esta lembrança mais lhe augmenta a ira:

Em furia o Minotauro tambem corre,
Preme-lhe o peito; o monstro a lingua tira,
Desfallece, cie, urra, treme e morre! [1]

(Caminho de Coimbra, 1816.)

Em Coimbra, depois de frequentar as aulas de philosophia racional e de grego no collegio das artes, hoje enfeitado á grega com o appellido de lyceu, matriculou-se no curso de philosophia como voluntario, prestando exame no cabo das materias que constituiam os primeiros annos da faculdade medica e constituem em outras universidades da Europa materias accessorias.

[1] Este e o precedente sonetto são inedittos.

Foram para Odorico Mendes esses dois annos de ausencia da patria bem angustiosos e repassados de saudades e melancholia.

Com o espirito inclinado desde a puericia ás musas, como já disse, vieram-lhe ainda mais incitar a phantasia seus tristes pensamentos e os poeticos e encantadores campos de Coimbra, com o sussurrante Mondego a espreguiçar-se por elles, soluçando plangente entre os alamos e sinceiraes, a quem beijam suas limpidas e serenas aguas. E quem deixará acaso n'essa terra tão louçã e formosa de ser poeta? E quando se o é de vocação, não ha n'ella tantos encantos a provocar e exaltar a imaginação para se ella desentranhar em cantos sonorosos?

Foi ahi, foi n'esse tempo tão placido e descuidado que Odorico compoz com todo o viço e ardor da mocidade. E n'essa primavera, que nunca volta, que o pensamento vôa nas azas das ficções doiradas pelas regiões dilatadas do ideal; é então que as crenças puras e a fé viva ainda não sentiram o halito frio do scepticismo a murcharem até as iniquilar as nobres aspirações e o enthusiasmo! N'essa quadra maravilhosa faz-nos a esperança entrever um mundo risonho de fagueiras illusões, e no futuro amplos horisontes, que, como as miragens deslumbradoras do Egypto, nunca encontrámos depois na prolongação da existencia.

Nas horas que furtava aos estudos, entregava-se todo ás recordações da patria e da deusa de seus sonhos, traduzindo em estrophes esses favoritos devaneios. Foi então que escreveu uma excellente collecção de versos que,

2.6

O Brasil nunca deixará de ser tema literário para estudantes brasileiros, em Coimbra. António Henriques Leal garante que esse também foi o caso de Odorico Mendes, mas, infelizmente, perdeu-se o caderno poético que cá terá escrito.

António Henriques LEAL, 1828-1885
Pantheon maranhense: ensaios biographicos dos maranhenses illustres já falecidos.
Lisboa: Imprensa Nacional, 1873-1875.
4 vol.

BGUC 9-(2)-6-6-26/29 (apenas se mostra o vol.1)

Fazer versos era uma ocupação corrente e prestigiante para os estudantes. Nesta obra, Henriques Leal conta o seguinte episódio passado com Odorico Mendes: "Vinha elle na sua jornada de companhia com mais dois estudantes brazileiros e outros dois portuguezes. Estes para se livrarem da troça de certos veteranos que encontraram em uma das estalagens da estrada, foram logo declarando que Odorico era poeta. Convergiram, pois, todas as atenções para este, a quem deram os veteranos como castigo o seguinte mote da Marilia de Dirceu. *Desfallece, cáe, urra, treme e morre* que elle glosou n' este soneto:

Sae Minotauro com feroz bramido
Pelo intrincado labyrintho horrendo,
Os passos multiplica a Theseu vendo,
Cego de fome em colera accendido.

Sem perturbar-se o moço destemido,
Mede o hiforme atroz que vem correndo;
Ariadne bella dentro n'alma tendo,
Fica ainda mais que elle embravecido.

Que vae perdel-a, se na lucta expira,
Cheio de ancia e de amor o heroe discorre,
E esta lembrança mais lhe augmenta a ira:

Em furia o Minotauro tambem corre,
Preme-lhe o peito; o monstro a lingua tira,
Desfallece, cáe, urra, treme e morre!"

(Caminho de Coimbra, 1816)

2411

ODE

Á MORTE

DO ILUSTRISSIMO E EXCELENTISSIMO SENHOR

D. FRANCISCO DE LEMOS
DE FARIA PEREIRA
COUTINHO,

BISPO DE COIMBRA, CONDE D'ARGANIL,
REFORMADOR REITOR DA UNIVERSIDADE,

Á QUAL E A TODO O BISPADO

DEDICA

UM BRASILEIRO
SAUDOSO E AGRADECIDO.

COIMBRA,
NA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

1822.

2.7

Residente no Rio de Janeiro, é na Imprensa da Universidade de Coimbra que João Severiano Maciel da Costa vai publicando os seus livros e também esta Elegia *ao Reitor-Reformador, assinada como "brasileiro saudoso e agradecido".*

Com título quase idêntico (e idêntico propósito), publicou a Imprensa da Universidade de Coimbra naquele ano de 1822 inúmeras composições poéticas lamentando o passamento do bispo carioca e Reitor-Reformador Dom Francisco de Lemos. São composições elegíacas, no sentido de lutuosas e lamentosas, não no sentido de poemas constituídos por hexâmetros e pentâmetros alternados, como também poderia entender-se tal designação de *Elegia*.
Nesta ocasião, além deste seu conterrâneo, natural do Rio de Janeiro, publicaram sobre o mesmo assunto, só em Coimbra, Francisco Marques Coelho de Sousa, Fr. António José da Rocha, Manuel José Coutinho Pereira de Sousa Meneses e José Vicente Gomes de Moura, sem contar com os variados relatos circunstanciados das cerimónias fúnebres que então se realizaram.

João Severiano Maciel da COSTA, 1769-1834
Ode á morte do Ilustríssimo e Eiscelentissimo [sic] *Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho …*
Coimbra: na Imprensa da Universidade, 1822.

BGUC Misc. 131, Nº 2 471 (encadern. com outros)

Que chega a hora do mortal assedio,
Em quanto a voz premitte a todo custo.
Mostrarei que ao meu mal naõ tenho tedio,
Que na certeza de perder a vida,
Alivio deve ser a despedida.

XXVII.

A Deos primeiramente alta Nobreza,
Distinctas geraçoens, e Fidalguia,
A Deos prezados troncos da grandeza
Da mais resplandecente Jerarquia:
Magistrados sublimes de inteireza;
Columnas, que adornais a Mornarquia,
A Deos tudo, que he gente altiva, e boa,
Que fazem ser pompoza a alta Lisboa.

XXVIII.

A Deos Aulas, a Deos, a Deos Estudos,
Onde Heroes conheci intelligentes,
Taõ sabios, taõ discretos, taõ agúdos,
Que sempre triumpharaõ florecentes:
Nos pontos mais sutis, naõ foraõ mudos,
Antes deraõ respostas diligentes,
Deixando nos seus raros argumentos
Para os tempos futuros documentos.

XXIX.

A Deos Praças, a Deos, a Deos Milicia
A Deos Conquistadores esforçados,
Que abateis o Orgulho, e a Malicia
De inimigos crueis, e rebellados;
A ventura vos seja taõ propicia,
Que vos faça no Mundo respeitados.
Tanto que o Luzitano Diadema
Em qualquer parte se venere, e tema.

XXX.

A Deos sabios, Legistas respeitaveis,
Que a par do Luzo Trono floreceis
Fazendo, que nos sejaõ agradaveis
As justas instrucçoens das Regias Leys:
Seraõ em nossos peitos memoraveis
Os grandes documentos que escreveis,
Eu delles vou; naõ cuides que invejozo
A dizer-vos verdade vou saudozo.

XXXI.

A Deos Corpo brilhante da Marinha,
Que sulcais essa humida morada,
Pela qual veloz Náo hoje caminha,
Fazendo minha pena mais dobrada:
Que dita naõ será, que gloria minha,
Quando vos a visitar na Patria amada,
Que saudando-vos logo, assáz contente,
De grato passarei a reverente.

XXXII.

A Deos Claustro onde vivem os talentos,
A virtude, a razaõ, a Inteireza,
Onde os mais delicados pensamentos
Saõ despidos de tudo o que he leveza:
Onde os homens tem mais merecimentos,
Pois respira entre elles singelleza,
Sem que o cargo por mais altivo mude
Dos seus constantes peitos a virtude.

XXXIII

A Deos supremos filhos do Deos louro,
Que tendes no alto Pindo mór assento,
Que os premios alcançais de seu thezouro,
Cada hum pello seu merecimento:

2.8

Para qualquer estudante que por cá tenha passado, brasileiro ou de qualquer outra nacionalidade, nunca terminam as saudades de Coimbra. A cidade com as "Aulas" e os "Estudos" também foi incluída nestas Saudades de Lisboa.

Seja pela ignorância que temos da sua vida ou pela insignificância da sua inspiração poética, estas "Saudades de Lisboa" não seriam obra que tivesse de figurar obrigatoriamente numa exposição, não fosse a sua curiosidade como testemunho de um culto literário que prestaram à terra portuguesa (e a Coimbra, particularmente) inúmeros outros luso-brasileiros, poetas relevantes ou versejadores de segunda linha, em todos os tempos.
Sobre este poeta "pardo" ignorado nada mais haveria a dizer do que transcrever o que dele diz Inocêncio Francisco da Silva: "poeta, ou antes versejador, nascido no Brasil, residente por algum tempo em Lisboa, e cujo nome não acharia logar no presente *Diccionario*, se as modificações que tive de fazer no desenho primitivo não franqueassem a porta a tantas mediocridades" (*4*:92). Acrescente-se apenas que dele sobreviveram meia dúzia de folhetos (de igual estima), todos publicados em Lisboa.

Joaquim José de Santana ESBARRA, ? -1791?
As saudades de Lisboa no coração brazileiro…
Lisboa: na Offic. de José Aquino de Bulhões, 1791.

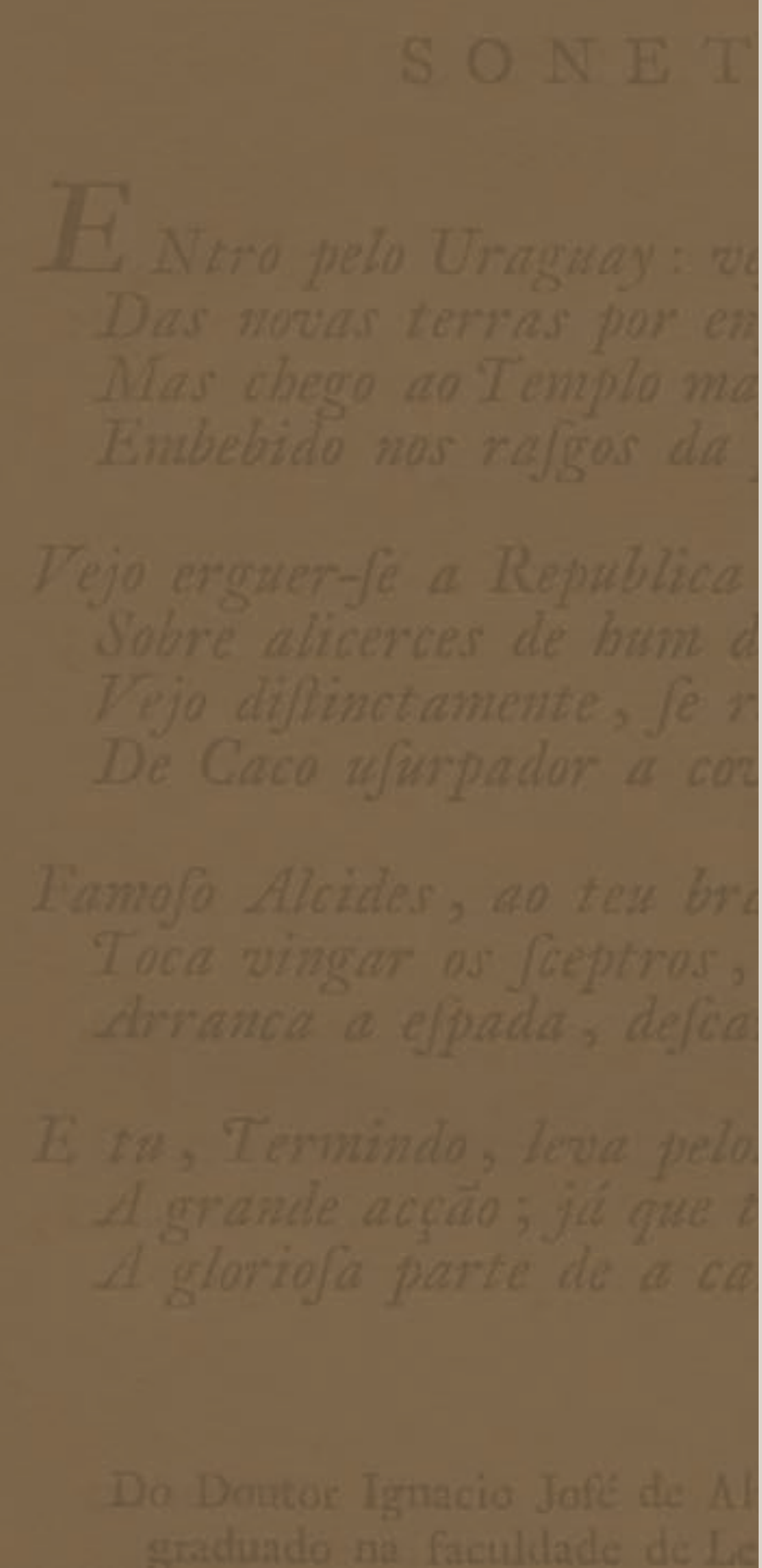
BGUC Misc. 455, Nº 7 615 (encadern. com outros)

3

brasilidade

política

A brasilidade, que começou por ser afetiva e literária, só depois se regista como um projeto independentista, no plano político.
Sobre o papel da Universidade neste processo de lenta consciencialização recorde-se, a título de exemplo, o número de antigos alunos de Coimbra presentes na Conjuração Mineira: José Álvares Maciel, Tomás António Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, José da Silva e Oliveira Rolim, José Joaquim da Maia e, do outro lado da barreira, o juiz António Diniz da Cruz e Silva e o próprio governador da época, o Visconde de Barbacena.


SONET

E Ntro pelo Uraguay : ve
Das novas terras por em
Mas chego ao Templo ma
Embebido nos raſgos da

Vejo erguer-ſe a Republica
Sobre alicerces de hum d
Vejo diſtinctamente, ſe r
De Caco uſurpador a cor

Famoſo Alcides, ao teu bra
Toca vingar os ſceptros,
Arranca a eſpada, deſca

E tu, Termindo, leva pelo
A grande acção; já que t
A glorioſa parte de a ca

Do Doutor Ignacio Joſé de Al
graduado na faculdade de Le

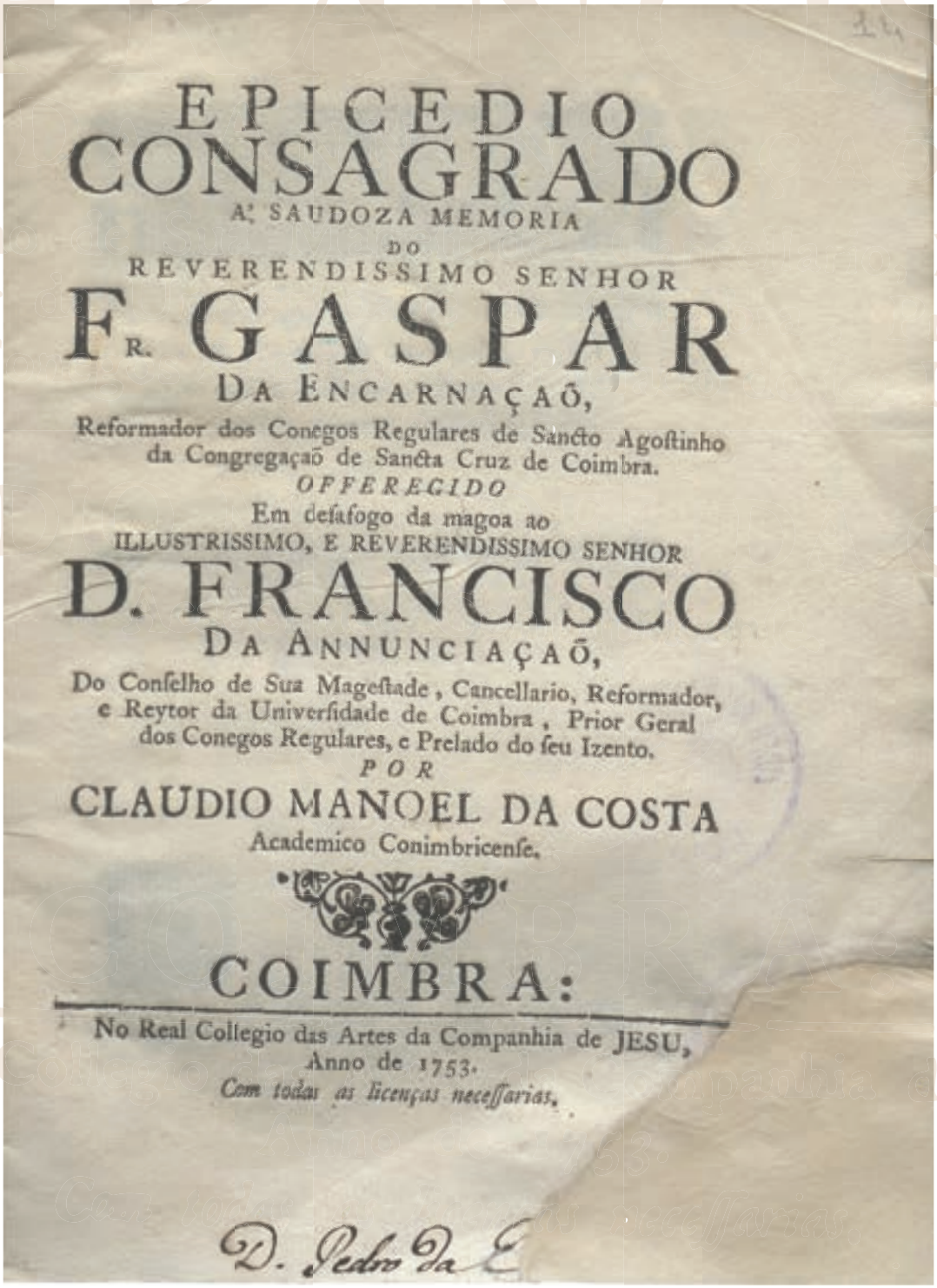
(Domingos Borges de Barros, in O Patriota, 1813)

“Veio-me co’a razão o amor da Pátria,

Aquela enobrecendo, este incitando

O estudo, vereda encontrar busco

Qu’a prol da pátria os passos me encaminhe.”



EPICEDIO CONSAGRADO

A' SAUDOZA MEMORIA

DO

REVERENDISSIMO SENHOR

F. GASPAR

DA ENCARNAÇAÕ,

Reformador dos Conegos Regulares de Sancto Agoſtinho da Congregaçaõ de Sancta Cruz de Coimbra.

OFFEREGIDO

Em deſafogo da magoa ao

ILLUSTRISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR

D. FRANCISCO

DA ANNUNCIAÇAÕ,

Do Conſelho de Sua Mageſtade, Cancellario, Reformador, e Reytor da Univerſidade de Coimbra, Prior Geral dos Conegos Regulares, e Prelado do ſeu Izento.

POR

CLAUDIO MANOEL DA COSTA

Academico Conimbricenſe.

COIMBRA:

No Real Collegio das Artes da Companhia de JESU,
Anno de 1753.
Com todas as licenças neceſſarias.

D. Pedro da E

3.1

Cláudio Manuel da Costa, bacharel em Cânones, advogado e poeta arcádico, envolver-se-ia na Conjuração Mineira aos 60 anos de idade, o que viria a precipitar a sua morte.

Cláudio Manuel da COSTA, 1729-1789
Epicedio consagrado à saudoza memoria do Reverendissimo Senhor Fr. Gaspar da Encarnaçaõ, reformador dos Conegos Regulares...
Coimbra: no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1753.

BGUC J.F.-43-3 A-1

A obra de Cláudio Manuel da Costa não se ficou pelo versejar de estudante em Coimbra, evidenciando uma inspiração que permaneceu ao longo da vida, patente nas *Obras poéticas* (1768) e em *Vila Rica* (1773).
Este folheto foi fácil de isolar para poder ser levado à exposição que promovemos na Fundação Joaquim Nabuco (Recife), em março de 2022, por estar incluído numa miscelânea não-encadernada, o que é muito invulgar na BGUC. O exemplar da miscelânea tem um pertence manuscrito incompleto "D. Pedro da E..." que, com bastante segurança, se pode atribuir a D. Pedro da Encarnação (1729-após 1803), o conhecido e celebrado bibliotecário do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra. *Dominus Petrus Bibliothecarius* (como era conhecido no claustro) exerceu aquelas funções na riquíssima biblioteca do mosteiro crúzio em dois períodos, de 1747 a 1778 e de 1783 a 1798, portanto durante quase toda a sua vida. Além de bibliotecário douto e argutíssimo, D. Pedro foi um notável bibliógrafo, como asseguram os catálogos que no seu tempo redigiu e que se conservam nos fundos manuscritos da BGUC. Como religioso, não devia possuir bens pessoais, pelo que julgamos raríssimos os exemplares de livros com a sua assinatura de posse. A BGUC possui seis, pelo menos.

NO DIA
DA
INAUGURAÇÃO
DA
ESTATUA EQUESTRE
D'ELREY N. SENHOR
D. JOSÉ I.

SONETO.

VEncer Dragão, que as Furias deſenterra;
Co' ás Artes adornar Sceptro, e Coroa;
Da triſte cinza erguer aos Ceos Lisboa;
Pôr freio as ondas, e dar Leis á Terra;

Tudo JOSÉ na heroica Mão encerra.
O Bronze ſe levanta: o prazer voa;
E o ſeu Nome immortal a Fama entoa
Entre cantos da Paz, e ſons da Guerra.

Oh Rainha do Téjo, neſte Dia
Ao Pai da Patria o Tempo vê com ſuſto,
E a adorar a ſua Imagem principia.

Ouço acclamar o Grande, o Pio, o Juſto.
Quanto oſtentais brilhantes á porfia
Vós a gloria de Roma, Elle a d'Auguſto!

De Manoel Ignacio da Silva Alvarenga,
Eſtudante Ultramarino na Univerſidade de Coimbra.

3.2

Filho de um músico pobre, Silva Alvarenga assina este soneto como "estudante ultramarino na Universidade de Coimbra". A sua identidade política poderá ser afrancesada e revolucionária (como se verá na Inconfidência Carioca), mas não é ainda "brasileira", em 1775.

Manuel Inácio da Silva ALVARENGA, 1749-1814
Soneto [*no dia da inauguração da Estatua Equestre d'ElRey N. Senhor D. José I*].
[Lisboa: s.n., 1775].
F. avulsa.

BGUC Misc. 661, Nº 10.336 (encadern. com outros)

Em alternativa a esta publicação, considerámos a possibilidade de trazer para a exposição um dos exemplares (a BGUC possui 3 e não 2, como ficou dito no nosso catálogo de 2012) do fastidioso poema *O Desertor*, obra do período conimbricense e cujo assunto tem tudo a ver com a Universidade de Coimbra.
Este Soneto e uma Ode feita na mesma ocasião serão posteriores, mas têm, quanto a nós, a vantagem de afixar em evidência esta mensagem identitária, de estudante "ultramarino" da Faculdade de Cânones.
A questão do posicionamento identitário ou propriamente ideológico de Silva Alvarenga é questão ainda muito discutida e para a qual o documento que apresentamos em fac-símile nos parece um contributo a ter em causa: Silva Alvarenga escolheu sempre ser "Árcade ultramarino" ou "Estudante ultramarino", o que parece centrar a sua identidade no continente europeu. Outros dizem-se "brasileiros", outros "americanos", outros ainda nada dizem sobre a sua origem. Existem, pois, escolhas entre os nascidos no Brasil que publicaram em Portugal, logo pode e deve perguntar-se e, de seguida, averiguar-se: serão tais escolhas significativas?

3.3

Em relação aos brasileiros, não detetamos em Coimbra a mesma aversão que lhes tinham (ou fingiam ter) as mulheres de Lisboa: "Fujamos, Delmira amada,/De tudo que he Brazileiro:/E dos filhos da Bahia/Devemos fugir primeiro."

Foi com a publicação deste tipo de folhetos, jocosos e polemizadores, que se entreteve a sociedade letrada lisboeta durante a maior parte do século XVIII. Com efeito, este documento é uma resposta, igualmente anónima, aos *Conselhos, que dá hum Brazileiro veterano a todos os seus Patricios, que chegarem a esta Corte: em que lhes mostra as cousas, de que se haõ de livrar, para em tudo acertarem, e viverem com honra. Advertencias saudaveis contra o genero femenino, que he o que mais arruina, como primeira causa dos nossos trabalhos todos, &c.* com 1ª edição em Lisboa: Na Off. de Francisco Sabino dos Santos, 1778, também disponível na biblioteca digital *Almamater* da UC. O título corrente desta peça é *Dialogo entre Marcina, e Delmira*, existindo outra edição com título ligeiramente diferente, também datada de 1778 (*online* em John Carter Brown Library).

M. D., 17--
Discurso, que fizeraõ duas Senhoras portuguezas, depois de lerem o papel dos Conselhos, que deu hum Brazileiro a todos os seus Patricios …
Lisboa: na offic. de Francisco Borges de Sousa, 1789.
Disponível em: http://hdl.handle.net/10316.2/78555

BGUC Misc. 61, Nº 1 357 (encadern. com outros)

Julga que fala verdade:
Tudo que diz, he mentira:
He cheia a ſatira ſua
De odio, vinganças, mais ira.
Diz que eſta caſta de gente
Era melhor naõ haver:
Sem ſe recordar, que achou!
Deos neceſſaria a mulher.
Que ſe por algumas veio
Ruina á Terra, tambem
Por outras eſclarecidas
Lhe chegou ventura, e bem.
Que de tolices eſcreve
Eſte Anonimo Eſcriptor!
Mas naõ lhe chegou a lingua
Quando quiz dizer amor.
Animaes irracionaes
Nos chama: naõ leva a palma;
Pois aquelles animaes
Naõ tem tres potencias n'alma.
Se elle, e outros ſemilhantes
Vem aqui ſatirizar,
Porque deixaõ ſuas Patrias,
Onde tudo he ſingular?

Vem

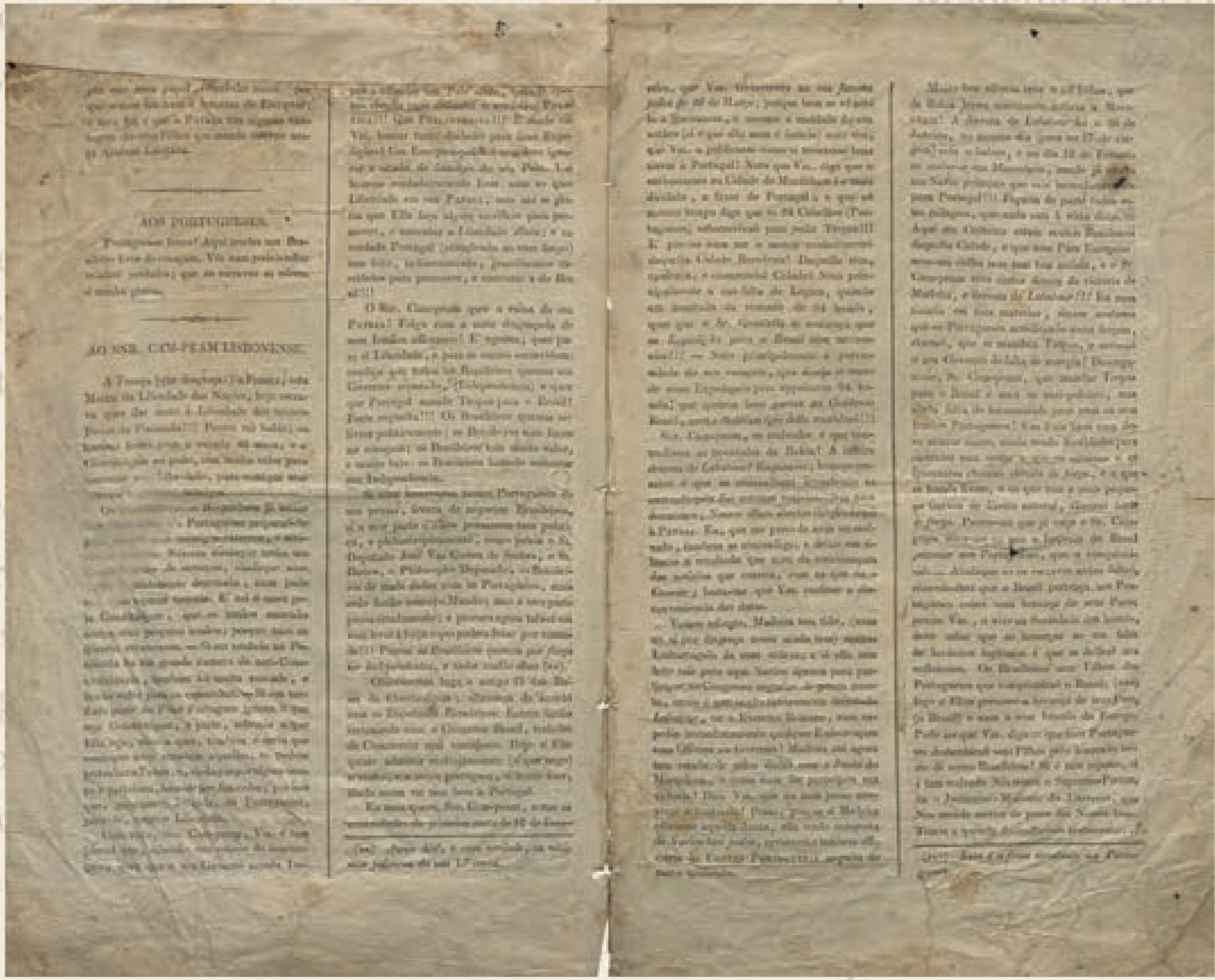
Vem buſcar honra, e proveito,
E tudo que melhor val:
Comem, divertem-ſe, brincaõ,
Mas ſempre dizendo mal.
Deſta gente, cara amiga,
He proveitozo fugir:
E até he perneciozo
Falar-lhes, ou vêllos rir.
Tem diſtante o coraçaõ,
Daquillo que a voz expreſſa:
E ſe achaõ occaziaõ,
Sabem pregar ſua peſſa.
He canalha vil, e baixa,
Sem lei, nem religiaõ:
As vozes ſaõ corrompidas,
E falſario o coraçaõ.
Se naõ lograõ quanto querem,
Ferve a ſatira atrevida;
Inda que tirem com ella
Honra, fazendas, e vida.
Fujamos, Delmira amada,
De tudo que he Brazileiro:
E dos filhos da Bahia
Devemos fugir primeiro.

In-

dar aos Portuguezes uma idéa do espirito que anima os Brasileiros. Ella é de uma Menina Bahiana, que sabe amar sua Patria.

Bahia 7 de Novembro de 1822.

Primo do coraçaõ. Recebi a sua carti-
nha, c
passav
como
sente
tudo c
que te
bro, t
muito
e disg
a mor
mos e
he seg
e feito
los Sc
caixei
pode


AOS PORTUGUEZES.

AO SNR. CAMPEAM LISBONENSE.

os Lusitanos, e armaraõ-se de palmatorias, e cordas, gritando altamente que eraõ
dar bôlos, e enforcarem os cabras, e o
cacos! Vossê naõ sentirá dahi este des
He impossivel. Emfim estes homens, c

dêraõ deviaõ captivar o
etc. Saberá que naõ ha que
custaõ 2$ rs.; uma libra
320 rs.; e naõ he para to
peixe 640 rs; frutas naõ
Madeira arrasa tudo; um
o do coraça
que eu lhe c
antes quero
do Madeira
porem ain
do preciso,
e eu seja
tomei nov
s, e já tenh
a *L'espera*

F.

oa que mu
lmente do
ente. Adeu

BRASILEI

Por acaso eu preciso
meis o exemplo desta nos
NA? Desta Spartana? Ah

3.4

Depois de 1822, o sentimento "nacional" dos estudantes naturais do Brasil materializou-se num efémero jornal pró-Independência, intitulado O Brasileiro em Coimbra *e dirigido pelo estudante Cândido Ladislau Japi-Assú de Figueiredo e Mello. Veja-se também a adoção de um nome indígena (Japi-Assu) como marca de brasilidade.*

O BRASILEIRO EM COIMBRA. Coimbra, 1823
O brasileiro em Coimbra / red. Cândido Ladislau de Figueiredo.
Coimbra: Imprensa da Rua dos Coutinhos, 1823.

BGUC RB-40-20

Este jornal já foi mostrado na grande exposição dedicada à Universidade de Coimbra e o Brasil (em 2012), em cujo catálogo escrevemos: "Quando era quartanista de Direito em Coimbra, o baiano Cândido Ladislau Japiassú (ou Japi-Assú) destacou-se como editor de um efémero e raro jornal favorável à Independência do Brasil, em 1823, numa data em que esta ainda não tinha sido reconhecida por Portugal, o que só veio a suceder em novembro de 1825. Em Coimbra, o jornal foi proibido para acalmar a irritação pública e o seu redator teve de sair da cidade. Em requerimento de junho de 1823, que fez para ser admitido ao exame do 4º ano de Leis, Cândido Japiassú justificou as 55 faltas dadas nesse ano: 'cometeu aquellas faltas de aula pelo notório partido contra os brasileiros nesta cidade, por moléstia de febre intermitente (…) e pela remoçam por ordem judicial, em 5 de abril ultimo para a villa de Cea' (i. é Seia). Obteve a sua formatura em Leis, em 1824, e teve uma malograda carreira de ouvidor em S. Paulo. Acabou advogando no Rio". Parece que foi ele quem, pela primeira vez, chamaria a José Bonifácio "Pai da Pátria" e "Patriarca da Independência", epítetos com que este veio a ficar conhecido.

N. 7. 1823.

O CENSOR PROVINCIANO

o desvanecimento de poder dizer com um philosopho medico francez: « *nous pouvons garantir que se quelque chose nous manque, ce ne sera pas du moins l'esprit de l'indépendance, l'amour de la VERITE'* » e nem todos os meios jámais serião capazes de fazêl-o divergir um passo da estrada, que se propoz trilhar, a da rectidão .... contemplações nenhumas serião sufficientes para fazêl-o dizer o que sua íntima convicção lhe não dictasse.... O que o Censor julgar merecedor de elogio, será elogiado, o que merecer a sua censura, a terá da mesma sorte. Quando se enganar, terá por muita gloria desdizer-se... Mas até aqui não encontra motivo para fazêl-o a respeito do que tem publicado... Não obstante isso, já esses pobres diabos de *Carcundas* lhe fazem a honra de suas *bravatas:* e com miseraveis calumnias, estupidas trapaçarias o indicão como alvo de seus embustes...

Será necessario fallar dos ultimos acontecimentos de Coimbra para me dirigir ao objecto. —

— Quando os Estudantes honrados e amigos do Systema Constitucional ha dias se offerecêrão ao Soberano Congresso para a defeza da Patria, muitas murmurações e muitos odios chamárão sobre si: forão designados com injuriosos nomes; e muitos não assignárão aquella representação com receio... e outros forão mesmo dissuadidos de fazêl o. — Era d'esperar que algum meio de vingança se excogitasse....

Ultimamente chegão as noticias do Rio de Janeiro, e os Brasileiros, que aqui se achavão, deixão Coimbra em grande parte, ameaçados na verdade por alguns europeos, ou simplesmente medrosos; ou talvez motivando com esta razão o desejo d'irem gozar as *vantagens do imperio*... Ergue-se o boato que um corpo de estudantes levantados pretendia dar cabo dos Brasileiros, e que divagando de noite, ameaçava tudo com uma terrivel anarquia... Eu ainda assim não tenho mais noticias a este respeito, do que as que me tem dado alguns individuos, que me tem visitado na cama, onde estou ha uns poucos de dias: não me consta porém que um só americano fosse maltratado: e tendo-se feito rondas nas ultimas noites pelas auctoridades com muito povo, nada se tem descoberto. — Os Brasileiros derão talvez motivo a que alguns esquentados espiritos procedessem nesses ameaços (se é que procedêrão), por suas maneiras incivis de dizerem publicamente (alguns delles), que em cada portuguez olhavão um inimigo... e de se darem jantares, e nelles *vivas* ao seu Boticudo *imperador*... — Mas nenhum além desses,

COIMBRA.

QUando o CENSOR PROVINCIANO se propoz a tarefa de JORNALISTA CONSTITUCIONAL,

3.5

Matérias que circularam nos periódicos acerca de tumultos públicos em Coimbra contra a Independência do Brasil são denunciadas como "boatos" nesta notícia local: "não me consta, porém, que hum só americano fosse maltratado", escreveu o jornalista.

Neste nosso tempo de *fake news*, sabemos bem que nem sempre o que seria espetável acontecer é real ou exatamente factual. Tal foi o caso que esta notícia local procura desmentir, o de se terem registado sobressaltos da ordem pública em Coimbra, na sequência da Independência do Brasil.
Talvez não fosse surpreendente que tivessem acontecido, assim tais "distúrbios" teriam chegado a ser noticiados, mas o que parece factual é que deles não há registo na imprensa periódica local que, lembre-se, estava por esta época liberta da Censura, que a tinha controlado até à revolução liberal em Portugal.
A partir desta fonte, o mesmo desmentido foi reproduzido também em *A Borboleta Duriense*. Porto, nº 22 (28 jan. 1823), p. [1-2].

Coimbra.
Censor provinciano: periodico semanario de philosophia, politica e literatura. Nº 7 (18 jan. 1823), p. 97-103.

BGUC 9-(3)-21-11

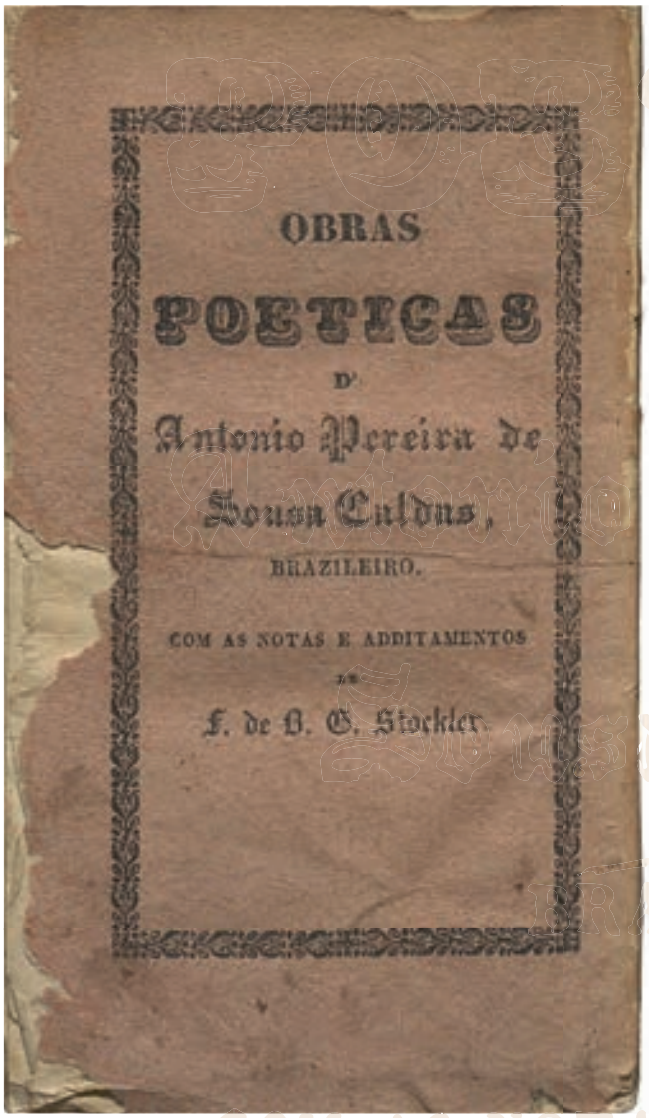
3.6

A identificação do autor como "brasileiro" não está na página de título, mas só na capa da brochura (normalmente sacrificada na encadernação), o que sugere que, sem exaltados ânimos adversos, tal menção era argumento de venda, em Coimbra, em 1836.

Como se diz acima, a naturalidade do autor não foi impressa na página de título, só na capa da brochura, o que pode significar que esta identidade de "Brasileiro" não se queria "colada" à obra, não relevava para a sua apreciação futura, mas era mero argumento de venda, descartável, porque normalmente toda a capa de brochura era sacrificada quando da encadernação do volume. António Pereira de Sousa Caldas ficou conhecido em Coimbra como o "Caldinhas" ou o "Caldas de Prata", por oposição ao "Caldas de Cobre", o também brasileiro e eclesiástico, de pele mais escura, Domingos Caldas Barbosa. Todos os exemplares que conhecemos desta rara segunda edição das *Obras Poéticas* têm a capa de brochura com um erro de conceção, ficando o anúncio dos locais de venda no local da capa e os elementos de identificação na contracapa. Exemplar idêntico encontra-se na posse da Doutora Gilda Santos (do RGPLRJ). Quando encadernados, normalmente, os 2 tomos ocorrem em 1 volume.

António Pereira de Sousa CALDAS, 1762-1814
Obras poéticas / com as notas e additamentos de F. de B. G. Stockler.
Coimbra: Imprensa de Trovão & Comp., 1836.
Tomo II.
Restaurado, em caixa. Ex. of. por A. E
Maia do Amaral, em 9 abr. 2021.

BGUC RB-40-36 (apenas se mostra o t. 2)


OBRAS
POETICAS
D'
Antonio Pereira de
Sousa Caldas,
BRAZILEIRO.
COM AS NOTAS E ADDITAMENTOS
DE
F. de B. G. Stockler.

OBRAS
POETICAS
D'
Antonio Pereira de
Sousa Caldas,
BRAZILEIRO.
COM AS NOTAS E ADDITAMENTOS
DE
F. de B. G. Stockler

NA

IEDADE CONIMBRICENSE DOS AMIGOS
DA INSTRUCÇÃO

POR

Francisco José Co

ão Brasileiro, Doutor em Leis, e Bacharel
pela Universidade de Coimbra

NAQUELLE TEMPO MATRICULADO NO TERC
IN UTROQUE JURE.

2172

DISCURSOS

RECITADOS

NA

SOCIEDADE CONIMBRICENSE DOS AMIGOS
DA INSTRUCÇÃO

POR

Francisco José Corrêa,

Cidadão Brasileiro, Doutor em Leis, e Bacharel Formado em Canones pela Universidade de Coimbra;

NAQUELLE TEMPO MATRICULADO NO TERCEIRO ANNO
IN UTROQUE JURE.

COIMBRA:

NA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

1837.

3.7

Na portada desta publicação da Imprensa da Universidade, Francisco José Correia assina orgulhosamente "Cidadão Brasileiro, Doutor em Leis e Bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra".

Folheto de importância modesta, seja para a história portuguesa ou para a história brasileira, o seu principal interesse é demonstrar a perfeita integração deste brasileiro na vida cívica, associativa e cultural da cidade de Coimbra do seu tempo. Francisco José Correia, começando por contestar os preceitos regulamentares e a própria direção da *Sociedade Conimbricense dos Amigos da Instrução*, rapidamente faz vingar as suas teses e consegue ser eleito para a direção da associação cívica, apesar de nem ser "conimbricense".
Francisco José Correia nasceu em Vila Nova do Príncipe, São Paulo, tendo-se matriculado em Direito, em 1827. Doutorou-se em 30 de junho de 1837, no mesmo ano em que compilou e publicou estes *Discursos* na Imprensa da Universidade de Coimbra.
Na valiosa coleção de Miscelâneas da BGUC, existem 3 exemplares repetidos deste folheto.

Francisco José CORREIA
Discursos recitados na Sociedade Conimbricense dos Amigos da Instrucção…
Coimbra: na Imprensa da Universidade, 1837.

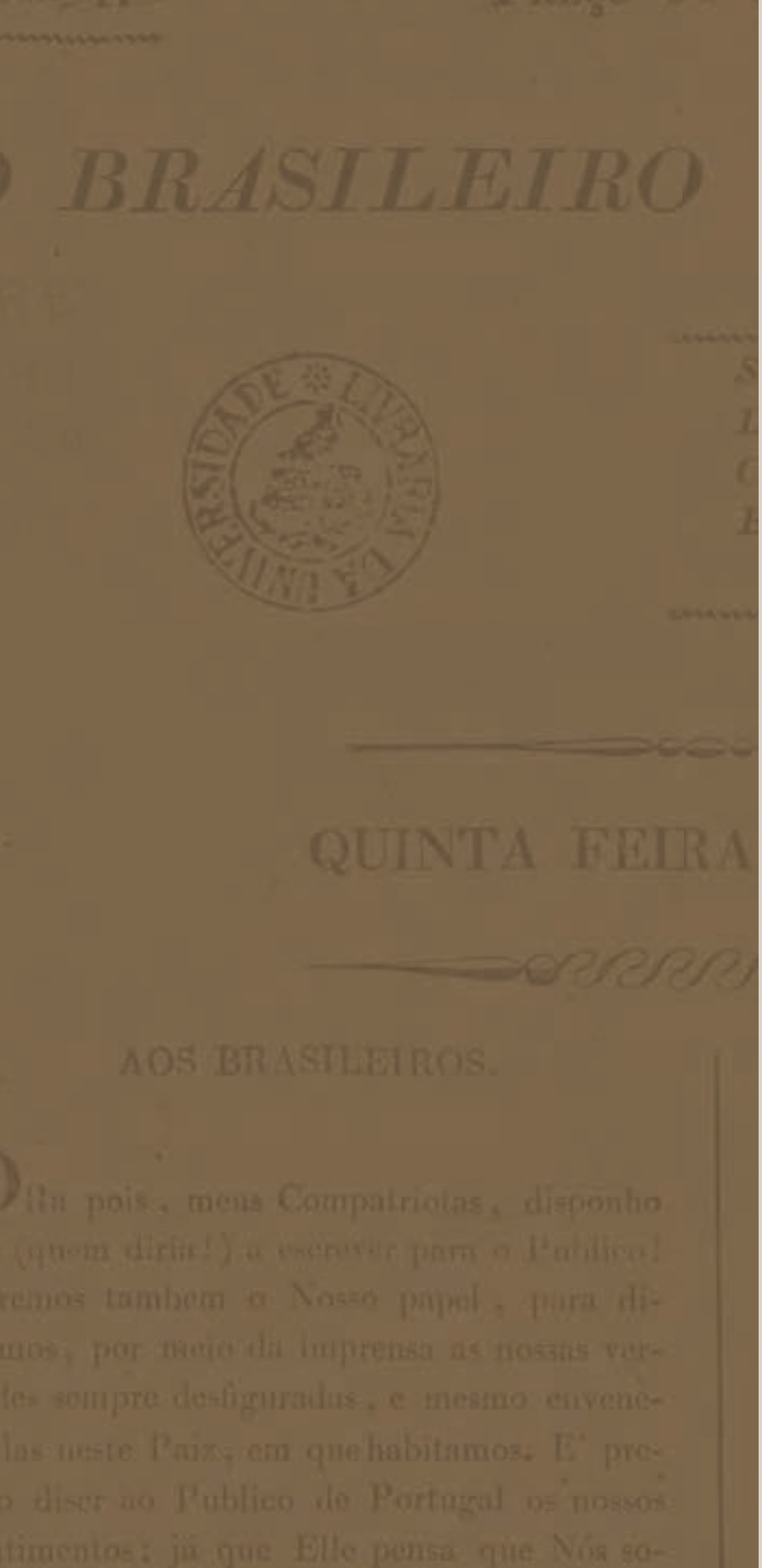
BGUC Misc. 113, Nº 2 172 (encadern. com outros)

4

a revolução em

liberal portugal

Uma das condições políticas que mais terá influenciado o "Fico" e a Independência do Brasil foi a Revolução Liberal do Porto (Portugal), em 1820. Ela estabeleceu condições políticas indispensáveis, como o fim da censura aos jornais e a extinção do Tribunal da Inquisição. A convocação, que não acontecia há mais de um século, de Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, onde o Reino do Brasil deveria estar representado, foi recebida na colónia com esperança por uns e com desconfiança por outros. O futuro daria razão a estes últimos, porque as Cortes de Lisboa acabaram por ser anti-absolutistas, anti-inglesas e antibrasileiras.



"...

levantamento
estender-se-ha
ver renovado

(J. F. C. de A.,
Carta de hum habitante da Bahia… Lisboa, nº 1, 1821)

participar a alegria que se teve pela notícia do
do Porto [...] dentro de poucos dias a voz
por todo o Brazil, e teremos a satisfação de
este miserável paiz, digno de melhor sorte."

NOTICIA,

Quem quiser comprar, aprovincia da Bahia, pella mesma quantia que se vende o pernambuco, fale as cortes que estao autorizadas para isso; tratando as condicoens com a comissão especial dos negocios do brazil?.. adevertece que portugal tambem anda empraça aquem mais der; &

Lisboa 20 de Abril 1822

4.1

Em 4 de julho de 1821, as Cortes de Lisboa aprovaram a Lei da Liberdade de Imprensa, da qual resultou a proliferação de periódicos e de folhas volantes em todo o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Periódicos, folhas volantes e pasquins punham a circular notícias, opiniões e contestações. Alguns desses pasquins eram colados em paredes de edifícios, na capital, o mesmo sucedendo noutros locais do país. Este raro exemplo que se apresenta, em papel de pequena dimensão (115 mm x 90 mm) relativo à Bahia, é revelador da opinião divergente que circulava, quanto à independência do Brasil. Outros exemplos semelhantes circulavam com avisos à população. O colecionador João Jardim de Vilhena possuía ainda um documento relativo a Pernambuco, onde escreveu no verso da folha *"pasquim afixado numa esquina de Lisboa em 1822"*. Quanto ao exemplo presente, o mesmo colecionador escreveu no verso: *"Pasquim espalhado em Lisboa no ano de 1822"*. Trata-se de breves textos compostos, na sua maioria, em tipografias clandestinas, como se deduz do pouco esmero da composição gráfica, a menos que este aparente amadorismo tenha sido intencional para não se identificar a origem dos impressos.

NOTICIA

Noticia. Quem quiser comprar a provincia da Bahia, pella mesma quantia que se vendeo Pernambuco, fale as Cortes que estão autorizadas para isso, tratando as condiçoens com a comissão especial de negócios do Brazil? Adverte ce [sic] *que Portugal também anda em praça a quem mais der; e³*[*cetera*].
[Lisboa?]: [s.n.], 20 de Abril de 1822.
F. avulsa.

João Jardim de Vilhena (F); Documentos diversos (COL) – Lutas Liberais, n.º 29
AUC-VI-3.ª -2-3-1

quem os sofrem. A' vista do que expendemos avalie-se a importante opinião d' aquelle Deputado. Q disse, que o Pará não queria outro Congresso fóra d' aquelle: veja que descoberta, e de que duvida nos tira: jou sabia-o o mesmo SOBE' RANO CONGRESSO. nós quizeramos que elle dissesse = O Pará quer huma delegação do poder executivo mais proximo á exacta representação topografica, e naõ quer vir recorrer á esta distancia, que he porque trabalhão os do Sul = então nós de cá esperiamos; porém que não quer outro Congresso legislativo, isto ni não he duvidoso, porem agora me occorre á esta distancia, que he porque trabalhão os do Sul = então nós de cá esperiamos; porém que não quer outro Congresso legislativo, isto ni não he duvidoso, porem agora me occorre huma lembrança: dato caso, que o SOBERANO CONGRESSO approvasse o 1 art. do projecto em discussão, lido aos 17 de Junho, que projecta hum Congresso em Portugal, aqual d'elle será partilhado o Pará? Naõ nos metteram a decidir pelas regras do Direito Publico, porque os nossos leitores tudo envenenaõ: porem diremos comtudo: Se pertencermos á Portugal, iremos lá recorrer ao Poder Executivo em seis, e oito mezes de demora, e os nossos irmãos do Sul, em recompensa das suas rebeldias, hão-de tel-a a quinze dias ou mais distantes: basta igualdade he esta que agrada muito: pois hade acontecer se o Anjo Tutelar da Provincia naõ advogar a causa. Vamos porem faser hum prognostico; que Deos permitta se naõ realise. As Provincias rebeldes do Sul se naõ conseguirem no seu seio hum Congresso; haõ-de conseguir hum Poder Executivo, ou na Ponta do Principe Real ou em outro authorisado, em premio da sua rebeldia; e o Grão Pará, e infeliz Grão Pará, ó ainda naõ teve quem lhe requeresse, que fosse Dia de Festividade Nacional, o Dia 1 de Janeiro de 1821, que está em parallelo com o dia 15 de Agosto de 1820, hade ir recorrer á Lisboa com seis ou mais mezes de demora, e o' com sempre poder conseguir huma decisaõ; que decretasse, Emquanto nós assim precunisamos, os Constitucionaes hipocritas atroaõ os ares com huma expedição de sete mil homens, duzentas velas, e quatro milhoens em cifra, para bloquear o Brasil: isto na nossa frase chama-se corcindagens farinacias, ou hipocritica, e hum ataque infame de fazer Juramento do Soberano Congresso, que sem duvida Proclamação ao Brasil, a qual se estava redigindo já, faz mais do que uma outra Exercito.

Somos imparciaes, somos livres em opiniões, á vista do que temos; somos outrosim fieis Redactores em publicar nossos sentimentos resultados da combinação geral de tudo o que temos lido em papeis publicos, escriptos tanto em Portugal, como no Brasil, e auxiliados com as noticias de diversos Publicos que os nossos curtos conhecimentos podem alcançar. Se a nossa doutrina naõ agradar, fica livre á qualquer impugnalla, bem como a nós em expender. Somos sobre maneira amigos da indivisibilidade do Reino Unido; reputamos todo elle Nossa Patria Commum, porem somos imparciaes quando advogamos a causa de hum e outro Reino.

Dos Redactores do Parauense.

Parauara saber aos Illustrissimos Senhores assignantes do Periodico = O Paraense = que se acabou ja a primeira dose assignaturas. Esperamos portanto aos Illms. Srs. que naõ tem contribuido com o pagamento da primeira e segunda assignatura, o façaõ, para com celeridade fazermos despesas que faz o mesmo Periodico.

PARA'NA IMPRENSA LIBERAL DE DANIEL GARÇÃO DE MELLO COMPANHIA ANNO DE 1822

4.2

O Pará foi um dos primeiros lugares a proclamar-se "constitucionalista", após a revolução do Porto. O grande entusiasta do liberalismo nesta Província foi Felipe Alberto Patroni Maciel Martins Parente (1798-1866), fundador de O Paraense.

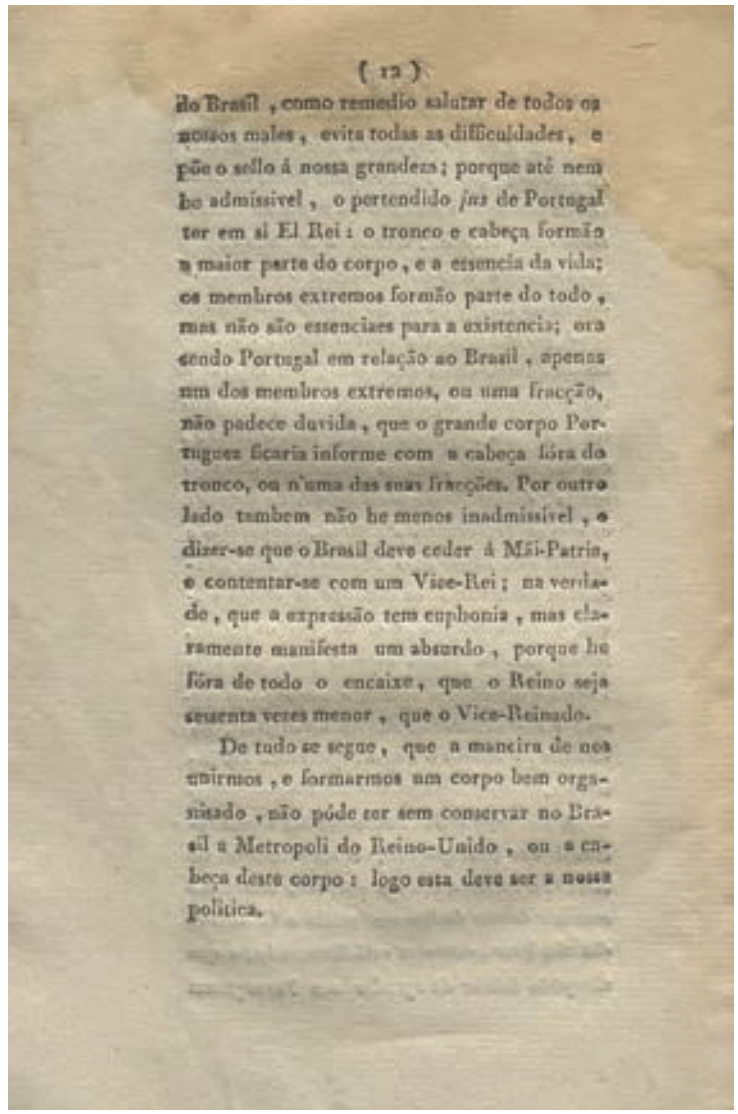
PARAENSE (O)
O Paraense, Bahia. n.º XXXII (7 set. 1822), [p. 4].
Impresso na Imprensa Liberal de Daniel Garção de Mello Companhia, no dia da independência do Brasil, antes da sua proclamação.

João Jardim de Vilhena (F); Documentos diversos (COL) – Lutas Liberais, n.º 27
AUC-VI-3.ª -2-3-1

Estudou na Universidade de Coimbra, onde se formou em Cânones, em 1821, usando apenas o nome de Filipe Alberto Patroni. Regressado à pátria, com uma tipografia que levou de Coimbra, fundou o jornal "O Paraense", em abril de 1822. Regressaria a Portugal, em 1851, depois de alguns anos de carreira política, como deputado pelo Pará. Foi uma personalidade exuberante, complexa e claramente desequilibrada nos escritos que viria a publicar ao longo da vida, e que certamente mereceria ser conhecida com maior detalhe.
Os Redatores do jornal no texto publicado n'*O Paraense* referem, concretamente:
"Somos sobremaneira amigos da indivisibilidade do Reino Unido; reputamos todo elle Nossa Patria Comum, porem somos imparciaes quando advogamos a causa de hum e outro Reino."
O exemplar que se mostra apresenta ainda esta curiosa nota, manuscrita por algum adversário da independência:
"NB Como dissimuladamente aparecem as openioens de indepemdencia !!!..."
A independência estava bem mais próxima do que o redator do texto poderia imaginar, pois teve lugar no próprio dia em que este jornal foi impresso.

4.3

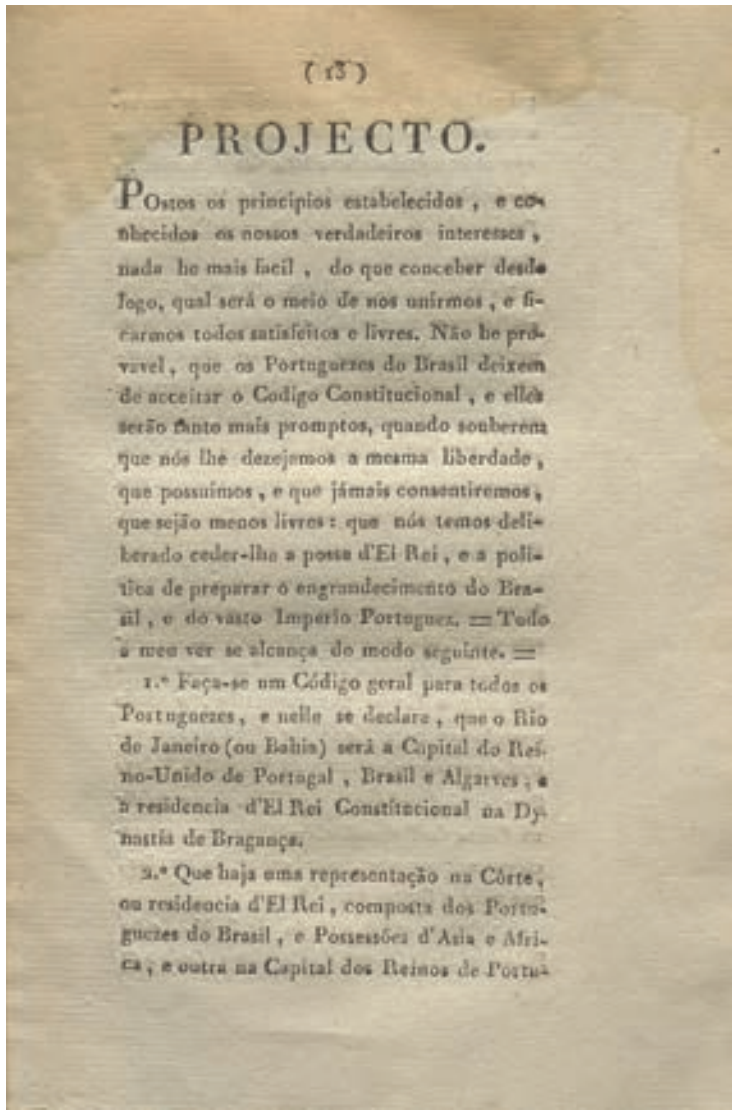
Em 1821, a Real Imprensa da Universidade de Coimbra deu à estampa uma proposta conciliadora de criação de um novo Reino Unido, por um "Estudante do 4.º Anno Mathematico" e distinto militar português.



(12)

do Brasil , como remedio salutar de todos os nossos males , evita todas as difficuldades , e põe o sello á nossa grandeza ; porque até nem he admissivel , o pertendido *jus* de Portugal ter em si El Rei : o tronco e cabeça formão a maior parte do corpo , e a essencia da vida; os membros extremos formão parte do todo , mas não são essenciaes para a existencia; ora sendo Portugal em relação ao Brasil , apenas um dos membros extremos, ou uma fracção, não padece duvida , que o grande corpo Portuguez ficaria informe com a cabeça fóra do tronco, ou n'uma das suas fracções. Por outro lado tambem não he menos inadmissivel , o dizer-se que o Brasil deve ceder á Mãi-Patria, e contentar-se com um Vice-Rei ; na verdade , que a expressão tem euphonia , mas claramente manifesta um absurdo , porque he fóra de todo o encaixe , que o Reino seja sessenta vezes menor , que o Vice-Reinado.

De tudo se segue , que a maneira de nos unirmos , e formarmos um corpo bem organisado , não póde ser sem conservar no Brasil a Metropoli do Reino-Unido , ou a cabeça deste corpo : logo esta deve ser a nossa politica.



(13)

PROJECTO.

Postos os principios estabelecidos, e conhecidos os nossos verdadeiros interesses, nada he mais facil, do que conceber desde logo, qual será o meio de nos unirmos, e ficarmos todos satisfeitos e livres. Não he provavel, que os Portuguezes do Brasil deixem de acceitar o Codigo Constitucional, e ellès serão tanto mais promptos, quando souberem que nós lhe dezejamos a mesma liberdade, que possuimos, e que jámais consentiremos, que sejão menos livres: que nós temos deliberado ceder-lhe a posse d'El Rei, e a politica de preparar o engrandecimento do Brasil, e do vasto Imperio Portuguez. = Todo o meu ver se alcança do modo seguinte. =

1.° Faça-se um Código geral para todos os Portuguezes, e nelle se declare, que o Rio de Janeiro (ou Bahia) será a Capital do Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves; e a residencia d'El Rei Constitucional na Dynastia de Bragança.

2.° Que haja uma representação na Côrte, ou residencia d'El Rei, composta dos Portuguezes do Brasil, e Possessões d'Asia e Africa; e outra na Capital dos Reinos de Portu-

Livro muito curioso e grandemente desconhecido no Brasil. O projeto começa por estabelecer "a residência del Rei constitucional" e a capital do Reino Unido no Rio de Janeiro (ou na Bahia). Dada a sua raridade e interesse, a Universidade de Coimbra disponibilizou na *UCdigitalis*, em <http://hdl.handle.net/10316.2/2607>, uma digitalização integral desta obra. No entanto, ainda não está integrado em *Almamater*. Diz Inocêncio Francisco da Silva que teria havido duas edições de 1821, do que não estamos convencidos. A este opúsculo foi publicada uma resposta contemporânea:

António de Oliveira de Sousa Coutinho, 1801-1861
Analyse do projecto para o estabelecimento politico do Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1821.

Esta resposta não deve ser confundida com uma *Addição ao projecto...* que anda frequentemente encadernada com ele.

António de Oliva e Sousa SEQUEIRA, 1791-1865
Projecto para o estabelecimento politico do Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves...
Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1821.
Inclui: *Addição ao projecto...*

BGUC Abraveia 9-(1)-5-9-34

Seis.
1810. 10 Jose Antonio Franco Carvalhosa, filho de Luis Franco Correia, natural do Arneiro Comarca de Alemquer „ „

1.ª A... „ — „

2.ª ... „

3.ª ... dos „ — „

11 Jose ... filho de Joaq... natural de Gollinho ... anil „ — „

1.ª A... „

2.ª ... dous „ — „

3.ª ... „

12 Jose ... de Jose da C... de Vizeu „

1.ª A... „

2.ª B... „

3.ª A... vado por hum „

13 Jose ... filho de Jose ... natural da Vil... „

1.ª Approvado por todos „

2.ª Bom por trez, Suficiente por seis, Me-

Seis.
1810. 10 Jose Antonio Franco Carvalhosa, filho de Luis Franco Correia, natural do Arneiro, Comarca de Alemquer „ „
1.ª Approvado por todos „ — „
2.ª Bom por todos „ — „
3.ª Approvado por todos „ — „

11 Jose Cupertino da Fonseca, filho de Joaquim Jose de Britto, natural de Gollinho, Comarca de Arganil „ — „
1.ª Approvado por todos „ — „
2.ª Muito Bom por oito, Bom por dous „ — „
3.ª Approvado por todos „ — „

12 Jose da Costa Monteiro, filho de Jose da Costa Monteiro, natural de Vizeu „
1.ª Approvado por todos „ — „
2.ª Bom por todos „ — „
3.ª Approvado por nove, Reprovado por hum „

13 Jose Francisco de Medeiros, filho de Jose Francisco de Medeiros, natural da Villa da Horta, Ilha do Fogal „ — „
1.ª Approvado por todos „ — „
2.ª Bom por trez, Suficiente por seis, Medioce por hum „ — „
3.ª Approvado por todos „ — „

14 Jose Joaquim Ribeiro Cerqueira Gomes de Abreu, filho de Jose Ribeiro de Abreu, natural de Gouveia, Comarca de Penafiel „ — „
1.ª Approvado por todos „ — „
2.ª Bom por todos „ — „
3.ª Approvado por todos „ — „

15 Jose Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, filho de Francisco Xavier da Costa Aguiar, natural da Villa de Santos, Capitania de S. Paulo „ — „
1.ª Approvado por todos „ — „
2.ª Bom por todos „ — „
3.ª Approvado por todos „ — „

Jose

4.4

A reunião das Cortes era uma oportunidade para os habitantes apresentarem as suas reivindicações. No entanto, alguns dos eleitos pelo Brasil decidiram não comparecer aos trabalhos ou, como este, não jurar a Constituição de 1822.

Informação final, como Bacharel Formado em Leis, de José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade, filho de Francisco Xavier da Costa Aguiar, natural de Santos.
Atribuída pelo Juízo de Informações da Faculdade de Leis, o qual votava, após a graduação do aluno, sobre os seus "Procedimento e costumes", "Merecimento literário" *e* "Prudência, Probidade e Desinteresse".
Coimbra, 1810, jul. 5.

Universidade de Coimbra (F); Registo de Informações Finais (SR), vol. 3, fl. 35v
AUC-IV-1.ªD-3-1-3

Natural de Santos, Estado de São Paulo, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade (1787-1846) era filho do capitão-mor Francisco Xavier da Costa Aguiar. Ingressou na Universidade de Coimbra em 23.10.1805 e concluiu a sua Formatura em Leis em 09.06.1810. Enquanto estudante da Universidade, alistou-se no Corpo de Voluntários Académicos organizado em 1809, por ocasião da segunda invasão francesa do país, sendo Tenente-Coronel do mesmo corpo militar José Bonifácio de Andrada e Silva. Foram seus contemporâneos e colegas, terminando o curso de Leis no mesmo ano, Jerónimo Luís da Silva, do Sabará e Ovídio Saraiva de Carvalho, natural de Parnaíba (Piauí). Sobrinho de José Bonifácio, participou com ele e os outros seus tios António Carlos Ribeiro de Andrada e Martim Francisco, como deputados das Cortes Constituintes de 1823. Viria a ascender aos mais elevados postos da magistratura, tendo sido ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

ABRAVEIA 9 (1) 6 3 88

APOLOGIA

QUE DIRIJE

Á

NAÇÃO PORTUGUEZA

JOÃO SEVERIANO MACIEL DA COSTA,

Do Conselho de Sua Magestade e seu Desembargador do Paço no Rio de Janeiro,

A FIM DE SE JUSTIFICAR

DAS

IMPUTAÇÕIS

QUE LHE FAZEM HOMENS OBSCUROS,

AS QUAIS DERÃO CAUSA AO DECRETO DE 5 DE JUNHO

E

Á PROVIDENCIA COMUNICADA NO AVISO DE 11 DE JULHO

DO CORRENTE ANO DE 1821.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE
OFERTA
COIMBRA

284-A

COIMBRA,

NA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

1821.

X695849609

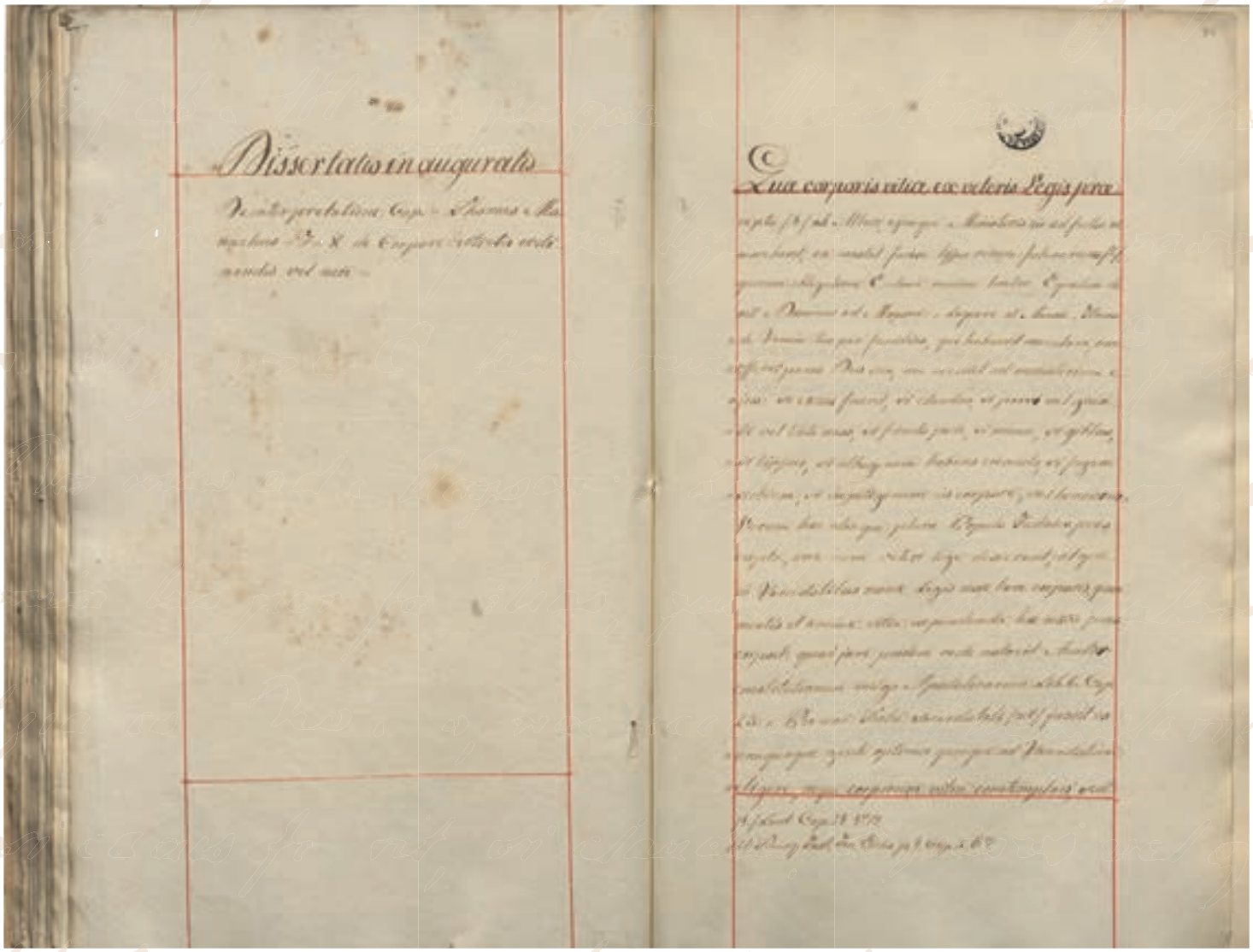
4.5

Um dos que não pôde comparecer foi João Severiano Maciel da Costa que, acontecendo vir preso para Lisboa, foi impedido de desembarcar, tendo de retornar ao Brasil. Contra tal se insurge neste folheto contemporâneo, publicado na Imprensa da Universidade.

João Severiano Maciel da COSTA, 1769-1833
Apologia que dirige à Nação portuguesa João Severiano Maciel da Costa ... a fim de se justificar das imputações que lhe fazem homens obscuros...
Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1821.
Disponível em *Almamater*: https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/2543

BGUC Abraveia 9-(1)-6-3-88

João Severiano Maciel da Costa era considerado próximo do rei, mas em 1821 foi acusado de conspirar para impedir a ida do Príncipe Regente para Lisboa. É dessa acusação que se tenta escusar neste discurso: *"Abraçado com este precioso tesoiro d'uma reputação estabelecida, único que tenho para legar a meus filhos, pensava ter fexado* [sic] *o circulo de meus trabalhos públicos para cuidar em paz e tranquilidade na educação d'eles. Eis se não quando surje do Inferno a Fúria da inveja e da ambição, que tem prèa certa nas Cortes, dos Reis, e esforça-se e debate-se para roubar-mo!!"*
No mesmo ano em que faz publicar esta arenga, João Severiano Maciel da Costa dá à luz da imprensa, também em Coimbra, uma *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil…*, um texto de reflexão individual e de compromisso, porém não tão decisivamente anti-esclavagista como o título poderia sugerir. Como já notamos (ver 2.7), apesar de residente no Rio de Janeiro, continuava a publicar na Imprensa da sua *Alma Mater*, a Universidade de Coimbra.
Veio a ter uma carreira política assinalável, como Deputado da Assembleia Constituinte do Brasil (e seu Presidente), Ministro do Império, Presidente da Bahia e notável Ministro da Fazenda, tendo sido elevado a primeiro visconde com Grandeza e marquês de Queluz.


Dissertatio inauguralis
Qua corporis vitia ex veteris Legis pro

4.6

Pedro de Araújo Lima, que virá a ser Marquês de Olinda, estreou-se na bancada da província de Pernambuco às Cortes Gerais de Lisboa. Tinha estudado em Olinda e depois em Coimbra, onde defendeu esta tese, nunca publicada.

O futuro Marquês de Olinda, que virá a ser uma das principais figuras do movimento da Independência do Brasil, chegou à Universidade de Coimbra em 1813 e fez um percurso académico sem hesitações, em Direito: aprovado *Nemine Discrepante* como Bacharel em 17 jul. 1817 e Licenciado (exame de Repetição, 17.07.1819, Atos grandes n.º 3, fl. 7) em 28 jul. 1819, com a tese que se mostra nesta exposição. Sobre os méritos deste trabalho não saberíamos pronunciar-nos, mas é, pelo menos, superior à média desta época, em extensão e cuidado de apresentação. Por este tempo, as dissertações eram normalmente mera formalidade de que os finalistas se tentavam desempenhar com a maior pressa e algum fastio. O Doutoramento obteve-o em 1 de agosto do mesmo ano, após o que regressou ao Brasil para iniciar uma brilhante e longuíssima carreira política, de todos conhecida.

Pedro de Araújo LIMA, 1793-1870
Dissertatio inauguralis. De interpretatione Cap. Thomas Monachus = 7 = X De Corpore vitiatis ordinandis vel non [manuscrito].
[Coimbra], defendida em 17 jul. 1819. Original autógrafo.

BGUC Ms. 1 361, f. 85-110

4.7

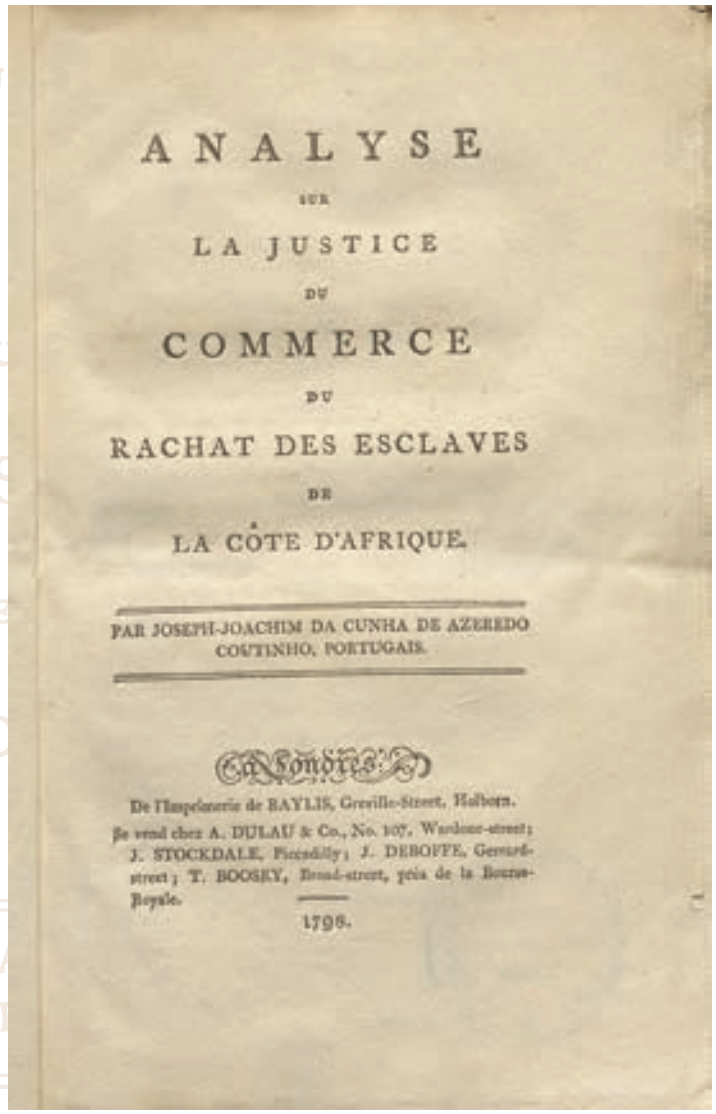
D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, bispo de Olinda, foi deputado brasileiro pela Província do Rio de Janeiro. Infelizmente, morreu dois dias depois de entrado nas Cortes.

D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho era natural de São Salvador dos Campos dos Goytacazes (RJ) e veio tarde para a Universidade, onde se formou em Cânones, em 1775. Ingressou, então, na carreira eclesiástica e teve várias nomeações como bispo, primeiro de Olinda em 1794, depois bispo-auxiliar de Bragança e Miranda em 1802 e de Elvas em 1806. Era o Inquisidor-Geral do Reino quando este Tribunal foi extinto, em 1821, pela revolução liberal portuguesa. O eclesiástico escreveu inúmeros textos de interesse, nomeadamente este que se mostra nesta exposição na sua primeira edição londrina e que conheceria tradução e ampliação publicada em português alguns anos mais tarde, era então já D. José bispo de Beja, em Portugal:

Analyse sobre a justiça do commercio do resgate dos escravos da Costa da Africa, novamente revista, e acrescentada por seu author.
Lisboa: Na Nova Officina de João Rodrigues Neves, 1808.

José Joaquim da Cunha de Azeredo COUTINHO, 1742-1821
Analyse sur la justice du commerce du rachat des esclaves de la côte d'Afrique.
Londres: Impr. de Baylis, 1798.

UCFL S Joaquim Carvalho 29-6-12



ANALYSE

SUR

LA JUSTICE

DU

COMMERCE

DU

RACHAT DES ESCLAVES

DE

LA CÔTE D'AFRIQUE.

PAR JOSEPH-JOACHIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO, PORTUGAIS.

A Londres:

De l'Imprimerie de BAYLIS, Greville-Street, Holborn.

Se vend chez A. DULAU & Co., No. 107, Wardour-street; J. STOCKDALE, Piccadilly; J. DEBOFFE, Gerrard-street; T. BOOSEY, Broad-street, près de la Bourse-Royale.

1798.

ANALYSE

SUR

LA JUSTICE

DU

COMMERCE

DU

RACHAT DES ESCLAVES

DE

LA CÔTE D'AFRIQUE.

PAR JOSEPH-JOACHIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO, PORTUGAIS.

A Londres:

De l'Imprimerie de BAYLIS, Greville-Street, Holborn.

DE

GEOMETRIA.

POR

FRANCISCO VILLELA BARBOSA,

Cavalleiro da Ordem de Christo, [illegible]
thematica na Academia Real d[illegible]
e Socio da Academia Real das S[illegible]

ARTIGO

EXTRAHIDO DAS ACTAS

DA

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS;

DA SESSÃO DE 12 DE JANEIRO DE 1815.

Determina a Academia Real das Sciencias, que os Elementos de Geometria *compostos pelo seu Socio Francisco Villela Barbosa, os quaes forão julgados dignos da luz publica, se imprimão á custa da Academia, e debaixo do seu privilegio.*

José Bonifacio de Andrada e Silva,

Secretario da Academia.

* ii PRE-

LISBOA,

NA OFFIC. DA ACADEMIA R. DAS SCIENCIAS.

ANNO M. DCCC. XVI.

Com licença de S. ALTEZA REAL.

4.8

Também deputado pela província do Rio de Janeiro, sua terra natal, foi Francisco Vilela Barbosa, formado em Matemática pela UC e futuro primeiro visconde com Grandeza e marquês de Paranaguá.

Inocêncio Francisco da Silva no seu *Diccionario* (3:81, 9:389) dá para esta primeira edição a data de 1815, data frequentemente repetida depois, mas que não encontrámos nos catálogos, nem em qualquer parte da própria obra, exceto no extrato da Ata da Academia, que o manda publicar. De 1819 até à segunda metade (1871) do século XIX, registam-se diversas outras edições destes *Elementos de geometria*, atestando a valia e o interesse da obra. Valia e interesse que terão sido a primeira razão para ela ser publicada a expensas da Academia das Ciências de Lisboa, registando-se nesta exposição a curiosidade de a respetiva autorização ser assinada, na qualidade de Secretário da Academia, pelo Doutor José Bonifácio de Andrada e Silva. O exemplar da BGUC proveio da bem abastecida biblioteca do Colégio de S. Bento, de Coimbra, como se assinala na lombada da encadernação. Infelizmente, este exemplar não foi digitalizado no âmbito do projeto de História da Ciência na UC, apenas a edição mais comum do Rio de Janeiro (1838) foi colocada *online* pela biblioteca do Rómulo (Centro de Ciência Viva da Universidade de Coimbra) e está disponível em *Almamater*, a nossa comum biblioteca digital de fundo antigo.

Francisco Vilela BARBOSA, 1769-1846
Elementos de geometria. [1ª ed.].
Lisboa: Na Offic. da Academia R. das Sciencias, 1816.

BGUC 7-56-19-13

petidas vezes o tenho feito, a pezar das criticas circunstancias em que nos vemos.

V. M. pelas representações deste Governo deve estar ao facto do apuro, em que se acha esta Provincia, desprovida de Tropas, e accommettida por inimigos crueis faltos de disciplina, e de boa fé, que destroem, roubão, e assassinão os desgraçados Europeos, que tem a desventura de cahir em suas mãos; repetidas vezes se tem declarado a V. M., que a perda della era innevitavel a não sermos soccorridos com Tropas de Portugal em numero sufficiente para a sua defeza; mas nossas representações forão baldadas, e a não ser a fiemeza do nosso caracter, e o amor que professamos a V. M., ja tudo se tinha perdido.

Accommettida por quatro differentes partes dirigirão-se as primeiras tropas em numero de 3:000, a sitiar Fidié, que se tinha convidado para a defeza de Caxias, a mais importante Villa desta Provincia, composta quasi toda de Negociantes ricos, e grandes Lavradores Europeos. Fidié desamparado de todo o humano auxilio, não tendo mais que 700 homens, quasi todos de Milicias, assim mesmo a tem defendido valorosamẽte, e não consta que se tenha rendido.

Reunindo-se logo na Villa de Itapucuru-merim 30 legoas distante desta Cidade, e quasi 50 daquella Villa, toda a Tropa de Linha, que nos restava, a qual não passava de 300 praças, com 900 e tantos Milicianos, e 8 peças de artilheria, com o fim de o soccorrermos, foi esta força atacada na mesma Villa a 10 de Junho, por huma força de 1:600 praças, que tinhão penetrado pela Villa do Brejo; a victoria esteve da nossa parte, assim como a outra de 14 do mesmo mez, em que os nossos atacarão o inimigo para desembaraçar a communicação com a Cidade; mas sucedendo desertarem para elles quasi todas as nossas Milicias, com o seo Commandante, obrigarão a nossa Tropa a criticular, encorporando-a no seo Exercito, contra os Antigos que se havião estipulado.

Cumpre-me agora notar, Senhor, que não he a obediencia ao Imperador do Brazil, nem o respeito pela sua Pessoa, que move estes Povos a proclamar a Independencia, elles não amão o Imperador; com a capa de cumprirem as suas ordens satisfazem os seos odios contra os Europeos, e lanção os fundamentos para huma independencia absoluta, que cedo se realisará, se V. M. d'accordo com o Senhor D. Pedro não cortarem a cabeça á hydra, que começa a apparecer: para isto são precisas Tropas de Portugal, que apoiem o partido dos Europeos, que amão de veras a V. M.; são precisos Governadores habeis, e não confiar os Governos aos Brazileiros ao menos nesta arriscada crise.

Seguio-se cortarem-nos immediatamente toda a communicação com a Provincia a excepção da Villa de Alcantara, e de Guimarães, donde nos vem farinhas, legumes, e muito pouca carne, no que se deve muito ao Conego Francisco da Mãi dos Homens Carvalho, que dispoz os Povos daquella Villa a não proclamarem a Independencia, e agora he enviado por este Governo em companhia do Commendador Meirelles para negociarem hum armisticio com os dissidentes, até que recebão ordens de V. M. a quem só queremos obedecer, emquanto durar a sua preciosa vida, e se nos não mandar o contrario.

No Officio da data de hontem, que este Governo transmitte a V. M. tem V. M. huma exposição fiel, e a mais circunstanciada, de todos os acõtecimentos, que tiverão lugar desde o dia 12 até ao presente, aonde V. M. pode vêr os trabalhos em que nos temos visto, os perigos que temos corrido, e que ja por duas vezes me dispozerão a embarcar-me, e finalmente a prudencia com que nos temos dirigido, a fim de se não proclamar nesta Cidade a Independencia que tantas desgraças tem produzido. Digne-Se pois V. M. tomar tudo isto em consideração a fim de sermos promptamente soccorridos com Tropas, e sermos aliviados de hum pezo com que ja não podemos.

Os Ceos dilatem a preciosa vida de V. M. por muitos e felices [illegible] tudo precisamos.

Beija a Mão de V. M. o mais obediente e fiel Criado. — *Fr. Joaquim, Bispo do Maranhão.* — Maranhão 22 de Julho de 1823.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, em 20 de Setembro de 1823. — *Manoel Joze Maria da Costa e Sá.*

Na Typografia de Cav. & Comp.

4.9

Hesitações acerca da Independência condicionaram a vida de alguns eclesiásticos que lhe eram contrários: "a prudencia com que nos temos dirigido, a fim de não se proclamar nesta cidade a Independencia…", escrevia o Bispo do Maranhão, ainda em 22 de junho de 1823.

Esta carta ao Imperador, redigida em 22 de junho de 1823, retrata bem as dissidências de opinião sobre a independência do Brasil que existiram, sobretudo, entre militares e eclesiásticos.
Fr. Joaquim de Nossa Senhora da Nazaré (1774-1851) era português, nascido na pequena e típica vila da Nazaré, e foi eleito Bispo do Maranhão, em 1818. Retornaria a Portugal, para ser Bispo de Coimbra, em maio de 1824, por não ter concordado com a independência do Brasil. No entanto, as suas escolhas políticas também não lograram dar-lhe uma vida tranquila, pois viu-se obrigado a regressar ao Brasil, após a derrota miguelista, tendo acabado por falecer no Maranhão.

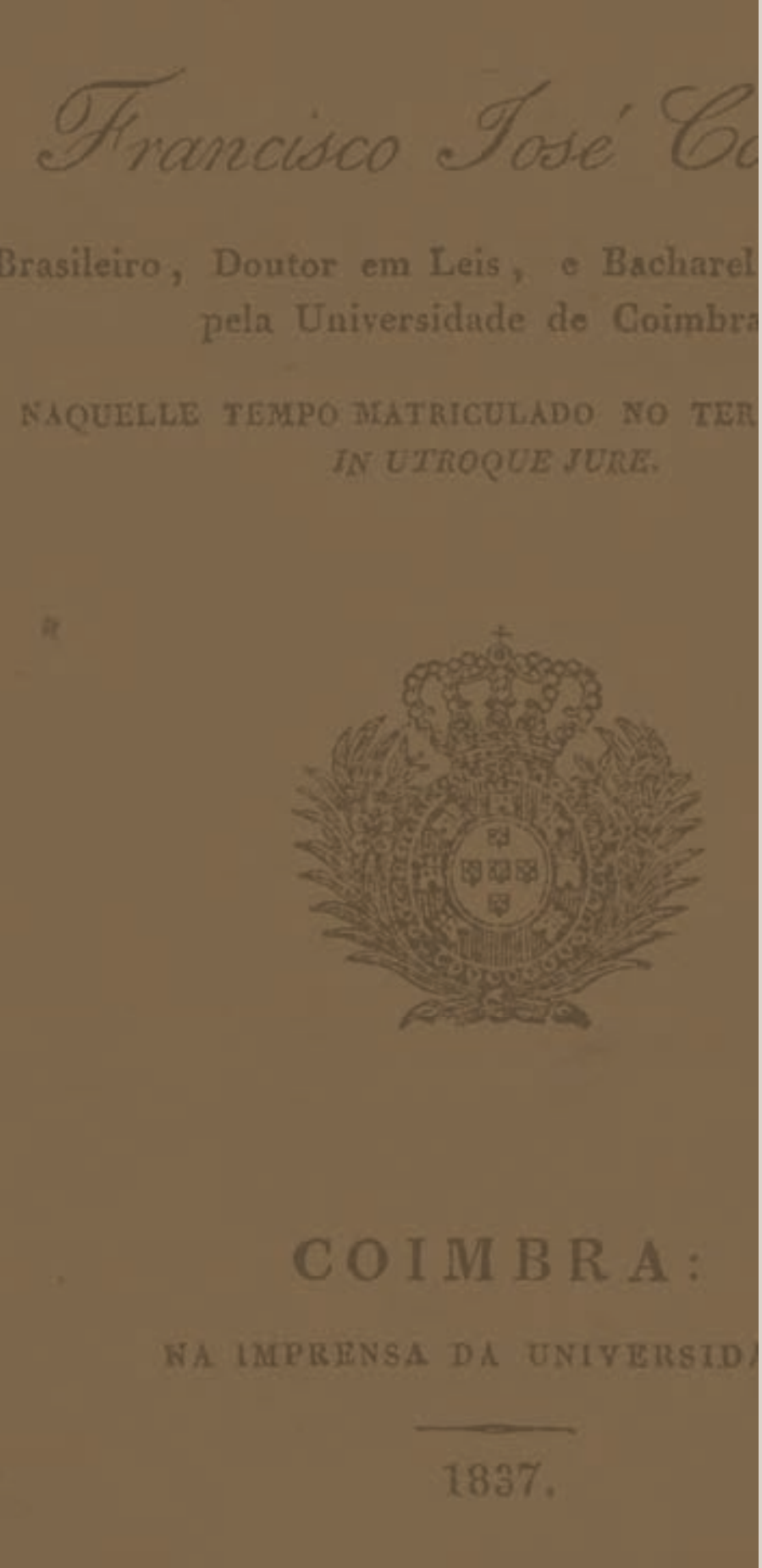
Joaquim de NOSSA SENHORA DA NAZARÉ, 1774-1851
Carta dirigida ao Imperador do Brasil,
redigida em 22 de Junho de 1823.
Gazeta Pernambucana. N.º 24, (21 jan. 1824), [p. 5].

João Jardim de Vilhena (F); Documentos
diversos (COL) – Lutas Liberais, n.º 135
AUC-VI-3.ª -2-3-1

5 *uma*

"homogeneidade ideológica"

Ao contrário da cultura predominante, por exemplo, na Universidade de Montpellier (antirreligiosa, revolucionária, maçónica), o Iluminismo Católico de Coimbra, ao serviço do Absolutismo Esclarecido de Pombal, era não-disruptivo.
Pensa o historiador brasileiro J. Murilo de Carvalho que tal criou entre os diplomados por Coimbra uma "homogeneidade ideológica" que convergiu na defesa de uma Independência com manutenção do regime monárquico (e do próprio Monarca), elemento político-jurídico da coesão territorial, enquanto cabeça do "Reino do Brasil".


Francisco José Co

Brasileiro, Doutor em Leis, e Bacharel
pela Universidade de Coimbra

NAQUELLE TEMPO MATRICULADO NO TER
IN UTROQUE JURE.

COIMBRA:

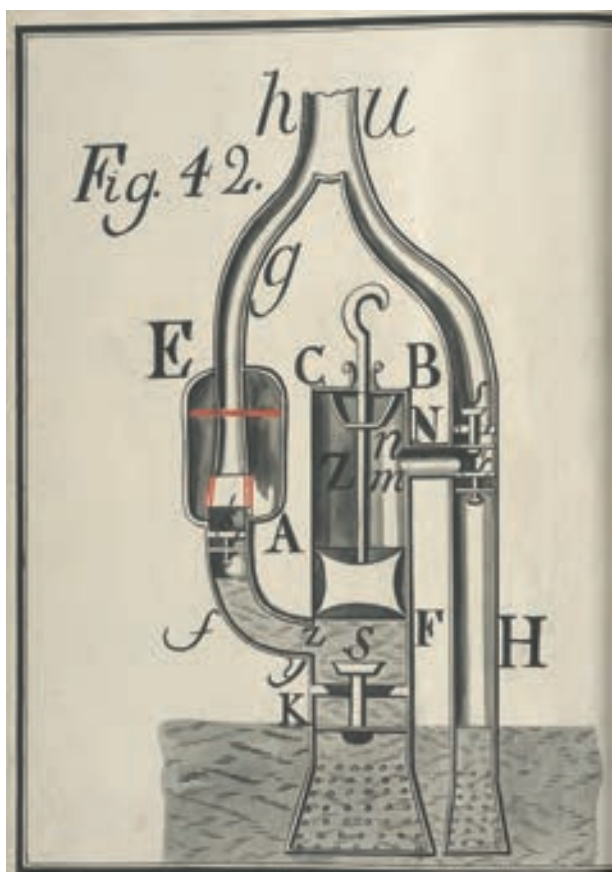
NA IMPRENSA DA UNIVERSIDA

1837.

(António d'Oliva de Sousa Sequeira, Addição ao projecto… Coimbra, 1821)

"Caírem em uma perfeita anarquia [...] e dividirem-se em tantos governos, quantas são as Capitanias. Mas seria isto interessante ao Brasil? De nenhum modo: o grande interesse do Brasil he a sua intima união, e a existência do todo. Unindo-se e formando uma só Nação, será formidável; dividindo-se, perdeu toda a sua força."

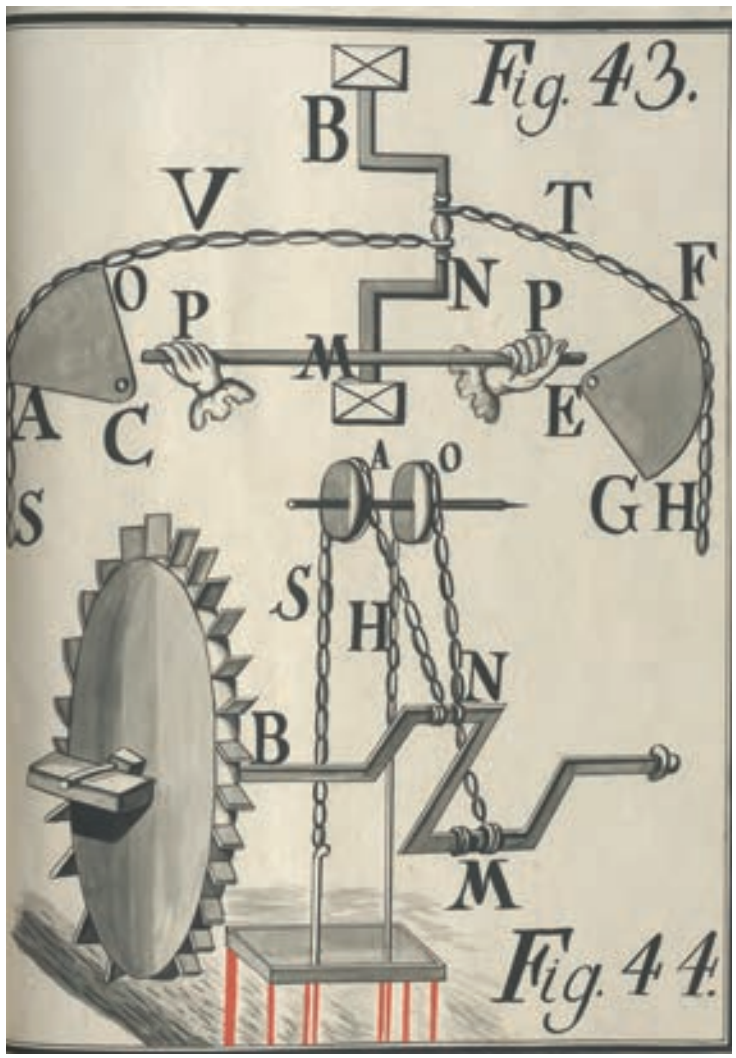
5.1



A Reforma pombalina da UC caraterizou-se pela introdução do método experimental no ensino das ciências naturais. Quando não era possível fazer a experiência na aula, o professor usava este powerpoint® do século XVIII.

José Monteiro da ROCHA, 1734-1819
Figuras de Hydrodynamica [manuscrito] / [des. Joaquim José da Silva Nogueira].
[Coimbra, ca. 1775-1781].

BGUC Ms. 3 153



Estes álbuns ilustrados de grandes dimensões foram pensados para as explicações do professor poderem ser seguidas por qualquer aluno, desde o seu lugar na sala de aula. Já não recordamos com que fundamento demos no Catálogo de 2012 a data de 1780 para este documento, que lá figurou também. Sabemos com certeza, por documento conservado no AUC, que é anterior a 1790, quando pelo trabalho do seu desenho foi pago o abridor de estampas da Imprensa da Universidade, Joaquim José da Silva Nogueira.
Os desenhos destas figuras de Hidrodinâmica foram executados sob a direção do Lente da cadeira, José Monteiro da Rocha, com base em manuais diversos disponíveis no seu tempo. José Monteiro da Rocha, um grande impulsionador da reforma pombalina em Coimbra, tem também alguma relação com o Brasil, onde residiu na primeira metade da sua vida, e iniciou os estudos no colégio dos jesuítas da Bahia. Álbuns semelhantes existem para a Mecânica e a Ótica (conservados na BGUC) e para a Astronomia (na biblioteca do Observatório Astronómico da UC).
As dificuldades em manter um ensino "experimental" eram também sentidas na Medicina, onde, por exemplo, a disponibilidade de corpos para a aula de Anatomia não era permanente (lembremo-nos de que não existiam frigoríficos) e tinha de ser suprida com recurso a ilustrações médicas detalhadas. É com esse propósito manifesto que Jacob de Castro Sarmento, um *alumnus* exilado em Londres, envia à sua *Alma Mater* conimbricense uma coleção de estampas coloridas setecentistas, em 1751.

ANNUNCIO

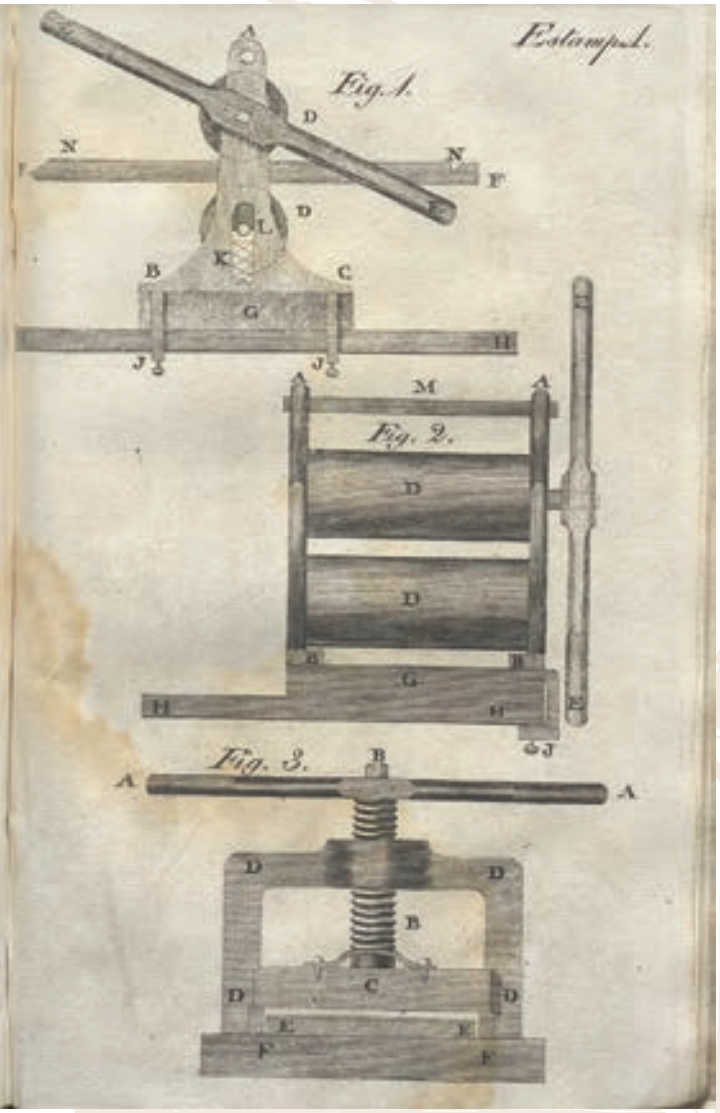
Dos descobrimentos feitos em Paranambuc, e remettido a hum dos Editores.

RECIFE DE PARANAMBUC AOS 20 DE SETEMBRO DE 1795.

MEU AMIGO E SENHOR

RECEBI nos fins de Março de 1795 a sua carta de Fevereiro de 1794, tendo sido retardada 15 mezes, aqual não respondi então, por estar 250 leguas distante daqui pela terra dentro: e lá me demorei anno e meio, donde agora chego. Antes que entre nos objectos em que V... me falla na sua carta, consinta que lhe dê parte da minha vida neste paiz, porque com isto me resalvo com justiça da culpa que talvez V.... me suppoem, de não ter eu continuado huma correspondencia seguida: não tendo certamente sido esta falta por minha negligencia, como logo verá: por que sinto hum prazer inexplicavel, quando recebo letras suas, e desejara receber em todos os navios huma, e muitas vezes, e responder-lhe outras tantas.

A'-



5.2

Toda uma geração de filhos da elite colonial brasileira obteve em Coimbra os instrumentos científicos necessários à valorização económica do Brasil, sobretudo através do empreendimento de "viagens filosóficas" a territórios inexplorados.

PALADIO PORTUGUÊS

Palladio Portuguez: ou Clarim de Pallas que annuncia periodicamente os novos descobrimentos e melhoramentos n'agricultura, artes, manufacturas, commercio, etc. / [José Mariano da Conceicäo Veloso]. Lisboa: Na Officina Patriarchal, 1796. Nº 1 (1796).

BGUC RB-16-24

Certamente a mais conhecida das "viagens filosóficas" realizadas por graduados da UC foi a de Alexandre Rodrigues Ferreira (1765-1815) à Amazónia, cujo interminável espólio se reparte hoje pelos acervos da Academia de Ciências, da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Museu da Ciência da UC, mas também pelo Brasil, Espanha e França. Contudo, as "viagens filosóficas" tiveram em Coimbra um alcance que vai muito para além no tempo e no espaço do que esta extraordinária expedição, de iniciativa real. É o que fica evidente nas colaborações que podem ler-se em "Dar corpo a ideias", rubrica cultural da UC, disponível em <https://www.uc.pt/cultura/viagens_philosophicas/>. Muitos outros brasileiros se envolveram nestas atividades práticas do ensino "philosophico" (ou das ciências naturais) de Coimbra, grande parte delas mais tardias, mas igualmente extraordinárias: Joaquim José da Silva, João da Silva Feijó, Manuel Arruda Câmara, Joaquim Velloso de Miranda, Francisco José de Lacerda e Almeida, António Pires da Silva Pontes Leme, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt Aguiar e Sá, etc. Contudo, poucos resultados produzem as viagens sem divulgação, sem publicações científicas. O "Palladio Portuguez" foi a primeira publicação de divulgação científica regular publicada em Portugal (e no Império). O seu editor literário foi Frei José Mariano da Conceição Veloso. Logo no fascículo 1, figuram entre os "Novos descobrimentos portuguezes" dois inventos provenientes de Pernambuco.

Mano do meu S. Ha dous Correyos que vos tenho participado a not.ª do meu desp.º q.do ainda parava na Secretaria, alem de 3.ª Carta, em q. vos avizei de ter ja baixado a o Ved.º do Paço, e nada tem sido bastante p.ª me fazer conseguir huma Reposta [illegible] de p[illegible] bem [illegible] da f[illegible] assim ajude [illegible] de est[illegible] gosto [illegible] meis [illegible] Condeci[illegible] rato [illegible] com hum de fluxo q. vos tinha causado dores em todo o Corpo. Queira D.s q. não tenha sido alguma especie de Reumatismo, perq. costumão ser impertinentes. P.ª me livrar do Cuid.º q. isto me causa, dezejo com impaciencia a vinda do Am.al

Por ca não he novid.e em saude. Terça f.ª vim dormir a

esta quinta das Prayas, q.do já o tempo não corre proprio p.ª banhos, perq. já tem chovido ainda q. pouco, e tem havido trovoadas, sendo fortissimo huma, q. houve na 4.ª f.ª em cuja manhã houve tambem hum terremoto pelas duas da madrugada, q. poz em agitação m.to gente da Ribeira. Hontem, e hoje porem tinha tomado p.ª dous banhos.

Quinta f.ª entrou hum navio do Rio, no qual veyo o nosso Vasco f.º da mano Clem.te, acompanhado de hum Preto Ramado Calisto, e de hum mulatinho pequeno forro, q. vem a titulo de seu Cr.º, e he a filh.ª das Manas do Doutorro, q. se empenhão com nosco, p.ª q. no serviço de Vasco estude, e se forme em Medicina. Vierão tambem dous Mr.es de João M.el e hum mayor Irmão dellas per p.te de mãy. O Vasco, esta em 11 annos, he claro e [illegible], e não he torpe. Sabe já construir, e tem capacid.e os outros dous vão em 13 e 14 an.s, são já homens, e tem fortes pernonas, e estão m.to atrazados. O Pay os manda p.ª o Coll.º dos Nobres. Eu tenho vontade de q. vão p.ª lá, mas a figura dellas me faz receyar q. sejão lá m.to metidos a bulha pelos outros. Não sey o q. será melhor fazer. O Irmão dellas he de hir p.ª Coimbra, e p.ª separalo dos outros Cantará, q. estes fiquem no Collegio.

Lembro o negocio de Pessoa de Antonio de Abreu a filho de Fr. Bernardo Comp.º do Bispo de Penafiel.

O Cardeal Reg.or teve hum pequeno ataque, q. lhe entortou hum Olho, mas foi pouco forte. Vea dos banhos das Caldas.

Estive 3.ª f.ª com o Senh.r de Pallavaí, q. me tornarão a repetir o m.to q. vos são obrig.dos

Remeto as Cartas q. trouxe Vasco, o qual p.ª o Correyo seg.te vos rendirá a sua Obed.ª. Ignacio não tem adiantado couza alguma no seu p.º negocio. Dis me q. Gregorio tem aquartelado a f.ª com o Jozé Correa Militar, q. he foi servir no Regim.to do Porto, e q. isso ficava p.ª se declarar. Duvido, q. este Militar he f.º de Sebastião Correa de Sá, e q. tomou o Bom do Avo Matedeo, mas não tenho noticia alguma certa. Dis me q. esta disposto a cuidar nas novas plantações. No mais não me diz cousa notavel.

De mim não posso dous mais; perq. me tornarão a tarde Seabra não tem feito couza alguma, nem tem esperanças. Tenho por certo q. se quizer hir por Alm.º p.ª alguma Corte poderá ser atendido. Ele estive aqui hontem comigo toda a tarde, e gr.de p.te de noite.

El Rey teve 3.ª f.ª e 5.ª dous Cezares, pelo q. se espera q. se recolherá com brevid.e a o seu Palacio da Ajuda.

Fico com a mayor vont.e de dar vos gosto, q. he possivel, dezejando sempre mostrar vos o m.to q. sou.

Quinta das Prayas. 23 de Agosto de 1778

Dosto Irmão m.to am.te e obr.do

Jozé Pet.º Ramos

5.3

Na sequência da Reforma de 1772, o número de estudantes de origem brasileira que buscavam "Luzes" em Coimbra aumentou para 15,6% (F. Taveira da Fonseca), no período de 1772-1789. Porém, não eram só os herdeiros dos fazendeiros ricos que chegavam a Coimbra.

Carta redigida por João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho para seu irmão D. Francisco de Lemos. Entre as notícias que lhe envia, refere a chegada recente de um navio do Rio de Janeiro, no qual vinha para estudar em Coimbra o seu sobrinho Vasco, que viria acompanhado de um "*mulatinho pequeno forro que vem a título de seu criado*", mas com a intenção de vir a estudar Medicina. Não sabemos se o propósito da família Coutinho foi cumprido em relação ao seu "criado" (cujo nome a carta não refere), mas acerca do sobrinho Vasco Fernandes Coutinho sabemos que viria a estudar na Faculdade de Cânones, onde obteve a formatura, em 1787. Era sobrinho de D. Francisco de Lemos, por ser filho de seu irmão Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo, governador do Maranhão.

CARTA

Carta de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho para D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.

Quinta das Prayas [Lisboa], 1778, ago. 29.

D. Francisco de Lemos (F); Correspondência (SR), carta n.º 45.

AUC VI–3.ª–1–3–29

DONA MARIA por graça de Deos Rainha de Portugal, e dos Algarves, d'aquém, e d'além mar, em Africa Senhora de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta Minha Carta de Lei virem, que constituindo a escolha de livros bons, e uteis a principal parte da educação do homem, por aprender nelles a solida, e pura doutrina, e as suas obrigações, assim Christans, como Civis; e pertencendo por esta causa á Igreja sómente o poder de declarar, e definir o Dogma, e a Doutrina, e consequentemente o direito de condemnar os livros nocivos, prejudiciaes, ou suspeitosos á Religião; e aos Principes igualmente como taes, o de proscrever os que forem contrarios á sociedade Civil, e á economia, e constituições positivas do seu Estado, e á utilidade, e socego público dos seus Vassallos; e ainda aos que se oppuzerem á Religião, e á Doutrina, não só como Protectores da Igreja, e dos Sagrados Canones, mas na mesma qualidade de Principes, Senhores, e de Supremos Magistrados Politicos, e por depender da sua lição a mesma felicidade temporal: Considerando ElRei, Meu Senhor, e Pai, que está em gloria, que estes importantissimos direitos, que por parte da Igreja os Bispos do Reino, e os Ministros do Santo Officio, e no seu Real Nome exercitavão os Ministros da Meza do Desembargo do Paço, não erão ainda tratados com toda aquella exactidão, que Elle desejava; porque não cabendo no expediente dos gravissimos negocios das suas inspecções verem, e examinarem per si mesmos os livros, e mais papeis, como era necessario, commettião o exame, e approvação delles a Censores externos, que regularmente se não interessavão como devião sobre o relevantissimo objecto, que se lhes confiava: O mesmo Senhor, além

de

5.4

A UC acolheu a Reforma, mas não se vergou completamente aos ditames da Censura criada por Pombal para policiar a entrada de "livros perigosos" no Reino, por exemplo, jamais remetendo àquele tribunal, para exame, o catálogo da sua "livraria".

As poucas encadernações que sobrevivem na BGUC dos livros da biblioteca dos Távoras foram raivosamente mutiladas pelos esbirros do Marquês de Pombal, o que poderia sugerir algum "raid" punitivo realizado à "Livraria da Universidade", nome porque era conhecida a Biblioteca. Contudo, tudo indica que esses cortes feitos às armas dos Távoras terão acontecido antes de as obras aí serem incorporadas.
O que sabemos com certeza é que, na sequência da criação da Real Mesa Censória, este tribunal insistiu no envio do catálogo dos livros da "Livraria da Universidade", mas sem qualquer sucesso. Hoje, podemos lamentar que o catálogo setecentista não tivesse sido enviado, porque poderíamos dispor dele (como acontece com muitos outros, até de bibliotecas privadas) nos arquivos nacionais.
A recusa da UC em expor à censura o catálogo dos seus livros prefigurava, de alguma forma, a atitude que a Biblioteca sempre viria a ter perante tentativas de limitar o acesso à documentação e à informação, nomeadamente durante a ditadura de Salazar-Caetano, no século XX.
Foi esta atitude de permanente resistência à censura que (entre outras) lhe mereceu, em 2014, a atribuição da Marca do Património Europeu/*European Heritage Label*.

PORTUGAL. Leis, Decretos, etc.
[*Lei de 21 de junho de 1787 que substitui a designação de tribunal da Real Mesa Censória pela de Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros*].
[Lisboa: Officina Régia Typografica, 23 jun. 1787].

BGUC Ms. 3 138, f. 306-312

5.5

A ideia de que a UC estava fechada às influências francesas não será verdadeira quanto aos livros, se examinarmos os fundos de todas as antigas "livrarias", a universitária e as dos Colégios (S. Pedro, por exemplo), adquiridos a livreiros franceses como Borel e Bertrand.

Diversos livreiros franceses eram fornecedores de obras para a Biblioteca da Universidade e para as bibliotecas especializadas das Faculdades e alguns deles tiveram mesmo casa comercial em Coimbra. Os livreiros Borel e Bertrand foram os maiores fornecedores de livros para a Universidade, juntamente com os livreiros Orcel, também franceses, estes dois irmãos com casa em Coimbra, desde o século XVIII. Na relação de livros estrangeiros que a UC refere como fornecidos pelos dois livreiros sobressaem as obras de medicina, zoologia, física e economia, o que configura um elenco de bibliografia sobretudo científica e não, por exemplo, de natureza filosófica, então decerto consideradas "perigosas" em Portugal, sobretudo se viessem de França.

Relação de livros comprados no Borel […] *Livros comprados ao Bertrand* […]. Coimbra, 1825, nov. 4.

Universidade de Coimbra (F); Documentos de aquisição de obras para a Biblioteca (SR)
AUC-IV-1.ªE-1-1-17

Entregues na Bibliotheca os Livros do que se trata, paguese. Coimbra em Junta de 11 de Novbr. de 1825 — [illegible]

Relação dos Livros,

comprados no Borell.

N.º 20

Papel . . 27840 0
M 27886 0
55826 0

L.ᵈᵒ a f. 55 do L.º 16 em 25 de Fevr.º de 1826 —

L.ᵈᵒ no Diario a f. 21

1. Carlos Scudamore, Traité sur la nature, et le traitement de la goutte, et du Rhumatisme, renfermant des considerations generales sur l'état morbide des Organes digestifs, des Remarques sur le regime, et des Observations pratiques sur la gravelle. Traduit de l'anglais sur la derniere Edition, par C. F. Deuxieme Edition, augmentée 1.º d'une Addition contenant les principes de la nouvelle Doctrine medicale de Mr. Broussais, sur la goutte par Mr. Goupil, Docteur en Medicine; 2.º d'une Memoire sur l'emploi des bains de vapeur dans les affections rhumatismales, par un Medecin de l'hopital Saint-Louis; avec des planches representant tous les appareils emploiés dans cet Hopital — 2 vol — 8.º — 1823 — Preço — 2880. +

2. Hayet, Dictionnaire des Menages, ou recueil de recettes, et d'Instruction pour l'Economie Domestique; savoir: Moyens de conserver les fruits, les Legumes, les grains, et autres Provisions alimentaires; de faire les confitures, les Marmelades, les Sirops, les Liqueurs, les Ratafias, les fruits secs, et à l'eau-de-vie; de preparer le café, le chocolat, le thé, le punch, la limonade, et autres liqueurs d'agrément; l'art de faire le pain, le vin, le cidre, et les Boissons Economiques, les Vinaigres naturels, et aromatisés, les eaux odoriferantes; soins à donner à la Cave, à la Basse Cour, aux Oiseaux de volieres, et aux Animaux domestiques; destruction des insectes Nuisibles; conservation du linge, des Etoffes, et d'autres Effets et Meubles; enfin, quantité de procedés pour tirer meilleur parti de sa fortune, et rendre sa vie plus agreable. Ouvrage utile aux Peres, et Meres de Famille; et à tout Chef de Maison. Seconde Edition, corrigée très-soigneusement, et augmentée d'un grand nombre d'Articles, notamment du Calendrier de la bonne Menagere, par M. Steph. Robinet, Phar-

Poezias

De

José Anastacio da Cunha

BIBLIOTHECA DA UNIVERSIDADE
COIMBRA
Bibliotheca da Universidade
COMPRA
COIMBRA

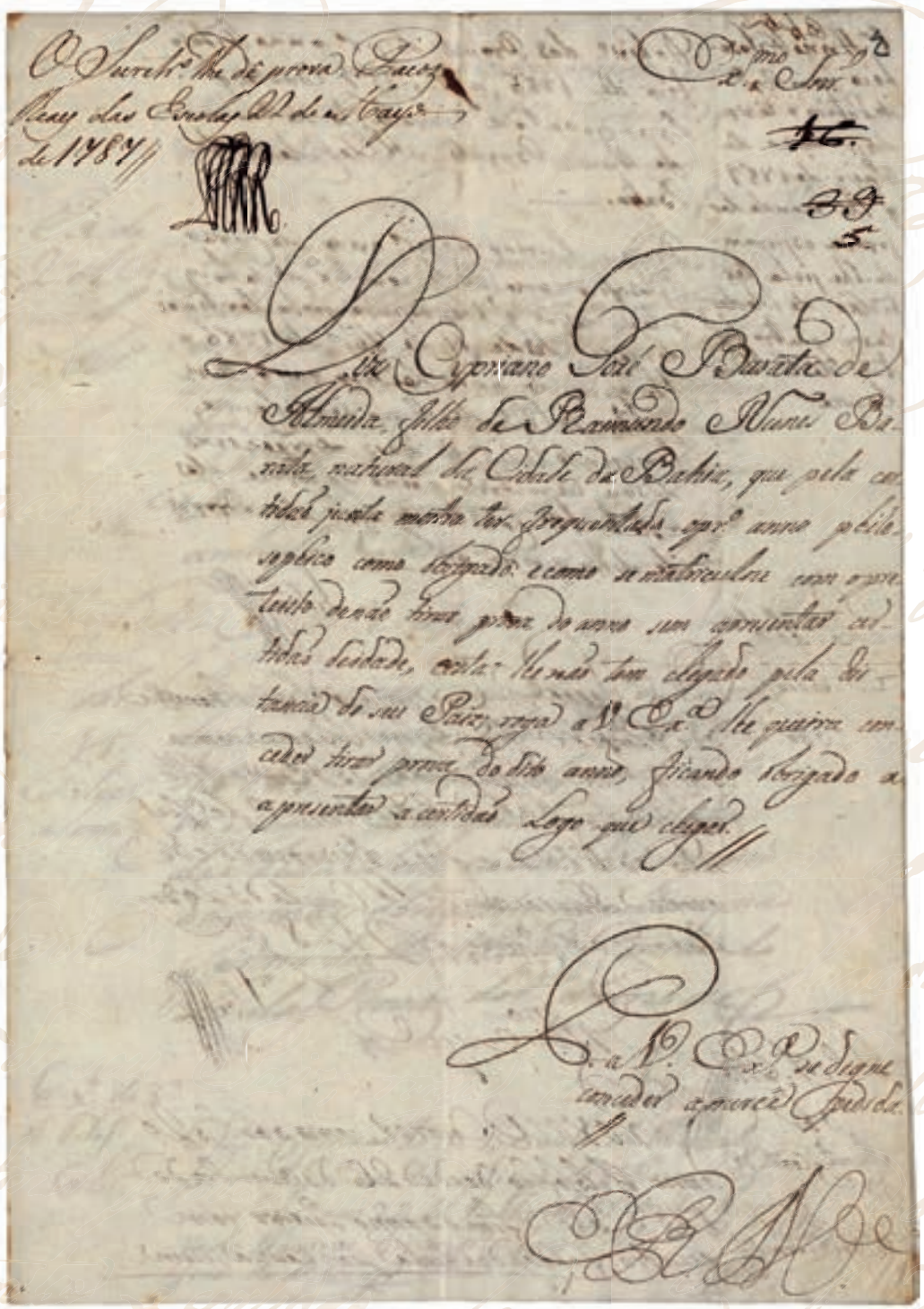
5.6

Nunca foram comuns em Coimbra os professores geniais, irreligiosos e "libertinos" como José Anastácio da Cunha (1744-1787) que, antes de ser afastado pela Inquisição, terá tido influência relevante em alguns alunos seus nascidos no Brasil.

José Anastácio da Cunha, Lente de Geometria (1773-1777) por proposta do próprio Marquês de Pombal, foi uma personalidade fulgurante e genial, que mereceria aqui um tratado e não apenas esta curtíssima nota biográfica. Assistiu ainda à formatura dos primeiros graduados pela Universidade reformada, antes de penitenciado pela Santa Inquisição. Alguns alunos brasileiros foram seus discípulos, mas muitos outros foram depois influenciados pelas suas ideias e exemplos. Por exemplo, Quirino da Fonseca (1936) apenas podia suspeitar de que o paulista Francisco José de La-Cerda e Almeida (1753-1798) tivesse sido aluno de Anastácio da Cunha, mas hoje podemos confirmar tal hipótese porque o manuscrito (breve e muito minucioso) da sua tese se conserva, com rubrica do mesmo professor (BGUC Ms. 1367, f. 213-217) nos fundos da Biblioteca Geral. Além do brilhantismo matemático, José Anastácio da Cunha foi tradutor de Anacreonte, Horácio, Milton, Shakespeare, Racine, Voltaire e Pope e um excelente poeta acerca do qual Fernando Pessoa escreveu: *"O esquecido José Anastácio da Cunha (poeta superior ao exageradamente apreciado e insuportável Bocage) (...) representa o primeiro lampejo da alvorada no horizonte da literatura portuguesa"*.

José Anastácio da CUNHA, *1744-1787*
Poezias [manuscrito].
[S. l., s. d.].

BGUC Ms. 1 243



5.7

Talvez a personalidade mais radical produzida por Coimbra tenha sido o maçon baiano Cipriano Barata, nativista exaltado, abolicionista e republicano, o "homem de todas as revoluções".

Mostra-se a petição de Cipriano José Barata de Almeida, natural da Baía, dirigida ao Reitor da Universidade para que lhe seja passada atestação de como frequentou o 1.º ano do Curso Filosófico, desde 1786, apesar de se ter matriculado sem a certidão de idade, cuja apresentação era nessa época já obrigatória. Na petição alega que "*… esta lhe não tem chegado pela distancia do seu Paiz …*", situação por certo vivida frequentemente por outros compatriotas, que se deparavam com as mesmas dificuldades para apresentar todos os documentos necessários à sua matrícula na Universidade, pela dificuldade em os obterem no devido tempo.

Petição dirigida ao Reitor da Universidade por Cipriano José Barata de Almeida, natural da Bahia, para que lhe seja passada atestação de como frequentou o 1.º ano do Curso Filosófico, desde 1786.
Coimbra, 22 de maio de 1787.

Universidade de Coimbra (F); Processos de carta de curso (SR), 1790 - Filosofia
AUC-IV-2.ªD-12-2-44

OIMBRA

MEDICINA THEOLOGICA.

e obrigando-os a fixar sua attenção nelles objectos, impostos por penitencia para assim os occupar, e impedir que sejaõ arrastados pelo objecto amado. O Sabio perdido com os livros que vá cuidar na lavoira de hum campo, e ahi pratique sua Sciencia com utilidade propria, e tambem de sua patria. Hum amante de mulheres, que se case se lho permitte o seu estado, quando naõ que estude suas enfermidades, suas mortes, e as escreva para seu desengano, e beneficio das mesmas mulheres. Hum colerico igualmente que hum saudoso da Patria, que façaõ viagens, ganhem o comer com o suor de seu rosto, evitem toda a ociosidade. Hum ebrioso que seja enfermeiro, que teve o vinho emetico, e as bebidas purgativas para os Hospitaes, e veja o que produzem os remedios avinhados, oiça o que delle dizem os Medicos, e se capacitem que nos licores espirituosos lhe podem seus inimigos dar veneno com que vomite, fique estragado, e morra. Em segundo lugar prescrevaõ os Senhores Confessores remedios farmaceuticos tirados ou da classe dos amargosos, ou dos azedos, porque ambos saõ penosos á natureza, mas apropriados a cada huma da classe dos amantes: isto he os azedos para aquelles que se exercitaõ em trabalhos corporaes, e os amargosos para os que fazem vida sedentaria, e ociosa; vejaõ-se as receitas no fim dos Capitulos, e ahi se escolhaõ segundo as indicações aqui mencionadas. Fallemos agora com mais distincçaõ nos graos das doenças do amor, e seja CA-

CAPITULO VII.

A Nostalgia, ou Saudades he enfermidade.

DO amor em geral nasce o primeiro ramo de enfermidade, que he a Nostalgia, ou aquelle amor da Patria, dos parentes, e pessoas com quem se teve algum commercio, e amizade, mas que por estarem ausentes naõ podem os amantes tratar com elles, e por isso se affligem, choraõ, e correm com tanta pressa a huma Phthysica nervosa, que em menos de tres semanas se vem ser atacados de marasmos, e anorexias, isto he, de magreza, e fastio; porque naõ comem, naõ bebem, naõ dormem, naõ querem conversar com os Estrangeiros, entre quem se achaõ, e faltaõ ao cumprimento de todas as suas obrigações, ou sejaõ politicas, ou civicas. *Christaens*

As pessoas mais atacadas deste mal, saõ as gentes moças de qualquer sexo que sejaõ, e que tiveraõ huma educaçaõ molle, entretida na variedade dos prazeres, e que vendo-se obrigados a ausentar-se por algum motivo, naõ podem tirar de seus corações o habito do amor com que estavaõ prezos, e faltando-lhes ao mesmo tempo o objecto, em que este amor se empregava, formaõ inuteis desejos, desesperaõ de o tornar a possuir, e se enchem de tristeza, e melancolia, ou adoecem, e enlouquecem. Naõ he isto o que estamos vendo em Portugal em mui-

LISBOA:
Na Offi. DE ANTONIO RODRIGUES GALHARDO,
Impreſſor da Sereniſſima Caſa do Infantado.
ANNO M. DCC. XCIV.

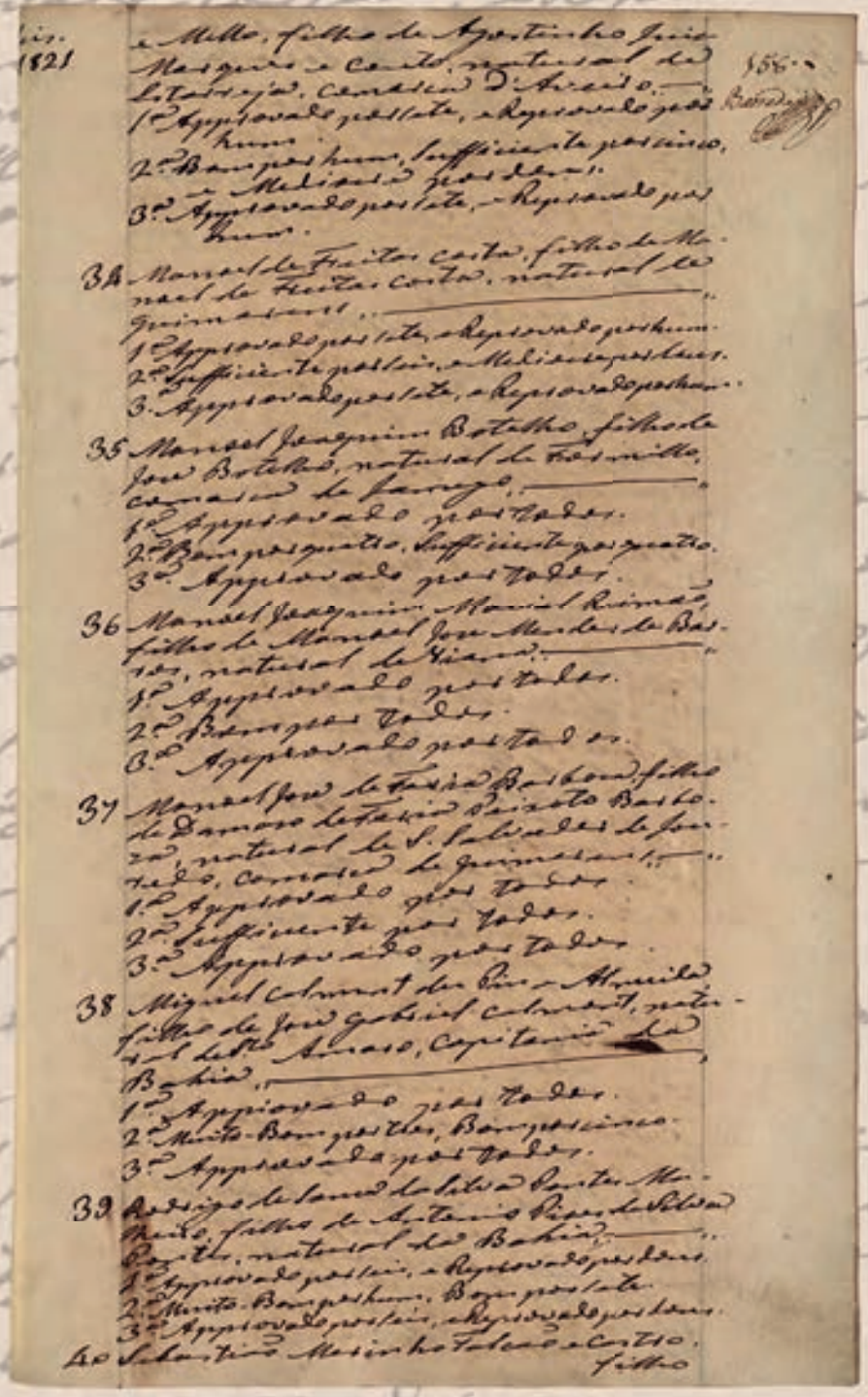
5.8

Os estudantes sempre foram provocadores: consta que o mineiro Francisco de Melo Franco e os cariocas António de Moraes e Silva e António Pereira de Sousa Caldas usaram os fornos do Laboratorio Chimico *de Coimbra para assar um presunto, em sexta-feira santa.*

Francisco de Melo FRANCO, 1757-1823
Medicina theologica, ou Supplica humilde, feita a todos os Senhores Confessores, e Directores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos peccados, principalmente da Lascivia, Colera, e Bebedice.
Lisboa: Na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1794.
O exemplar conserva anotações a tinta e a lápis.

BGUC J.F.-44-2-16

O capítulo em que esta obra de Melo Franco se mostra aberta tem por título *"A nostalgia ou Saudades he enfermidade"*, o que sumaria a grande novidade da obra: remete para o campo da saúde (tirando-os do campo da Moral) certos comportamentos, como o *"furor uterino"*, certas adições, como a *"bebedice"*, ou certos estados anímicos, como esta *"nostalgia"*. A obra passou no tribunal da Real Mesa Censória sem reservas aparentes, o que surpreende, mas viria a ser perseguida posteriormente, quando o seu conteúdo se revelou chocante para a sociedade setecentista lisboeta: a obra foi proibida no mesmo ano da sua edição. O intendente Pina Manique da polícia de Lisboa foi encarregado de descobrir o seu anónimo autor e de fazer apreender pelo Desembargo do Paço os exemplares impressos do livro e, em 26 de outubro de 1794, comunicou ter preso *"Caetano Dragace, autor do livro intitulado Medecina Theologica"*, incriminado por umas cartas que foram encontradas na sua posse. No entanto, Inocêncio Francisco da Silva (6:178) refuta a atribuição da obra a Caetano Alberto Dragazzi e garante que a autoria é de Melo Franco, um médico natural de Paracatu, formado em Coimbra, autoria confessada pelo próprio, anos depois, no Rio de Janeiro, ao padre Joaquim Dâmaso.



e Mello, filho de Agostinho Luiz
Marques e Couto, natural de
Estarreja, Comarca d'Aveiro.
1.ª Approvado por sete, e Reprovado por
hum.
2.ª Bom por hum, Sufficiente por cinco,
e Mediocre por dous.
3.ª Approvado por sete, e Reprovado por
hum.

34 Manoel de Freitas Costa, filho de Ma-
noel de Freitas Costa, natural de
Guimarães.
1.ª Approvado por sete, e Reprovado por hum.
2.ª Sufficiente por seis, e Mediocre por dous.
3.ª Approvado por sete, e Reprovado por hum.

35 Manoel Joaquim Botelho, filho de
José Botelho, natural de Formillo,
comarca de Jamego.
1.ª Approvado por todos.
2.ª Bom por quatro, Sufficiente por quatro.
3.ª Approvado por todos.

36 Manoel Joaquim Manoel Rimão,
filho de Manoel José Mendes de Bar-
ros, natural de Viana.
1.ª Approvado por todos.
2.ª Bom por todos.
3.ª Approvado por todos.

37 Manoel José de Faria Barboza, filho
de Damaso de Faria Peixoto Barbo-
za, natural de S. Salvador de Jou-
redo, Comarca de Guimarães.
1.ª Approvado por todos.
2.ª Sufficiente por todos.
3.ª Approvado por todos.

38 Miguel Calmont du Pin e Almeida,
filho de José Gabriel Calmont, natu-
ral de S.to Amaro, Capitania da
Bahia.
1.ª Approvado por todos.
2.ª Muito-Bom por tres, Bom por cinco.
3.ª Approvado por todos.

39 Rodrigo de Souza da Silva Pontes Ma-
theiro, filho de Antonio Pires da Silva
Pontes, natural da Bahia.
1.ª Approvado por seis, e Reprovado por dous.
2.ª Muito-Bom por hum, Bom por sete.
3.ª Approvado por seis, e Reprovado por dous.

40 Sebastião Marinho Falcão e Castro,
filho

156.
Barradas

156.
Barradas
e Mello, filho de Agostinho Luiz
Marques e Couto, natural de
Estarreja, Comarca d'Aveiro.
1.ª Approvado por sete, e Reprovado por
hum.
2.ª Bom por hum, Sufficiente por cinco,
e Mediocre por dous.
3.ª Approvado por sete, e Reprovado por
hum.
34 Manoel de Freitas Costa, filho de Ma-
noel de Freitas Costa, natural de
Guimarães.
1.ª Approvado por sete, e Reprovado por hum.
2.ª Sufficiente por seis, e Mediocre por dous.
3.ª Approvado por sete, e Reprovado por hum.
35 Manoel Joaquim Botelho, filho de
José Botelho, natural de Formillo,
comarca de Jamego.
1.ª Approvado por todos.
2.ª Bom por quatro, Sufficiente por quatro.
3.ª Approvado por todos.
36 Manoel Joaquim Manoel Rimão,
filho de Manoel José Mendes de Bar-
ros, natural de Viana.
1.ª Approvado por todos.
2.ª Bom por todos.
3.ª Approvado por todos.
37 Manoel José de Faria Barboza, filho
de Damaso de Faria Peixoto Barbo-
za, natural de S. Salvador de Jou-
redo, Comarca de Guimarães.
1.ª Approvado por todos.
2.ª Sufficiente por todos.
3.ª Approvado por todos.
38 Miguel Calmont du Pin e Almeida,
filho de José Gabriel Calmont, natu-
ral de S.to Amaro, Capitania da
Bahia.
1.ª Approvado por todos.
2.ª Muito-Bom por tres, Bom por cinco.
3.ª Approvado por todos.
39 Rodrigo de Souza da Silva Pontes Ma-
theiro, filho de Antonio Pires da Silva
Pontes, natural da Bahia.
1.ª Approvado por seis, e Reprovado por dous.
2.ª Muito-Bom por hum, Bom por sete.
3.ª Approvado por seis, e Reprovado por dous.
40 Sebastião Marinho Falcão e Castro,
filho

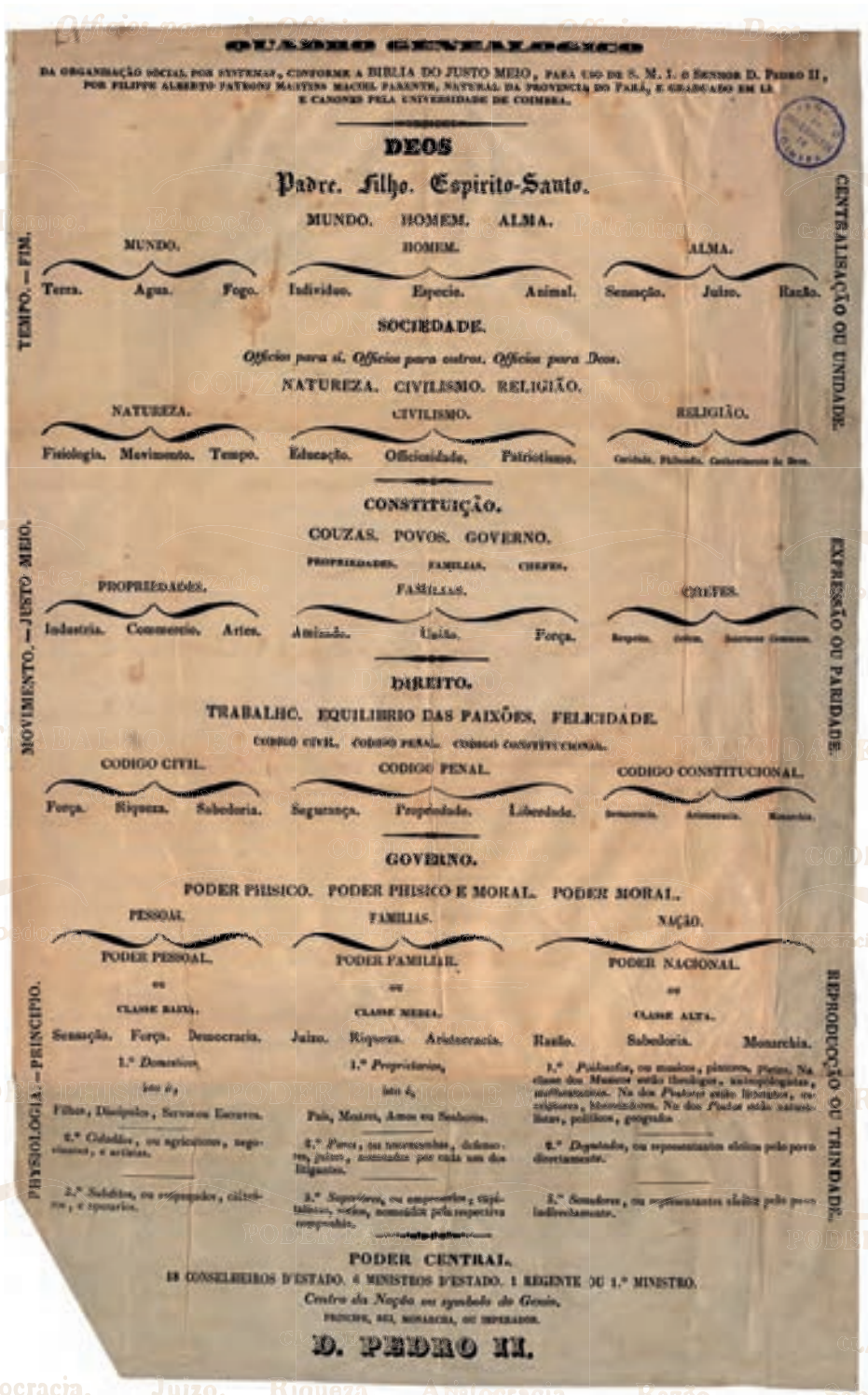
5.9

Forjou-se em Coimbra, numa sociedade secreta, a amizade entre o português Almeida Garrett, o mineiro Cândido José de Araújo Vianna e os baianos Miguel Calmon du Pin e Almeida e Francisco Gomes Brandão (depois conhecido como Francisco Gê Acayaca de Montezuma).

Estes três alunos concluíram o curso de Leis no mesmo ano de 1821, como se pode ver na "Informação Final" que se mostra. Destacamos a apresentação da informação como bacharel formado em Leis, atribuída a Miguel Calmon du Pin e Almeida, pelo "*Juízo das Informações da Faculdade de Leis*". Outros alunos baianos figuram também neste elenco de informações, na mesma data, como António de Araújo Ferreira e Jacobina, Francisco Gomes Brandão Montezuma, Gustavo Adolfo d'Aguilar, João Emídio dos Santos Tourinho, José Maria Monteiro de Barros, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, António José Leal, Simpliciano Frederico da Costa Ferreira e João Francisco de Borja Pereira.

Informação final, como bacharel formado em Leis, atribuída a Miguel Calmon du Pin e Almeida, pelo "Juízo das Informações da Faculdade de Leis".

Universidade de Coimbra (F); Registo de Informações Finais (SR), vol. 3, fl. 156
AUC-IV-1.ªD-3-1-3



QUADRO GENEALOGICO

DA ORGANISAÇÃO SOCIAL POR SYSTEMAS, CONFORME A BIBLIA DO JUSTO MEIO, PARA USO DE S. M. I. O SENHOR D. PEDRO II, POR FILIPPE ALBERTO PATROCINI MARTINS MACIEL PARENTE, NATURAL DA PROVINCIA DO PARÁ, E GRADUADO EM LI E CANONES PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

DEOS

Padre. Filho. Espirito-Santo.

MUNDO. HOMEM. ALMA.

MUNDO.			HOMEM.			ALMA.		
Terra.	Agua.	Fogo.	Individuo.	Especie.	Animal.	Sensação.	Juizo.	Razão.

SOCIEDADE.

Officios para si. Officios para outros. Officios para Deos.

NATUREZA. CIVILISMO. RELIGIÃO.

NATUREZA.			CIVILISMO.			RELIGIÃO.		
Fisiologia.	Movimento.	Tempo.	Educação.	Officiosidade.	Patriotismo.	Caridade.	Philosofia.	Conhecimento de Deos.

CONSTITUIÇÃO.

COUZAS. POVOS. GOVERNO.

PROPRIEDADES. FAMILIAS. CHEFES.

PROPRIEDADES.			FAMILIAS.			CHEFES.		
Industria.	Commercio.	Artes.	Amizade.	União.	Força.	Respeito.	Ordem.	Interesse Commum.

DIREITO.

TRABALHO. EQUILIBRIO DAS PAIXÕES. FELICIDADE.

CODIGO CIVIL. CODIGO PENAL. CODIGO CONSTITUCIONAL.

CODIGO CIVIL.			CODIGO PENAL.			CODIGO CONSTITUCIONAL.		
Força.	Riqueza.	Sabedoria.	Segurança.	Propriedade.	Liberdade.	Democracia.	Aristocracia.	Monarchia.

GOVERNO.

PODER PHISICO. PODER PHISICO E MORAL. PODER MORAL.

PESSOAL.			FAMILIAS.			NAÇÃO.		
PODER PESSOAL.			PODER FAMILIAR.			PODER NACIONAL.		
ou			ou			ou		
CLASSE BAIXA.			CLASSE MEDIA.			CLASSE ALTA.		
Sensação.	Força.	Democracia.	Juizo.	Riqueza.	Aristocracia.	Razão.	Sabedoria.	Monarchia.
1.º *Domesticos*, isto é, Filhos, Discipulos, Servos ou Escravos.			1.º *Proprietarios*, isto é, Pais, Mestres, Amos ou Senhores.			1.º *Philosofos*, ou musicos, pintores, poetas. Na classe dos *Musicos* estão theologos, antropologistas, mathematicos. Na dos *Pintores* estão litteratos, escriptores, historiadores. Na dos *Poetas* estão naturalistas, politicos, geografos.		
2.º *Cidadãos*, ou agricultores, negociantes, e artistas.			2.º *Pares*, ou mercenarios, defensores, juizes, nomeados por cada um dos litigantes.			2.º *Deputados*, ou representantes eleitos pelo povo directamente.		
3.º *Subditos*, ou empregados, cultores, e operarios.			3.º *Superiores*, ou empresarios, capitalistas, socios, nomeados pela respectiva companhia.			3.º *Senadores*, ou representantes eleitos pelo povo indirectamente.		

PODER CENTRAL.

18 CONSELHEIROS D'ESTADO. 6 MINISTROS D'ESTADO. 1 REGENTE OU 1.º MINISTRO.

Centro da Nação ou symbolo do Genio.

PRINCIPE, REI, MONARCHA, OU IMPERADOR.

D. PEDRO II.

TEMPO. — FIM.

MOVIMENTO. — JUSTO MEIO.

PHYSIOLOGIA. — PRINCIPIO.

CENTRALISAÇÃO OU UNIDADE.

EXPRESSÃO OU PARIDADE.

REPRODUCÇÃO OU TRINDADE.

5.10

A rica coleção documental João Jardim de Vilhena, no AUC, contém muita ephemera*: este curioso papel concebido por um paraense usa o tradicional formato "genealógico" para transmitir conceitos sócio-político-filosóficos muito pessoais.*

Este folheto, sem data e sem local de impressão, seria apenas divulgativo da interpretação pessoal de Filipe Patroni (ver também 4.1 e 7.8) da organização do poder central e político, face ao Direito e à Constituição. Não deixou de vincar bem a sua formação académica em Coimbra, que quis deixar impressa em letra de forma, no mesmo texto: *"natural da Provincia do Pará e graduado em Leis e Canones pela Universidade de Coimbra"*. Efetivamente, obteve o grau de bacharel na Faculdade de Cânones, em 03.06.1820 e o mesmo grau na Faculdade de Leis, em 08.06.1820, circunstância que não era muito comum, obter a graduação em duas Faculdades.

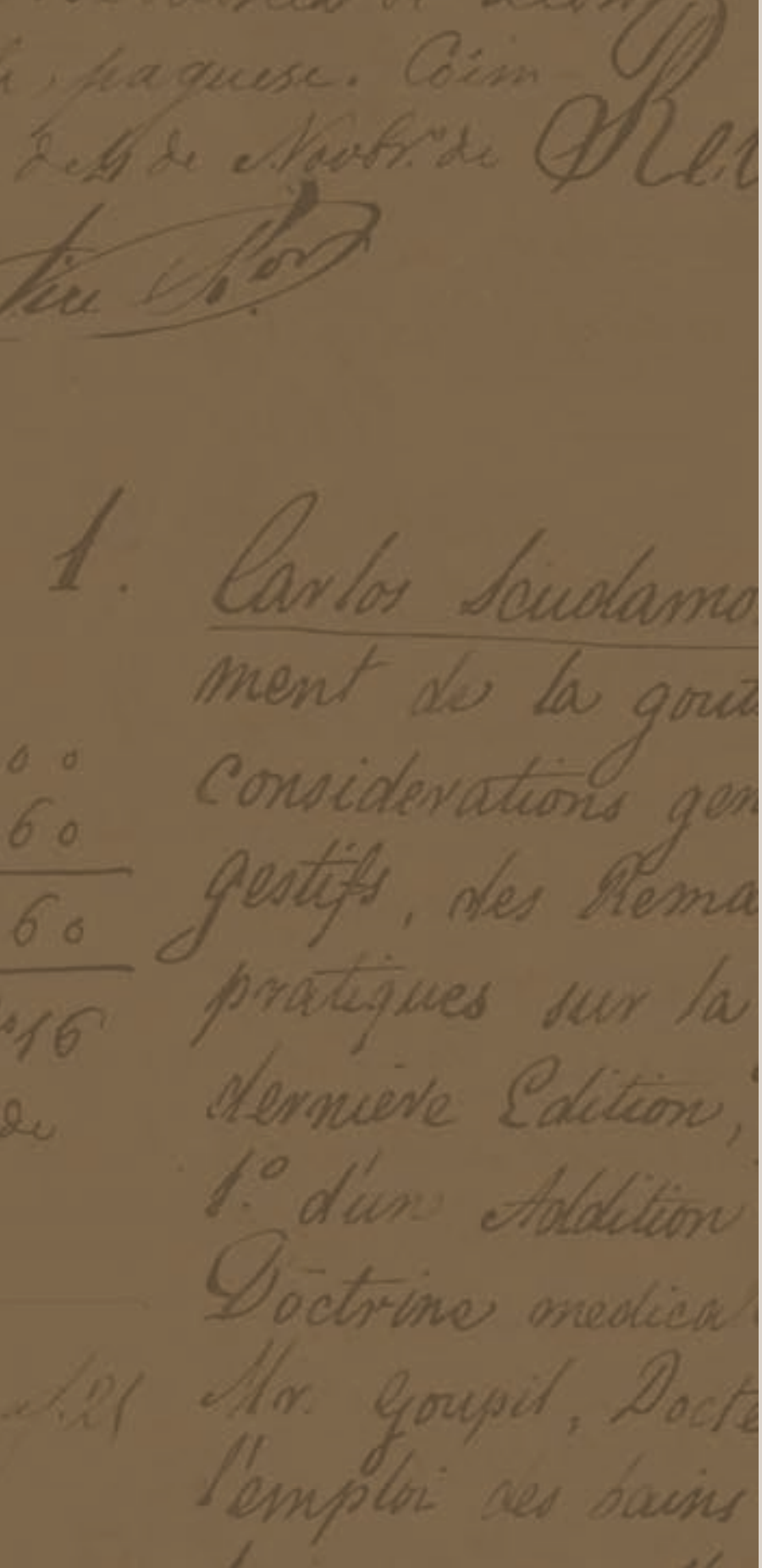
Felipe Alberto PATRONI, 1798-1866
Quadro Genealógico da organização social por systemas, conforme a Biblia do Justo Meio, para uso de S. M. I. o Senhor D. Pedro II.
[S. l.: s. n., s. d.].

João Jardim de Vilhena; Documentos diversos (COL) – Lutas Liberais, n.º 135
AUC-VI-3.ª -2-3-1

6 alguns na

ex-alunos independência

Ao tempo da Independência, frequentavam a UC cerca de 230 alunos brasileiros.
Alguns não terão tido qualquer papel nos acontecimentos, mas outros estiveram, de facto, envolvidos nas lutas políticas que culminariam na declaração da Independência ou naquelas que se lhe seguiriam.
Aqueles que aqui se ilustram com algum documento (do qual sejam autores ou sujeitos) não constituem uma escolha qualitativa – os que a UC considerasse mais "importantes" – mas apenas uma amostra significativa, e escolha muito condicionada, aliás, pela limitação do espaço expositivo.



"Estou persuadido não existisse uma como a classe dos detrimento do país, a classe militar desgraças

(Senador Cruz Jobim, in Jornal do Commercio, 3 ago. 1855)

de que se na época da Independência do Brasil classe tão inteligente, tão ilustrada e prestigiosa legistas [...] outras, provavelmente com grande teriam predominado na administração, talvez predominasse e viéssemos a cair nas mesmas em que tem andado a América Espanhola..."

P. Coimbra 14 de Junho de 1803.

Illmo Sor

10 REIS

Diz Belchior Pinhr.o de Oliv.a filho de Belchior Pinhr.o de Oliv.a, natural do Serro Frio q' elle precisa p.r certidão alheios do seu exame do p.r anno Juridico, e q' tambem se declare os documentos, q' juntou p.a a matricula do d.o anno.

P. A V. S. seja servido assim mandar.

E. R. M.ce

Ex.e de 1.o A. Juridico

Supp.e Belchior Pinheiro de Oliveira, fez Exame das Disciplinas do 1.o anno do Curso Juridico na fr.a dos Estatutos, em 11. de Junho de 1803.

6.1

O bacharel em Leis e padre Belchior Pinheiro de Oliveira (1778-1856), depois de ter sido deputado por Minas Gerais às Cortes de Lisboa, viria a estar ao lado do Imperador no episódio do Ipiranga.

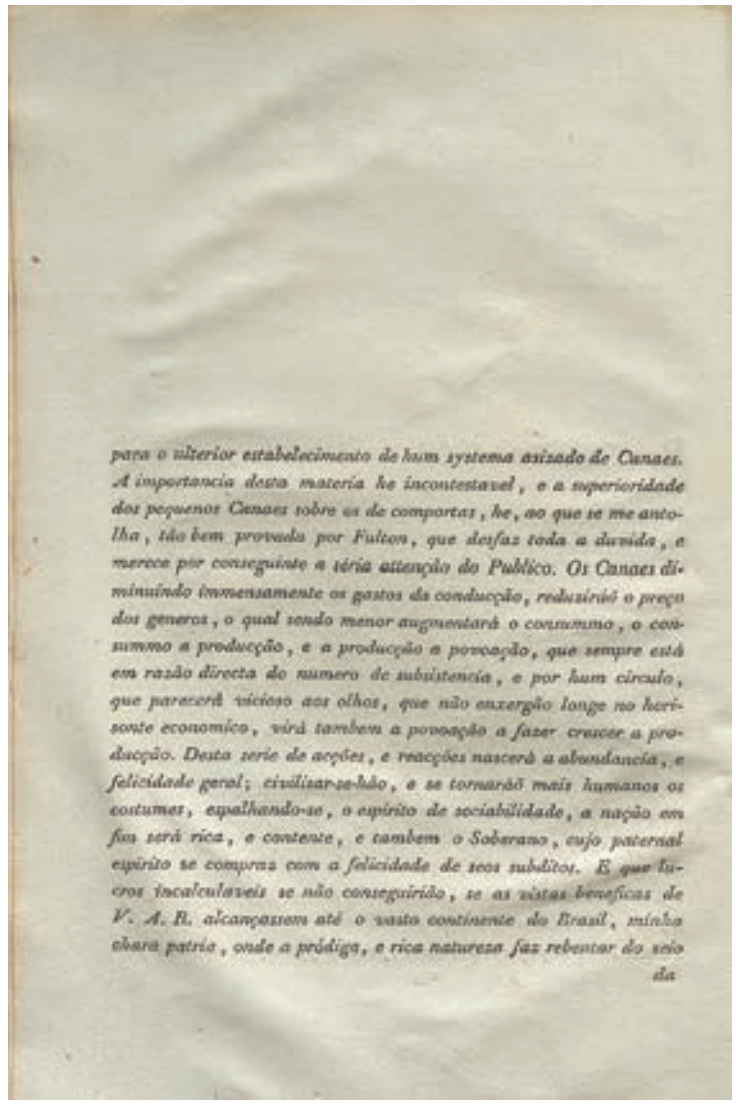
Nesta petição pela qual Belchior Pinheiro de Oliveira, natural de Serro do Frio, pede que lhe seja passada declaração dos documentos entregues para matrícula do 1.º ano jurídico, no ano letivo de 1801/1802, ficamos a conhecer a tipologia desses documentos. Trata-se de um elenco de documentos considerados indispensáveis para a entrada no ensino superior: certidão de idade (i. é, de batismo) e certidão de exames de Latim, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Geometria, considerados preparatórios para ingresso na Universidade.
Em 06.06.1806, Belchior Pinheiro de Oliveira concluiria o 4.º ano da Faculdade de Leis, obtendo o grau de bacharel. Na petição do seu diploma ou carta de bacharel em Leis apresentou-se já como presbítero. No mesmo mês e ano, obtiveram o referido grau os seus colegas pernambucanos, Joaquim de Santa Ana da Paz, Francisco José de Faria e Bernardo José da Gama, os mineiros Domingos Francisco Pereira de Andrade (de Vila Rica) e Amaro José de Araújo Velasco Camisão (de Sabará), os irmãos baianos Alexandre Tomás de Moraes Sarmento e Cristóvão Pedro de Moraes Sarmento e muitos outros.

Petição de Belchior Pinheiro de Oliveira, natural de Tijuco, Serro do Frio (MG), para que lhe seja passada certidão do exame do 2.º ano jurídico e declaração dos documentos entregues para matrícula do 1.º ano.
Coimbra, 14 de junho de 1803.

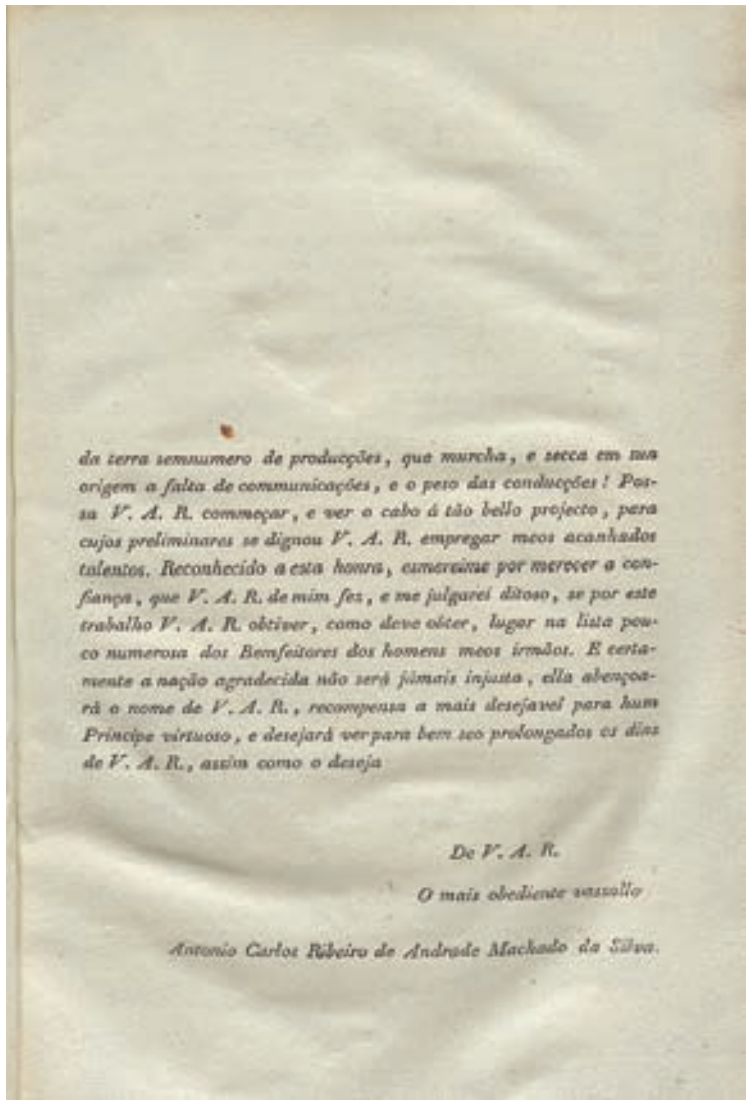
Universidade de Coimbra (F); Processos de carta de curso (SR), Leis-1806
AUC-IV-2.ªD-12-5-11

6.2

Dos 88 Constituintes de 1823, tinham passado 50 por Coimbra. Entre eles, este irmão menos conhecido de José Bonifácio, António Carlos de Andrada Machado, que teve ocupação de tradutor na tipografia lisboeta do Arco do Cego.



para o ulterior estabelecimento de hum systema assizado de Canaes. A importancia desta materia he incontestavel, e a superioridade dos pequenos Canaes sobre os de comportas, he, ao que se me antolha, tão bem provada por Fulton, que desfaz toda a duvida, e merece por conseguinte a téria attenção do Publico. Os Canaes diminuindo immensamente os gastos da conducção, reduzirão o preço dos generos, o qual sendo menor augmentará o consummo, o consummo a producção, e a producção a povoação, que sempre está em razão directa do numero de subsistencia, e por hum circulo, que parecerá vicioso aos olhos, que não enxergão longe no horisonte economico, virá tambem a povoação a fazer crescer a producção. Desta serie de acções, e reacções nascerá a abundancia, e felicidade geral; civilisar-se-hão, e se tornarão mais humanos os costumes, espalhando-se, o espirito de sociabilidade, a nação em fim será rica, e contente, e tambem o Soberano, cujo paternal espirito se compraz com a felicidade de seos subditos. E que lucros incalculaveis se não conseguirão, se as vistas beneficas de V. A. R. alcançassem até o vasto continente do Brasil, minha chara patria, onde a prodiga, e rica natureza faz rebentar do seio da



da terra semnumero de producções, que murcha, e secca em sua origem a falta de communicações, e o peso das conducções! Possa V. A. R. commeçar, e ver o cabo á tão bello projecto, para cujos preliminares se dignou V. A. R. empregar meos acanhados talentos. Reconhecido a esta honra, cumpre-me por merecer a confiança, que V. A. R. de mim fez, e me julgarei ditoso, se por este trabalho V. A. R. obtiver, como deve obter, lugar na lista pouco numerosa dos Bemfeitores dos homens meos irmãos. E certamente a nação agradecida não será jámais injusta, ella abençoará o nome de V. A. R., recompensa a mais desejavel para hum Principe virtuoso, e desejará ver para bem seo prolongados os dias de V. A. R., assim como o deseja

De V. A. R.

O mais obediente vassallo

Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado da Silva.

Elaine Leonara de Vargas Sodré diz só *"49 egressos"* mas ainda lográmos localizar em Coimbra um dos quatro acerca dos quais ela não conseguiu informação, o deputado António Martins Basto (RS), que frequentou Leis e Cânones, 1797-1802. E com esforço extra talvez tivesse sido possível apurar que também tivesse passado por Coimbra algum dos que lhe faltaram.
A Casa Literária do Arco do Cego é justamente recordada pela qualidade das suas edições técnicas, vocacionadas para o mercado brasileiro, sob a direção do naturalista frei José Mariano da Conceição Veloso. Serviu também para proporcionar trabalhos de tradução como este a naturais do Brasil, que os ajudaram ou lhes permitiram mesmo sobreviver em Lisboa, em épocas menos prósperas. António Carlos traduziu para esta editora: *Cultura Americana* (1799, vol. 2), *Propostas Para Formar por Subscrição na Metrópole do Império Britânico uma Instituição Pública* (1799), *Considerações Cândidas e Imparciais Sobre a Natureza do Comércio do Açúcar, e Importância Comparativa das Ilhas Britânicas, e Francesas das Índias Ocidentais, nas Quais se Estabelece Valor, e Consequências das Ilhas de Santa Luzia, e Granada* (1800) e, finalmente, o *Tratado do Melhoramento da Navegação por Canais* por Roberto Fulton (1800).
Esta tradução está dedicada a S.A.R. e ao reino do *"Brasil, minha cara pátria"* (p. [4] inum.).

Robert FULTON, 1765-1815
Tratado do melhoramento da navegação por canaes... / escrito na lingua inglesa... e traduzido para a portugueza... por Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado da Silva.
Lisboa: na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

BGUC 4 A-32-20-26

6.3

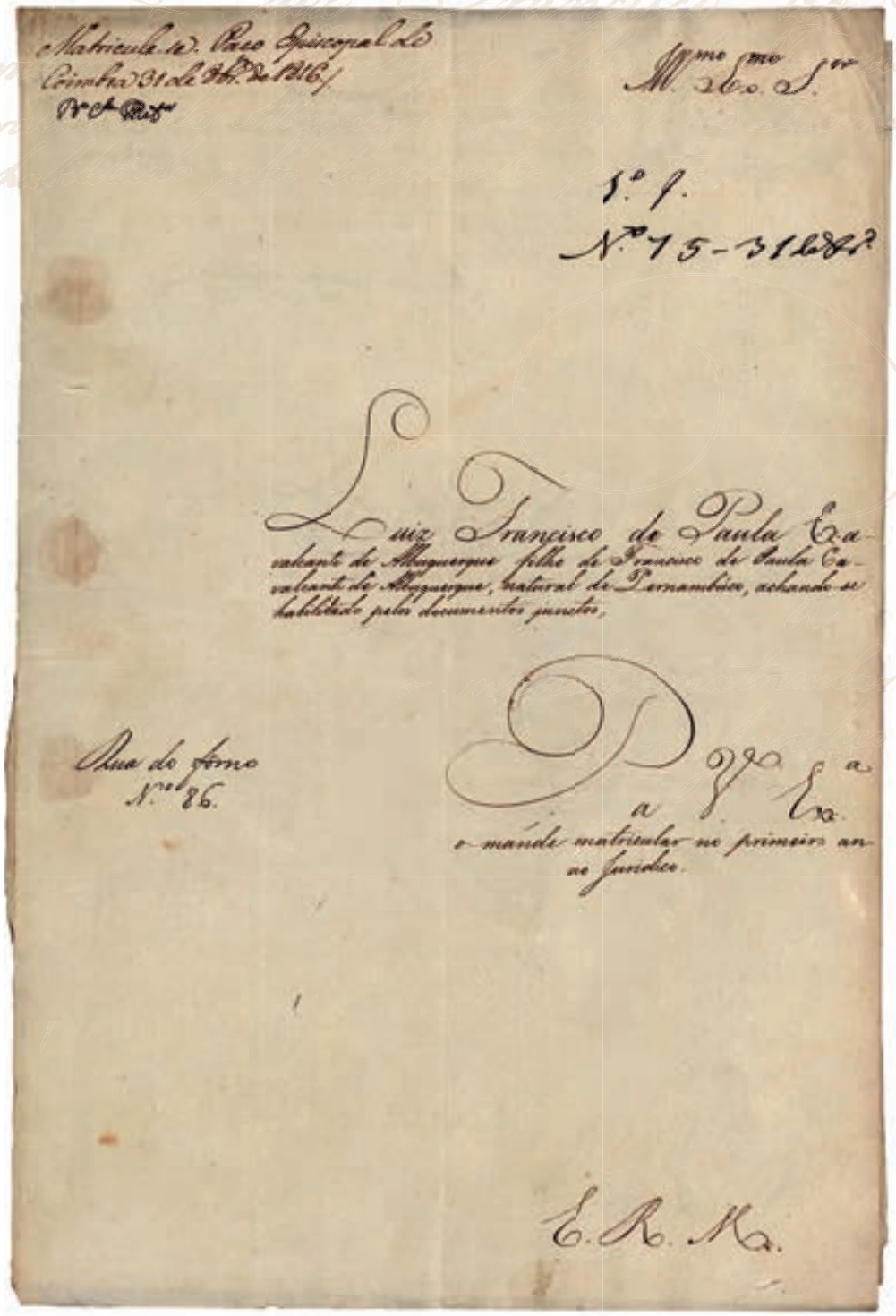
A ideia de um enorme país americano independente com uma nova capital foi promovida por Hipólito José da Costa, aluno de Leis, que fundou o mais conhecido jornal clandestino do período colonial, o Correio Braziliense ou Armazém Literário *(1808-1823).*

O documento que se apresenta, usualmente designado por alvará de folha corrida, era necessário para que fosse passada a carta de curso ao aluno. Neste caso, Hipólito José queria receber a sua Carta de Formatura em Leis, concluída em 5 de junho de 1798.
Esse documento atestava que o indivíduo se mostrara "sem culpas" nos cartórios e juízos onde fora pedido o referido alvará.
O estudante iniciou a sua carreira académica na Faculdade de Matemática e Filosofia, em 1792, tendo transitado, posteriormente, para a Faculdade de Leis. No entanto, ainda concluiu, também, o 3.º ano de Filosofia, com exame das disciplinas de Botânica, feito perante os ilustres professores Félix Avelar Brotero e Tomé Rodrigues Sobral.

*Petição de Hipólito José da Costa Pereira, natural de Nova Colónia, para que lhe seja passado o comprovativo de "*mostrar se sem culpas neste Juízo da Conservatória, Correição e Crime*".*
Coimbra, 1798, mar. (?).

Universidade de Coimbra (F); Processos de carta de curso (SR)
AUC-IV-2.ªD-12-4-10

135



Matricule-se. Paço Episcopal de Coimbra 31 de Xbro. de 1816.

Mmo. Exmo. Sr.

1.º 1.

N.º 75-31 de 8.º

Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque filho de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, natural de Pernambuco, achando-se habilitado pelos documentos junctos,

Rua do fôrno N.º 86.

Pa V. Exa. o mande matricular no primeiro anno Juridico.

E. R. M.

6.4

Luís Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, pernambucano e magistrado na Relação de Pernambuco, destacou-se pela atividade política desenvolvida com mais dois irmãos, Francisco e António.

A petição de matrícula está acompanhada dos documentos comprovativos de possuir a habilitação preparatória para o ingresso na Universidade, ou seja, o conhecimento de Retórica, Latim, Geometria e Filosofia Racional e Moral. Foi dado despacho favorável ao seu pedido pelo Reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos, em 31.10.1816, informação que servirá para datação da petição.
Irá concluir a formatura na Faculdade de Leis em 13.07.1822. Nesse ano letivo, receberam informações finais, como formados em Leis, 118 estudantes. Entre eles, Luís Francisco obteve aprovação por todos os professores, em *Procedimento e Costumes* e *em Prudência, Probidade e Desinteresse* e Bom (por quatro e suficiente por cinco professores) em *Merecimento Literário*.

Petição de matrícula no 1.º ano jurídico (que era comum às Faculdades de Leis e de Cânones) feita por Luís Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque.
Coimbra, 1816, out. 31.

Universidade de Coimbra (F); Petições de matricula (SR), Leis-1816
AUC-IV-1.ªD-10-1-20

ASSENTOS DOS EXAMES DOS ESTUDANTES

Acto e Exame de José da Costa Carvalho Junior filho de José da Costa Carvalho natural da Bahia Comarca de

P.C. aos 11. de Junho de 1819. Aos 3 de Junho de 1819 na Sala pública, sendo Presidente o Doutor José Pedro da Costa Ribeiro Teixeira e Examinadores os Doutores Lentes Arguentes, fez José da Costa Carvalho Junior — o seu Exame das Disciplinas do Quinto Anno de Leis, que frequentou no presente. E fazendo-se tudo na fórma dos Estatutos, distribuidos e regulados os votos sobre o seu merecimento, sahio Appr. Nem.e Dinsep.e

23 Do que se fez este Assento

José Pedro da Costa P. Joaq.m José Roiz de Britto

Acto e Exame de José de Cupertino Aguiar Ottolini, filho de Bartholomeu Mathias Ottolini, — natural de Lisboa. Comarca de

P.C. aos 8. de Junho de 1819. Aos 4 — de Junho de 1819 na Sala pública, sendo Presidente o Doutor José Pedro da Costa Ribeiro Teixeira e Examinadores os Doutores Lentes Arguentes, fez José de Cupertino Aguiar Ottolini, — o seu Exame das Disciplinas do Quinto Anno de Leis, que frequentou no presente. E fazendo-se tudo na fórma dos Estatutos, distribuidos e regulados os votos sobre o seu merecimento, sahio Appr. Nem.e Dinsep.e

24 Do que se fez este Assento

José Pedro da Costa P. Antonio José Saraiva do Amaral

6.5

Este aluno baiano seguiu a magistratura e veio a integrar a Constituinte de 1823. Prosseguiu depois a carreira política, ascendendo aos mais altos cargos, como Primeiro Ministro, e recebendo títulos nobiliárquicos, como o de Marquês de Monte Alegre.

Após concluir o 5.º ano do curso, na Faculdade de Leis, José da Costa Carvalho Júnior pôde receber a sua Carta ou diploma de formatura. Nesse mesmo ano e mês de junho de 1819, alguns dias depois, concluiria também a formatura um outro aluno baiano, Cassiano Espiridião de Melo Matos, com o qual fez Carvalho Júnior o mesmo percurso na magistratura e na política. Ambos tinham ingressado na Universidade de Coimbra no ano de 1814 e seguiram o percurso académico juntos, sedimentando uma amizade que perduraria nas suas carreiras profissionais e políticas.

Registo da Formatura de José da Costa Carvalho Júnior, após concluir o 5.º ano de curso, na Faculdade de Leis.
Coimbra, 1819, jun. 3.

Universidade de Coimbra (F); Livros de Exames, Atos e Graus (SR); Leis, vol. 11, fl. 90v
AUC-IV-1.ªD-3-4-25

EM NOME DE DEOS, AMEN.

DOM FRANCISCO DE LEMOS DE FARIA PEREIRA COUTINHO, por mercê de Deos e da S. Sé Apostolica Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Senhor de Cõja, do Conselho de S. Magestade, Reformador Reitor da Universidade de Coimbra, &c.: Faço saber, que *IGNACIO ACCIOLI DE VASCONCELLOS*, filho de Josê de Barros Pimentel, natural da Villa das Alagôas, Capitania de Pernambuco, havendo conseguido o Gráo de Bacharel na Faculdade de Canones, como mostrará por sua Carta, e havendo continuado mais hum anno de frequencia, e ouvindo as Lições de sua obrigação, conforme os Novos Estatutos desta Universidade, com prova delle se habilitou para fazer, como fez com effeito, a sua Formatura em 16 de Junho de 1807, no qual Acto sendo examinado pelos Doutores seus Mestres, e sendo distribuidos e regulados os votos, foi approvado NEMINE DISCREPANTE, como consta do Assento, que disso se fez no Livro dos Exames, Actos, e Gráos do dito Anno a fol. 162, o qual Me foi presente ao assignar desta. E porque com o referido Acto e Approvaçaõ, conforme a Lei do Reino e Estatutos desta Universidade, póde usar de suas Letras livremente em qualquer parte, lhe Mandei passar a presente por Mim assignada, e sellada com o Sello da mesma Universidade. Dada em Coimbra aos 7 de Julho de mil oitocentos e sete. Vasconcellos e Silva

MDCCCVI, quemadmodum in Libro Examinum, Actuum, & annotatum est. Cujus rei testimonium publice perhibentes has dedimus, Subscriptionemque Nostram adjecimus, Sigillo etiam bricæ die 7° Julii Anno Domini millesimo octingentesimo septi

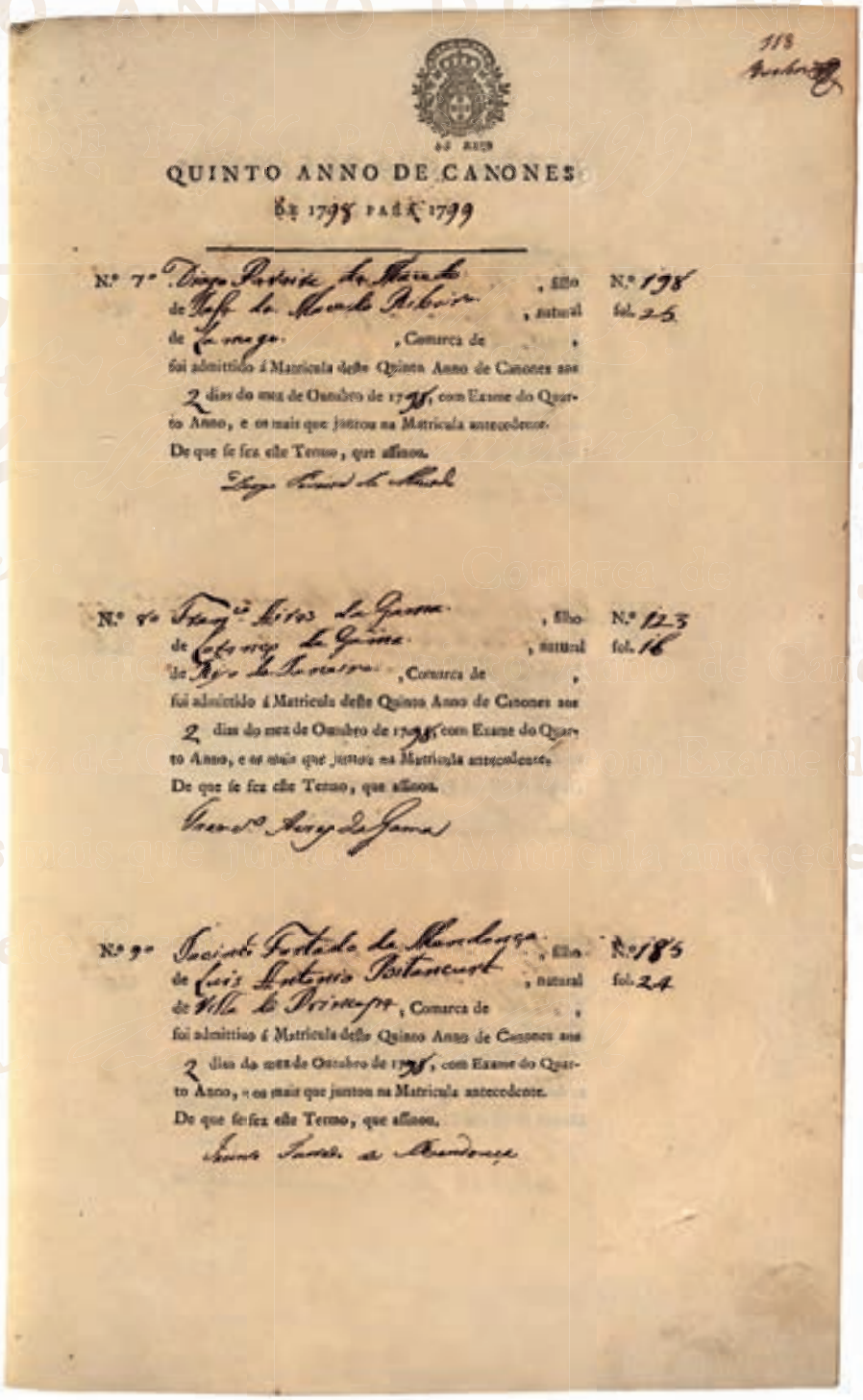
6.6

Outro aluno formado na UC que integrou a Assembleia Constituinte de 1823 foi Inácio Accioli de Vasconcelos, natural de Pernambuco e notável presidente da Província do Espírito Santo.

Apesar da carreira militar de seu pai, o Tenente José Barros Pimentel e de seu padrinho, o Capitão-mor Fernando Fragoso de Albuquerque, Inácio Accioli seguiu a carreira de jurista e abraçou a vida política. Foi juiz de fora nas vilas de Ilha Grande e em Parati, em 1812-1816, e depois em São João de Macaé, em 1817. Viria a ser Ouvidor na comarca da Capitania do Espírito Santo e Presidente desta província, em 1824-1829. Deve-se-lhe a obra que melhor dá a conhecer aquele território, na época, tendo deixado em manuscrito uma *Memoria Statistica da Província do Espirito Santo escrita no anno de 1828*. A prova tipográfica que temos presente da carta que depois era impressa em pergaminho e entregue ao estudante (com o selo pendente da Universidade, preso a fitas de seda, com a cor da Faculdade) integra um acervo desta tipologia de documentos, sobremaneira preciosos para traçar o percurso académico dos estudantes de Coimbra.

Prova tipográfica da carta de formatura na Faculdade de Cânones, que concluiu em 16.06.1807, de Inácio Accioli de Vasconcelos, filho de José de Barros Pimentel, natural da "Villa de Alagoas" (atual Marechal Deodoro), Capitania de Pernambuco.
Coimbra, 1807, jul. 7.

Universidade de Coimbra (F); Processos de carta de curso (SR), Cânones, 1807
AUC-IV-2.ªD-12-5-12



118

QUINTO ANNO DE CANONES

DE 1798 PARA 1799

N.º 7º Diogo Pereira de Macedo, filho N.º 198
de Jose de Macedo Ribeiro, natural fol. 25
de Lamego, Comarca de ,
foi admittido á Matricula deste Quinto Anno de Canones aos
2 dias do mez de Outubro de 1798, com Exame do Quarto Anno, e os mais que juntou na Matricula antecedente.
De que se fez este Termo, que assinou.
Diogo Pereira de Macedo

N.º 8º Franc.co Aires da Gama, filho N.º 123
de Lourenço da Gama, natural fol. 16
de Rio de Janeiro, Comarca de ,
foi admittido á Matricula deste Quinto Anno de Canones aos
2 dias do mez de Outubro de 1798, com Exame do Quarto Anno, e os mais que juntou na Matricula antecedente.
De que se fez este Termo, que assinou.
Franc.co Aires da Gama

N.º 9º Jacinto Furtado de Mendonça, filho N.º 185
de Luis Antonio Bitancourt, natural fol. 24
de Villa do Principe, Comarca de ,
foi admittido á Matricula deste Quinto Anno de Canones aos
2 dias do mez de Outubro de 1798, com Exame do Quarto Anno, e os mais que juntou na Matricula antecedente.
De que se fez este Termo, que assinou.
Jacinto Furtado de Mendonça

6.7

Jacinto Furtado de Mendonça foi deputado brasileiro eleito por Minas Gerais para as Cortes Constituintes de Lisboa, mas nas quais, à semelhança de muitos outros conterrâneos, não chegou a participar, permanecendo no Brasil.

Antes de iniciar a frequência da Faculdade de Leis, ingressou na Faculdade de Matemática, em 08.10.1792, e na Faculdade de Filosofia, em 31.10.1792 como aluno "obrigado", pressupondo que se destinaria a seguir o curso médico. De facto, a categoria de aluno "obrigado" a frequentar estas Faculdades, antevia outros estudos, pois deveriam ser frequentados alguns anos de Matemática e Filosofia, para preparação do ingresso na Faculdade de Medicina. Mas, logo em 1794 dá-se uma alteração dos seus planos, ao matricular-se no 1.º ano do Curso Jurídico, tendo concluído a Formatura em Leis, em 07.06.1799. Jacinto Furtado de Mendonça, que por vezes acrescenta o sobrenome Bettencourt, foi um dos Senadores do Império do Brasil, eleito por Minas Gerais, de 1826 até 1834, ano de seu falecimento.

Matrícula no 5.º ano da Faculdade de Leis de Jacinto Furtado de Mendonça, filho de Luís António Bettencourt, natural da "Villa do Príncipe", da comarca de Serro Frio, como se refere em outros registos académicos. Nesta Faculdade concluiria a sua Formatura, em 1799.
Coimbra, 1798, out. 2.

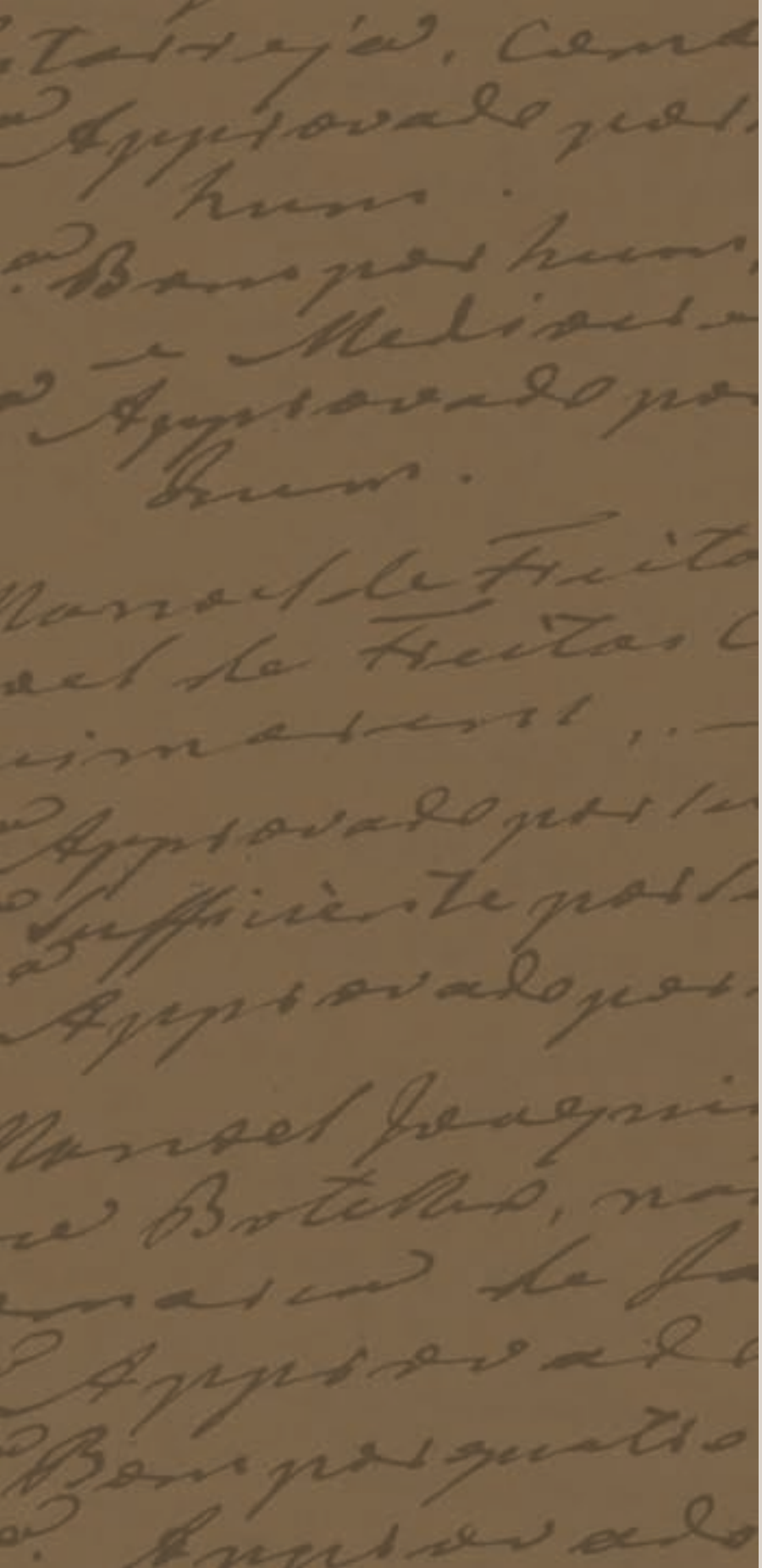
Universidade de Coimbra (F); Livros de Matrículas (SR), vol. 27, fl. 118
AUC-IV-1.ªD-2-4-19

7

um certo

espírito coimbrão

Para a criação dos primeiros estudos superiores e das primeiras universidades brasileiras, a matriz utilizada não podia deixar de ser aquela que os seus proponentes conheciam melhor, a sua *Alma Mater*, a Universidade de Coimbra.
Frequentada (pelo menos desde 1574, como se viu) por estudantes nascidos no Brasil, eles continuam a ser, hoje, a maioria dos estudantes estrangeiros da UC, entre alunos, bolseiros e investigadores, cerca de 10% do corpo discente. Tal número converte a UC na maior universidade brasileira fora do continente americano.

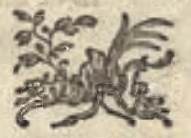


"Sobe-me a que ha n'elles essas

(António Henriques Leal, Pantheon Maranhense, 1873)

cor ao rosto quando considero que nós brasileiros, procuramos imitar os paizes mais adiantados no que de bom e util, adaptassemos no emtanto [...] carunchosas e estultas usanças de Coimbra!"

ELEMENTOS
DE
CHIMICA
OFFERECIDOS
A
SOCIEDADE LITTERARIA
DO RIO DE JANEIRO
para o uſo do ſeu curſo de Chimica
POR
VICENTE COELHO
DE SEABRA
Formado em Filoſofia pela Univerſidade de Coimbra &c.
PARTE I.



17573

COIMBRA
NA REAL OFFICINA DA UNIVERSIDADE,

Anno de M.DCCLXXXVIII.
Com licença da Real Meſa da Commiſſaõ Geral ſobre o Exame, e Cenſura dos Livros.

Foi taxado eſte Livro com a Diſſertaçaõ em 320. reis. em papel.

7.1

Não faltaram no Brasil precoces iniciativas académicas falhadas, como o Curso de Química da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Vicente de Seabra, estudante mineiro, finalista de Medicina, escreveu e publicou em Coimbra um manual destinado ao uso daquele curso.

Vicente Coelho de Seabra Silva TELES, ca. 1764-1804
Elementos de chimica offerecidos a Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro para o uso do seu curso de chimica.
Coimbra: na Real Officina da Universidade, 1788-1790.
Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/26361 e em http://hdl.handle.net/10316.2/69844

BGUC: 4-1-19-17 (2 t. encadern. em 1 vol.)

Vicente Coelho de Seabra veio, em 1783, cursar Medicina para Coimbra, formando-se em 1791. Era, pois, ainda estudante quando escreveu este manual, dedicado ao Curso de Química que se propunha organizar no Rio de Janeiro. Mas, esta nem sequer foi a sua primeira publicação científica: tinha feito imprimir uma *Dissertação sobre a fermentação* (1787) na Imprensa da Universidade de Coimbra. Essa "Dissertação" foi violentamente atacada por Manuel Joaquim Henriques de Paiva no *Jornal Encyclopedico* de Lisboa (1788), mas o autor estava, como o futuro claramente demonstraria, perfeitamente atualizado nos seus conhecimentos químicos. Considera-se que este terá sido o primeiro livro em português a abandonar a teoria do flogisto, contudo mantendo algumas soluções de compromisso entre a Quimica "velha" (de Stahl) e a "nova" (de Lavoisier), seguindo sobretudo Fourcroy, que elogia. A sua Primeira Parte foi publicada um ano antes do célebre tratado de Lavoisier *Traité* élémentaire *de chimie* (1789) e a Segunda Parte um ano depois. No segundo centenário da publicação original, em janeiro de 1985, o Departamento de Química da FCTUC fez uma edição fac-similada com uma *Breve Notícia de Apresentação* por António J. Andrade de Gouveia, em português e inglês. A edição foi generosa (1.000 ex.) e ainda se encontra disponível.

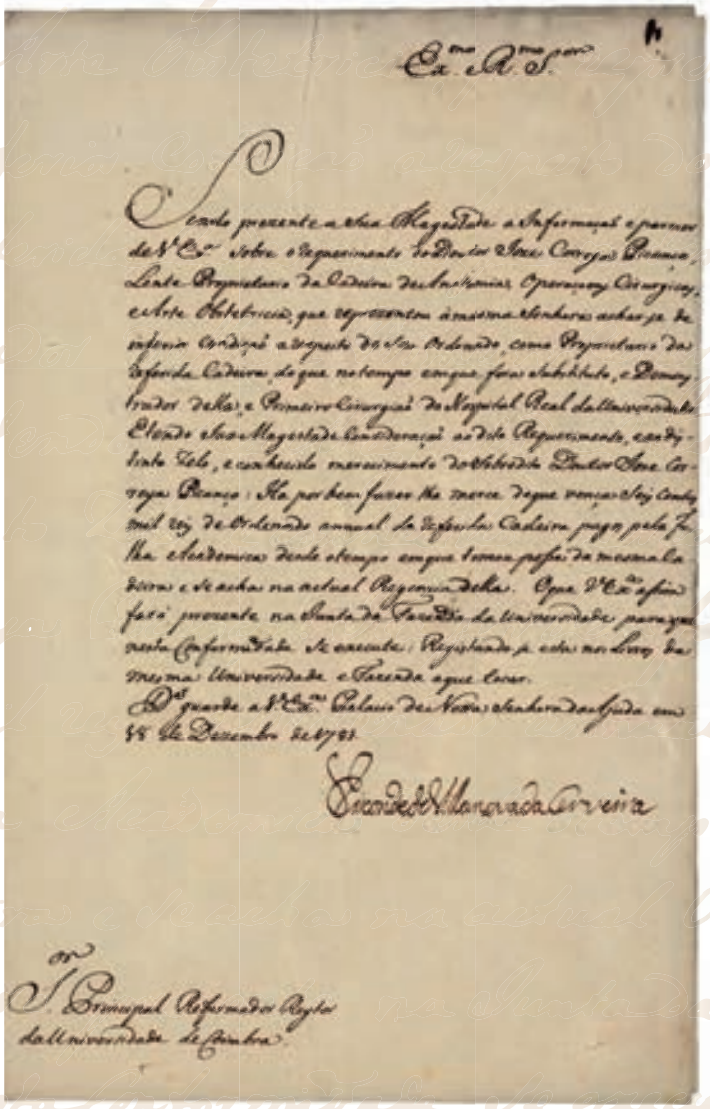
7.2

Com a chegada da Família Real ao Brasil, criaram-se escolas como a de Cirurgia da Bahia (1808), dinamizada por José Correia Picanço (1745-1823), equiparado a doutor em Medicina por Coimbra.

Natural do Recife, onde estudou Cirurgia, terá também frequentado os estudos de Cirurgia em Lisboa, no Hospital de Todos os Santos e, depois, em Paris. Recebeu, gratuitamente, o grau de Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, concedido por Carta Régia de 16.02.1779.
Começou a sua carreira nesta Faculdade como demonstrador da cadeira de Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia, em 1772, ascendendo a lente da mesma cadeira, em 1779. Foi também 1.º cirurgião do Hospital Real da Universidade.
A presente Carta de Mercê concede-lhe um aumento de ordenado, para 600 mil réis anuais, atendendo, como se regista nesse diploma, *"ao distinto zelo e conhecido merecimento"*.
Ascendeu a Cirurgião-Mor do Reino em 27.02.1808, já depois de ter regressado ao Brasil, acompanhando a Família Real. Ficou a dever-se-lhe a criação do Hospital Real e da Escola de Cirurgia da Bahia.

Carta de Mercê, assinada pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira, Secretário de Estado dos Negócios do Reino, concedida ao Doutor José Correia Picanço, lente da cadeira de Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia.
Palácio de Nossa Senhora da Ajuda [Lisboa], 1781, dez. 18.

Universidade de Coimbra (F); Processos de Professores (SR), cx. 214
AUC-IV-1.ªD-8-1-214



Ex.mo R.mo S.or

Sendo prezente a Sua Magestade a Informação e parecer de V. Ex.a sobre o Requerimento do Doutor Joze Correya Picanço, Lente Proprietario da Cadeira de Anatomia, Operaçoens Cirurgicas, e Arte Obstetricia, que representou à mesma Senhora achar-se de inferior condição a respeito do seu Ordenado, como Proprietario da referida Cadeira, do que no tempo em que fora substituto, e Demonstrador della, e Primeiro Cirurgião do Hospital Real da Universidade. Etendo Sua Magestade Consideração ao dito Requerimento, e ao distinto Zelo, e conhecido merecimento do Sobredito Doutor Joze Correya Picanço: Ha por bem fazer-lhe merce de que vença seis centos mil reis de Ordenado annual da referida Cadeira pagos pela folha Academica desde o tempo em que tomou posse da mesma Cadeira e se acha na actual Regencia della. O que V. Ex.a assim fará prezente na Junta da Fazenda da Universidade para que nesta Conformidade se execute: Registando-se esta nos Livros da mesma Universidade e Fazenda a que tocar.

D.s guarde a V. Ex.a Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 18 de Dezembro de 1781.

Vicente de Villanova da Cerveira

S.or Principal Reformador Reytor da Universidade de Coimbra.

CONSTRUCÇAÕ, E ANALYSE
DE
PROPOSIÇÕES GEOMETRICAS,
E
EXPERIENCIAS PRACTICAS,
QUE SERVEM DE FUNDAMENTO
Á
ARCHITECTURA NAVAL.
IMPRESSA POR ORDEM
DE
SUA MAGESTADE
E TRADUZIDA DO INGLEZ
POR ANTONIO PIRES DA SILVA PONTES
Cavalleiro Professo na Ordem de S. Bento de Aviz, Capitaõ de Fragata da Real Armada, e Governador da Capitania do Espirito Santo.

LISBOA,
Na Offic. Patriarcal de JOAÕ PROCOPIO CORREA DA SILVA.
ANNO M. DCC. XCVIII.

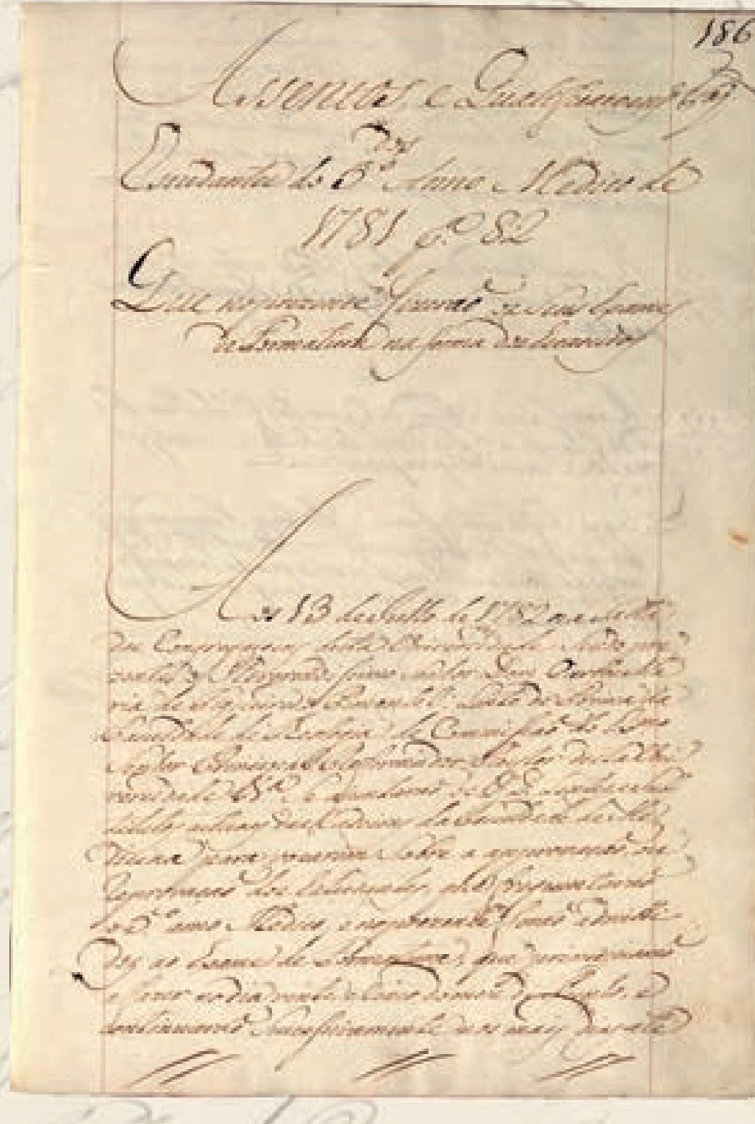
7.3

José Bonifácio, Câmara Bethencourt, o Marquês de Baependi e Silva Pontes são os antigos alunos de Coimbra mais ligados à criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, a primeira escola superior oficial do Brasil.

Todos eles tinham tido preocupações pedagógicas e didáticas ao longo das vidas. José Bonifácio, por exemplo, foi professor em Coimbra e fez propostas reformadoras para a sua universidade (ver 1.8). Manuel Ferreira da Câmara de Bethencourt e Sá (o "Intendente Câmara") foi membro de várias Academias, a das Ciências de Lisboa, de História Natural de Edimburgo e a Real Academia de Ciências de Estocolmo. Manuel Jacinto Nogueira da Gama tinha sido em Portugal lente substituto de matemática da Academia Real de Marinha (1791) e António Pires da Silva Pontes Leme, aqui representado, tinha sido lente da mesma Academia Real. Como escreve na Dedicatória a S.A.R., esta obra destinava-se a "*coadjuvar a instrução dos alunos da Nova Classe de Engenheiros Construtores*". O trabalho ocupou-o em Lisboa, enquanto não partia para o Brasil, no desempenho da missão que o Rei lhe tinha confiado. O título da obra original é: *Construction and analysis of geometrical propositions determining the positions assumed by homogeneal bodies which float freely…* [London: s.n., 1796?].

George ATWOOD, 1746-1807
Construcçaõ, e analyse de proposições geometricas, e experiencias praticas, que servem de fundamento á architectura naval ... / traduzida do inglez por Antonio Pires da Silva Pontes ...
Lisboa: na Offic. Patriarcal de Joaõ Procopio Correa da Silva, 1798.

BGUC RB-29-24


186
Assentos e Qualificaçoens dos
Estudantes do 5.º anno Medico de
1781 p.ª 82
Que se principiarão os seus Exames
de Bonnetlink na forma dos Estatutos

7.4

A Escola Anatómica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro funcionou a partir de 1813 segundo o plano traçado pelo baiano Manoel Luiz Álvares de Carvalho, também formado na UC.

O curso de Medicina era um dos mais longos, pois exigia a frequência de três anos da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Matemática, para obter os estudos preparatórios de ingresso no 1.º ano da Faculdade de Medicina.
É esse o percurso académico de Manoel Luiz, que faz a sua primeira matrícula na Faculdade de Matemática em 29.11.1774 e só concluirá a Formatura em Medicina em 13.07.1782.
Regressado ao Brasil, será professor na Escola Anatómica, Cirúrgica e Médica, instalada no Hospital Militar, no Rio de Janeiro, que fora criada em 1808. Passará a designar-se Academia Médico-Cirúrgica.
Manuel Luís Álvares de Carvalho seria também nomeado, em 1812, Diretor dos Estudos de Medicina e Cirurgia na Corte e Estado do Brasil, com honras de Físico-Mor.

Exame de Formatura na Faculdade de Medicina, que teve lugar na Sala das Congregações, de Manuel Luís Alves (Álvares) de Carvalho, natural da Bahia, filho de Luís José de Chaves, feito perante um júri presidido por D. Carlos Maria de Figueiredo Pimentel, por comissão do Reitor da Universidade.
Coimbra, 1782, jul. 13.

Universidade de Coimbra (F); Livros de Exames, Atos e Graus da Faculdade de Medicina (SR); vol. 1, fl. 186-186v
AUC-IV-1.ªD-4-4-45

DISCURSOS APRESENTADOS

A'

MEZA DA AGRICULTURA

SOBRE VARIOS OBJECTOS RELATIVOS A' CULTURA,

E MELHORAMENTO INTERNO DO REINO:

TRADUZIDOS DA LINGUA INGLEZA

DEBAIXO DOS AUSPICIOS E ORDEM

DE

SUA ALTEZA REAL

O PRINCIPE REGENTE

NOSSO SENHOR

PELO BACHAREL

JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO.

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
CENTRO DE HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DA CULTURA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
J9 3559

LISBOA,

NA TYPOGRAPHIA CHALCOGRAPHICA, E LITTERARIA

DO ARCO DO CEGO.

ANNO M. DCCC.

7.5

Este deputado propôs a criação de uma universidade e, em 1823, uma comissão ainda chegou a designar São Paulo e Olinda para sedes de novas Faculdades de Direito. Mas só como Ministro da Justiça, em 1827, ele criaria essas duas Faculdades.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, primeiro e único visconde com grandeza de São Leopoldo (1774-1847), formou-se em Leis e em Cânones pela Universidade de Coimbra, em 1798. Teve intensa atividade literária em Coimbra e em Lisboa, da qual a obra que escolhemos dá modesta amostra. Foi um dos deputados que se refugiou em Inglaterra, em 1821. Teve, depois, uma carreira política no Brasil independente, ganhando o seu lugar no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves: em 8 de janeiro de 2018, teve o seu nome inscrito no livro do Panteão dos Heróis Nacionais brasileiros. Foi ministro do Império e como ministro da Justiça, em 1827, finalmente conseguiu criar as Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda, por decreto de 11 de agosto.

José Feliciano Fernandes PINHEIRO, 1774-1847
Discursos apresentados à meza da agricultura sobre varios objectos relativos a cultura, e melhoramento interno do reino ...
Lisboa: Na Typographia Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego, 1800.

UCFL I.Hist Teoria Ideias 9-1-6

M NOME DE DEOS, AMEN.

D. FRANCISCO RAPHAEL DE CASTRO,

Principal da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa, do Conselho de Sua Magestade, e Reformador Reitor desta Universidade de Coimbra &c. Faço saber que MANUEL FERREIRA DA CAMARA BETENCOURT E SA, filho de BERNARDINO RODRIGUES CARDOZO natural de Villa nova da Rainha do Cagete havendo conseguido o Gráo de Bacharel na Faculdade de Leys como mostrará pos sua Carta, e havendo continuado mais hum anno de frequencia, e ouvido as Lições de sua obrigação, conforme os Novos Estatutos desta Universidade, com provas delle se habilitou para fazer, como fez com effeito, a sua Formatura em XXVII. de Junho de MDCCLXXXVIII. no qual Acto foi elle examinado pelos Doutores seus Mestres, e sendo distribuidos, e regulados os votos, foi approvado NEMINE DISCREPANTE, como consta do Assento, que disto se fez no Livro dos Exames, Actos, e Gráos do dito Anno fol. 182. vers. o qual me foi presente ao assignar desta. E porque com o referido Acto, e Approvação conforme a Ley do Reino, e Estatutos desta Universidade, póde usar de suas Lettras livremente em qualquer parte, lhe mandei passar a presente pas sim assignada, e sellada com o Sello da mesma Universidade. Dada em Coimbra aos de Julho de mil setecentos e oitenta e oito.

COIMBRA: Na Real Officina Typografica da Universidade, Anno de 1788.

7.6

Logo após a Independência, em 1823, o mineiro Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá (1764-1835) também proporá, sem resultado, a criação de uma universidade no Rio de Janeiro.

Natural de Vila Nova da Rainha do Caeté (MG), veio para a Universidade de Coimbra em 1783, onde obteve a Formatura em Leis em 27.06.1788. Apesar da sua formação jurídica, dedicou-se também a estudos de natureza diversa e veio a ser administrador da Real Extração de Diamantes, depois de regressar ao Brasil, em 1808. Foi presidente da Assembleia Constituinte do Brasil e é como seu deputado que fará a proposta de criação de uma universidade no Rio de Janeiro. Foi Senador do Império do Brasil de 1827 até ao ano de seu falecimento, em 1835.

Prova tipográfica da carta de formatura na Faculdade de Leis concedida a Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá. De acordo com informação inserida no seu processo individual para atribuição da carta, esta terá sido passada em 3 de julho de 1788.
Coimbra: Na Real Officina Typografica da Universidade, Anno de 1788.

Universidade de Coimbra (F); Processos de carta de curso (SR), 1788- Leis
AUC-IV-2.ªD-12-4-17

Illmos Exmos Senhores Doutores

Illmos Exmos Senhores Doutores

Manoel da Costa Alemão
Conde de Salgueiras
João Antonio Lobo d'Avila da Silva Lima

Com o mais expressivo dos reconhecimentos recebeu a Congregação dos Lentes da Faculdade de Direito de São Paulo, reunida em sessão solemne a 13 de Setembro corrente a Mensagem da nobilissima Universidade de Coimbra datada de 1º de Agosto ultimo e entregue pelo Illmo e Exmo Snr Dr João Lobo d'Avila Lima, do Magistério Superior desta dita Corporação.

Além da communhão de ideias e de affectos que alli se explica pelas multiplas affinidades que conservam o povo portuguez de tão preciosas tradições, e a nação brasileira, co-legataria de um historia ainda, carinhosa e grata, lembra a Faculdade de Direito de São Paulo, outr'ora Curso Juridico de São Paulo, que em sua fundação em 1827 e por annos posteriores, contou entre os iniciadores de um anno periodico muitos graduados na Illustre Universidade de Coimbra; e que sempre em publicando apreço quaresmo a disciplina peritica, tal como fora explanada nas cathedras dessa Universidade e nas obras dos pensamentos portuguezes, ainda de tanto renome e autoridade entre nós.

Será isso um motivo a mais para que esta Faculdade de Direito não regateie sua cooperação em

Alemão

Avila da Silva Lima

o mais expressivo dos reconhe[illegible]egação dos Lentes da Faculdade de Direito de São Paulo, reunida em sessão solemne a 13 de Setembro corrente a Mensagem da nobilissima Universidade de Coimbra datada de 1º de Agosto ultimo e entregue pelo Illmo e

7.7

A UC foi determinante na criação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1827), como recorda o Doutor Brasílio Machado numa mensagem dirigida aos colegas de Coimbra, em 1910.

A mensagem que se dá a conhecer, proveniente da Faculdade de Direito de São Paulo, revela a origem da mesma Faculdade no outrora designado Curso Jurídico de São Paulo, fundado em 1827, que *"contou entre os iniciadores do seu ensino jurídico mestres graduados na ilustre Universidade de Coimbra"*. O texto assinala a cooperação que tem havido entre ambas as instituições, desejando que a mesma continue com *"uma convivência mais intensa e permanente de affectuosas relações"*. Brasílio Machado particulariza a mensagem que acabara de receber das mãos de José Caetano Lobo de Ávila da Silva, professor da Faculdade de Direito de Coimbra, que se deslocou ao Brasil numa missão de estudo, em 1910.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Direito
Mensagem do Doutor Brasílio Machado aos professores Manuel da Costa Alemão, António Assis Teixeira de Magalhães e José Caetano Lobo d'Ávila da Silva Lima.
S. Paulo, 15 set. 1910.

Universidade de Coimbra (F); Mensagens de congratulações recebidas na Reitoria (COL)
AUC VI-3ª Sec.-4-1-4

DISSERTAÇÃO
SOBRE
O DIREITO DE CASSOAR,
QUE
COMPETE AOS VETERANOS
DAS ACADEMIAS:
DIVIDIDA EM DUAS PARTES:
Na primeira se mostra a existencia deste direito. Na segunda se marcão os seus limites, e se notão os abusos, que no seu exercicio presentemente transcendem os termos da probidade:
DEDICADA
AOS SENHORES VETERANOS
DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
POR SEU AUTHOR
FILIPPE ALBERTO PATRONI.

LISBOA:
NA IMPRESSÃO REGIA. 1818.
Com Licença.

7.8

Preferíamos que a UC só tivesse espalhado boas influências, mas não foi assim: António Henriques Leal lamenta que no Rio de Janeiro do seu tempo os estudantes tivessem adotado também a "caruncbosa" praxe coimbrã.

A obra clássica sobre a praxe estudantil de Coimbra é o chamado "Palito métrico", que se publicou sob o pseudónimo de António Duarte Ferrão. Começámos por considerar a possibilidade de mostrar a preciosa primeira edição dessa obra (1746) que existe na BGUC, mas verificámos que ela se limitava a alinhar composições cómicas em Latim macarrónico, que pouco esclarecem sobre as práticas dos estudantes, nesse tempo: o atual "Palito métrico" foi sendo sucessivamente acrescentado das modestas 14 páginas com que primeiro se apresentou para as mais de 300 que hoje tem.
A obra que escolhemos em alternativa, da autoria do paraense Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente (já referido em 4.1 e 5.10), é uma curiosa defesa dos fundamentos da praxe estudantil, na forma de um texto pseudo-jurídico sobre um direito que caberia aos veteranos: o direito de "caçoar", isto é, de zombar, gracejar, troçar dos caloiros. Como o próprio autor a apresenta, na primeira parte desta Dissertação *"se mostra a existência deste direito"* e na segunda *"se marcam seus limites e se notam os abusos, que no seu exercício presentemente transcendem os termos da probidade"*.

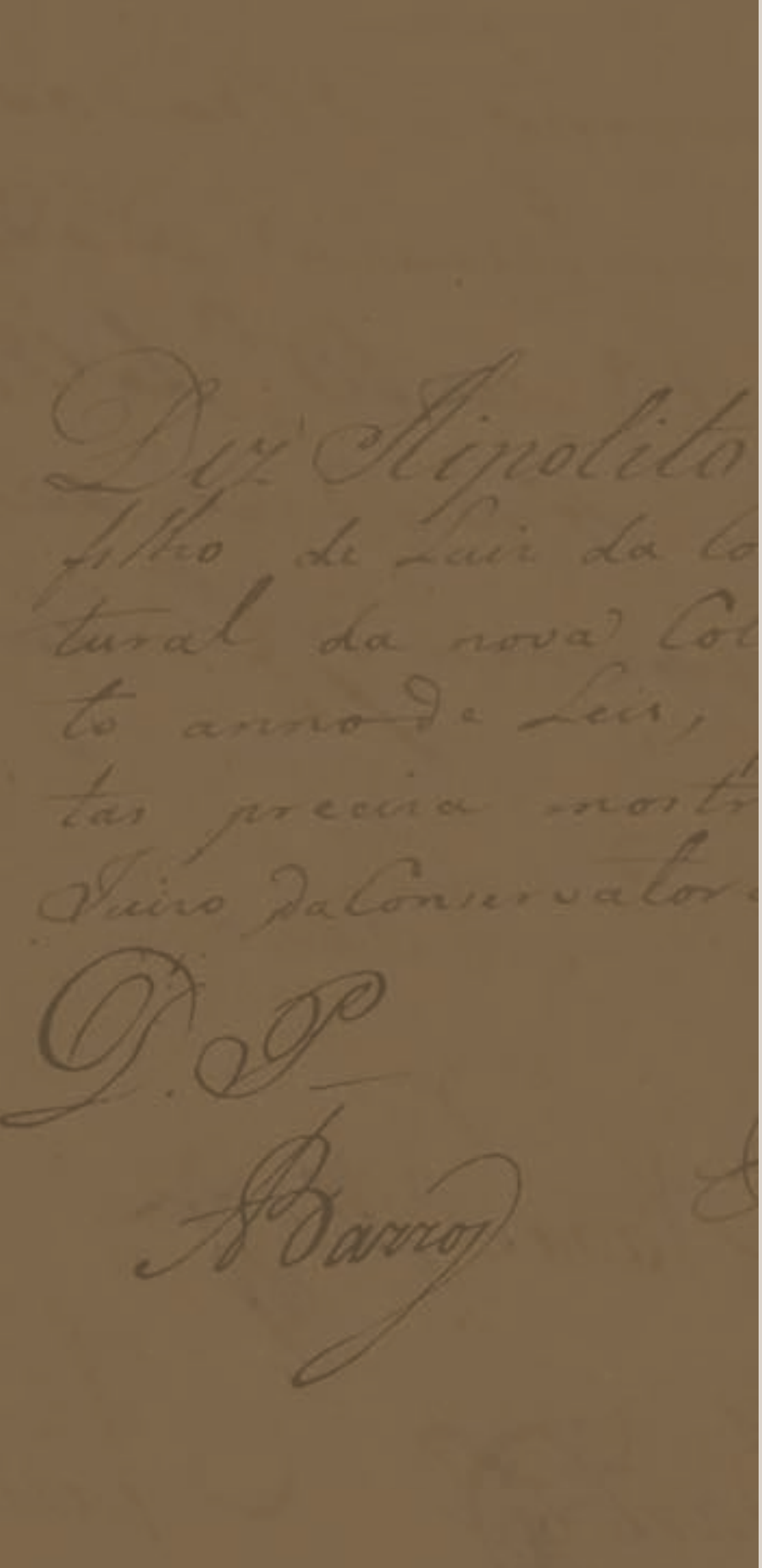
Filipe Alberto PATRONI, 1798-1866
Dissertação sobre o direito de cassoar [sic] *que compete aos veteranos das academias...*
Lisboa: Na Impressão Regia, 1818.

BGUC O.S. 167

8 com o

relações da UC Brasil

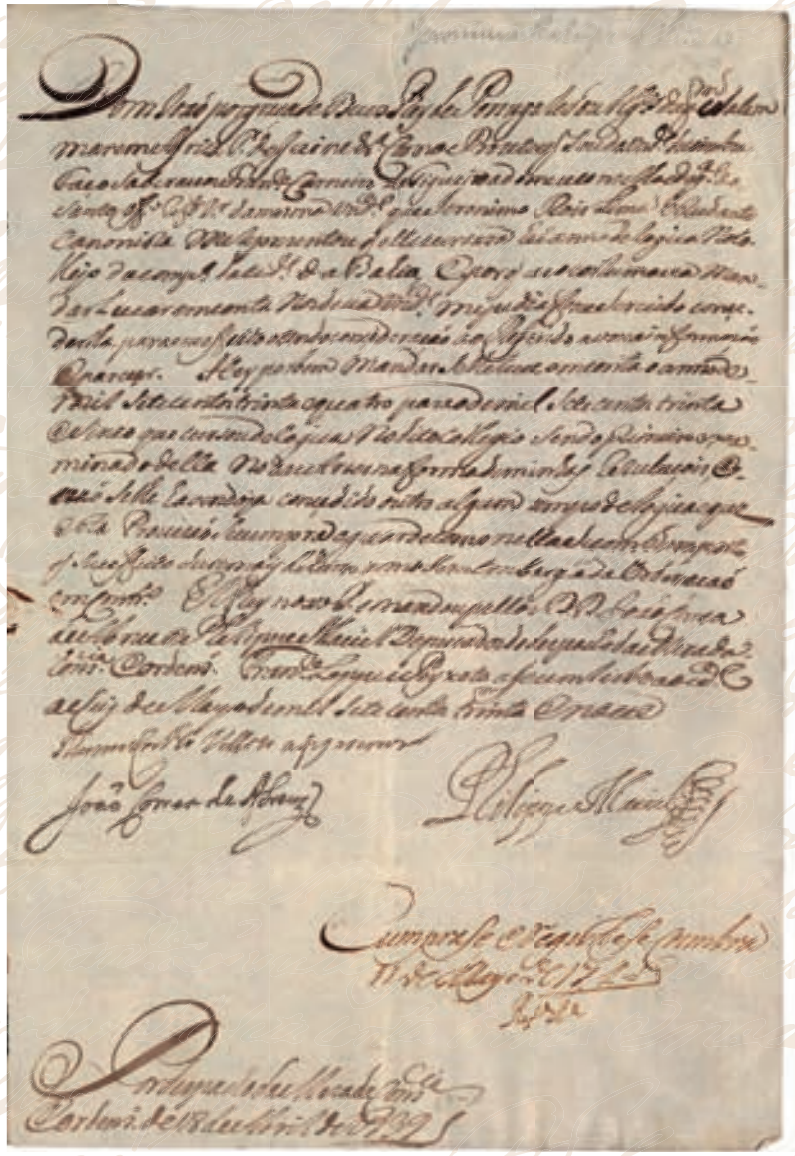
As relações entre a UC e o Brasil estabelecem-se em inúmeros campos, uns claros, outros muito mais subtis. Altamente informais enquanto não existiram equivalentes brasileiras (embora existisse o ensino), as relações vieram a fortalecer-se e a consolidar-se depois da criação de universidades. Coimbra investiu sempre nestas relações, sendo a única universidade portuguesa que dispõe de uma sala exclusivamente dedicada ao Brasil, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), na Faculdade de Letras. A biblioteca do IEB juntou nos seus 80 anos de existência um acervo bibliográfico muito importante, e acolhe com frequência investigadores portugueses e estrangeiros.



gozarão [de]
e gozam os
e havidos como
na dita
e os de

(Carta Régia de 4 de Dezembro de 1810, Título Décimo)

"Os professores da Academia Real Militar [...] todos os privilégios, indultos e franquezas que têm lentes da Universidade de Coimbra. Serão tidos membros da Faculdade de Matemática, existente Universidade, sem que entre os lentes da Academia Coimbra se haja [de] interpor diferença alguma..."



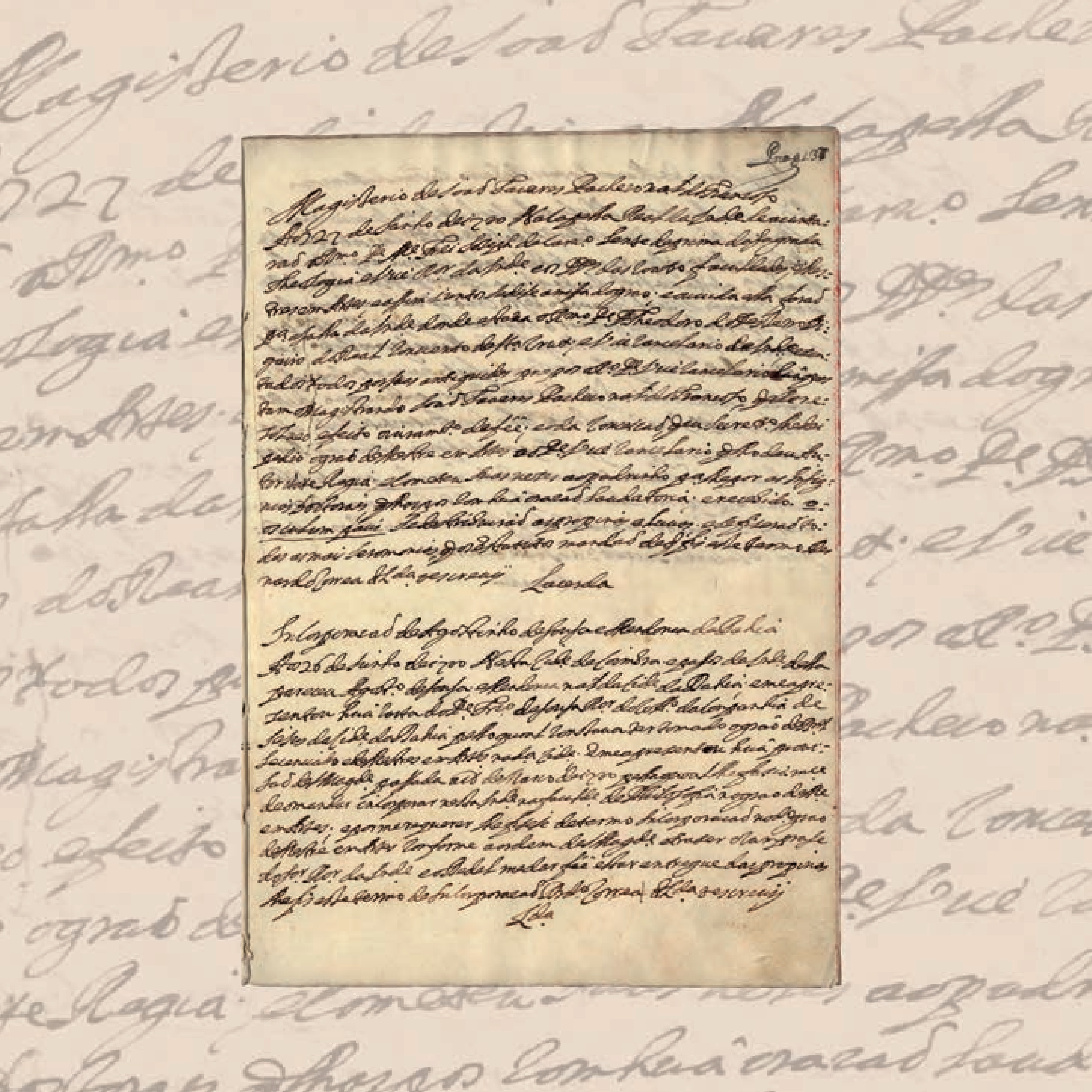
8.1

A ideia de o Colégio da Bahia se poder constituir em "universidade" dos Jesuítas nunca passou de reivindicação dos Inacianos, a que a Coroa portuguesa não deu resposta. Nesse Colégio, fizeram muitos baianos os preparatórios para ingresso na UC.

A Mercê escolar que se dá a conhecer divulga uma situação que é comum a muitos dos estudantes baianos que vêm para Coimbra, depois de terem feito estudos preparatórios no Colégio de Jesus da Bahia.
No caso de Jerónimo Rodrigues Lima, que se matriculou na Faculdade de Cânones em 01.10.1736 e aqui obterá a Formatura, em 28.07.1740, esta Mercê de D. João V concede-lhe que seja contado o tempo em que estudou Lógica naquele Colégio de Jesus.
Um outro seu contemporâneo que recebe a mesma Mercê é o baiano José Correia da Costa. Estudou, igualmente, no mesmo Colégio e estudará em Coimbra na Faculdade de Cânones, precisamente entre 1736 e 1740.
Atente-se no corte vertical (na parte superior do documento) que atesta que a Mercê já foi usufruída, sendo a marca assim feita nos documentos uma prática comum na secretaria da Universidade.

Mercê escolar concedida por D. João V, através de um despacho da Mesa da Consciência e Ordens, ao aluno Jerónimo Rodrigues Lima, natural da Bahia, para que lhe seja contado o ano em que estudou Lógica, no Colégio da Companhia de Jesus da Bahia, no ano letivo de 1734-1735, antes de ingressar na Faculdade de Cânones. Concedida a pedido do aluno, para usufruir de concessão de iguais mercês régias de que já gozavam outros alunos, na Universidade.
Lisboa, 1739, mai. 6.

Universidade de Coimbra (F); Mercês Escolares (SR), 1731-1740
AUC-IV-2.ªD-2-1-1



8.2

De alguma maneira, existiu uma "universidade" da Companhia de Jesus, se não formalmente, pelo menos reconhecida de alguma forma por Coimbra. Veja-se este caso (que não é único) de "reconhecimento de habilitações", em 1700.

A incorporação na Universidade estava reservada para os estudantes que tinham frequentado instituições de ensino de reconhecido mérito, desejando continuar os seus estudos na Universidade de Coimbra.
O mais antigo exemplo de que nos dão conta os documentos do AUC são as incorporações da Universidade de Paris, de Pedro Fernandes, em 14.05.1550, que obtivera o grau de Mestre em Artes naquela Universidade. Refira-se, também, para tempos remotos (o que atesta a consistência desta prática ao longo de séculos) o caso de Miguel da Guarda, bacharel em Leis pela Universidade de Salamanca, incorporado em 31.05.1550.
No presente documento, trata-se da incorporação do baiano Agostinho de Sousa e Mendonça, do grau de Mestre em Artes obtido no Colégio da Companhia de Jesus da Bahia.

Incorporação, na Universidade de Coimbra, de Agostinho de Sousa e Mendonça, natural da Bahia, com o grau de Mestre em Artes, após a apresentação feita, no próprio dia, de uma carta do Reitor do Colégio da Companhia de Jesus da Bahia, pela qual constava que ali tomara os graus de Bacharel, Licenciado e Mestre em Artes, tendo recebido Provisão Régia para a sua incorporação.
Coimbra, 1700, jun. 26.

Universidade de Coimbra (F); Livros de Autos e Graus (SR), vol. 50, 2.º cad., fl. 137
AUC-IV-1.ªD-1-1-50

5129

RELAÇAÕ

DA ENTRADA QUE FEZ

O EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR

D.F. ANTONIO

DO DESTERRO MALHEYRO

Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste presente Anno de 1747. havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por nomeaçaõ de Sua Magestade, e Bulla Pontificia, foy promovido para esta Diocesi.

COMPOSTA PELO DOUTOR

LUIZ ANTONIO ROSADO
DA CUNHA
Juiz de Fóra, e Provedor dos defuntos, e auzentes, Capellas, e Resíduos do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO
Na Segunda Officina de ANTONIO ISIDORO DA FONCECA.

Anno de M. DCC. XLVII.

Com licenças do Senhor Bispo.

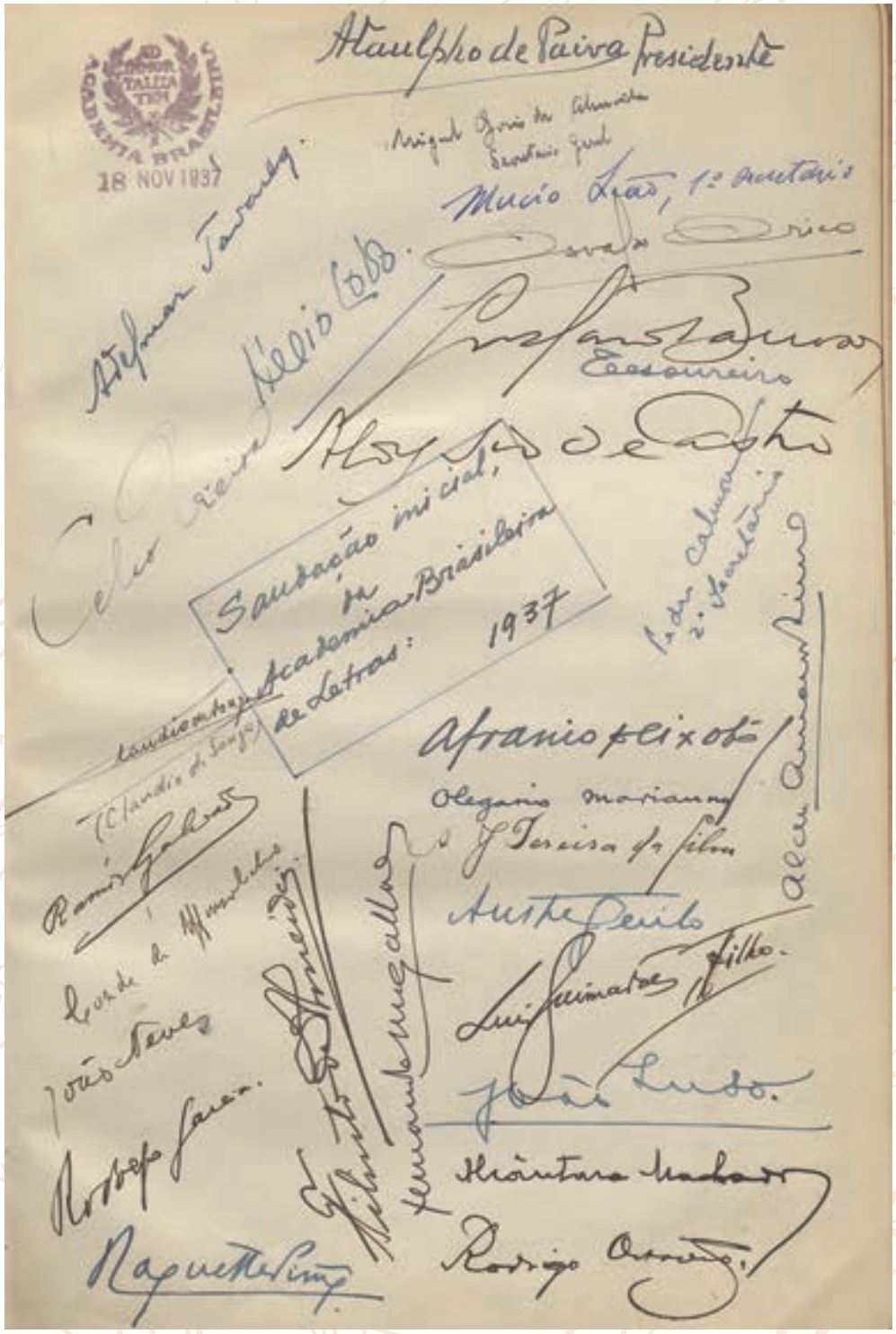
8.3

Sempre ficaram no Reino todos os equipamentos culturais: universidades, bibliotecas públicas, tipografias. Esta modestíssima obra, talvez a primeira impressa no Brasil, foi um empreendimento assumidamente clandestino.

É interessantíssima a história aventurosa do tipógrafo português que imprimiu esta obra no Rio de Janeiro, em 1747. O modesto folheto é geralmente considerado (embora outras obras tenham sido apresentadas a disputar-lhe o lugar) a primeira obra impressa no Brasil-colónia e é, por isso, uma peça bibliográfica imensamente interessante para colecionadores e bibliófilos, de alto valor comercial, tanto no Brasil, como em Portugal. Na sua coleção de *Miscelâneas* encadernadas, a BGUC possui o único exemplar desta raríssima edição conservado em bibliotecas portuguesas. O facto de ele estar na nossa coleção desde, pelo menos, 1806, e de ter uma proveniência bem conhecida, a coleção de Monsenhor José Pedro Hasse de Belém (1747-1805), torna-o num exemplar de referência para poder aferir-se da genuinidade dos restantes. Porque, conforme demonstrou o livreiro-antiquário Pedro de Azevedo (2019), foram feitas em Lisboa, nos anos 60, contrafações em papel da época, executadas por zincogravura a partir de fotografias obtidas de um dos exemplares da New York Public Library.

Luís António Rosado da CUNHA
Relaçaõ da entrada que fez o Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro Bispo do Rio de Janeiro…
Rio de Janeiro: na segunda oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, Anno de M. DCC. XLVII [i.é 1747].

BGUC Misc. 311, Nº 5 129 (encadern. com outros)


ACADEMIA BRASILEIRA
18 NOV 1937
Saudação inicial,
na
Academia Brasileira
de Letras: 1937

8.4

Criado originariamente como Sala do Brasil, em 1925, e reformado em 1937, o atual Instituto de Estudos Brasileiros/ IEB da Faculdade de Letras foi um avanço importante nas relações entre a UC e o Brasil, dando início à residência de professores brasileiros na UC.

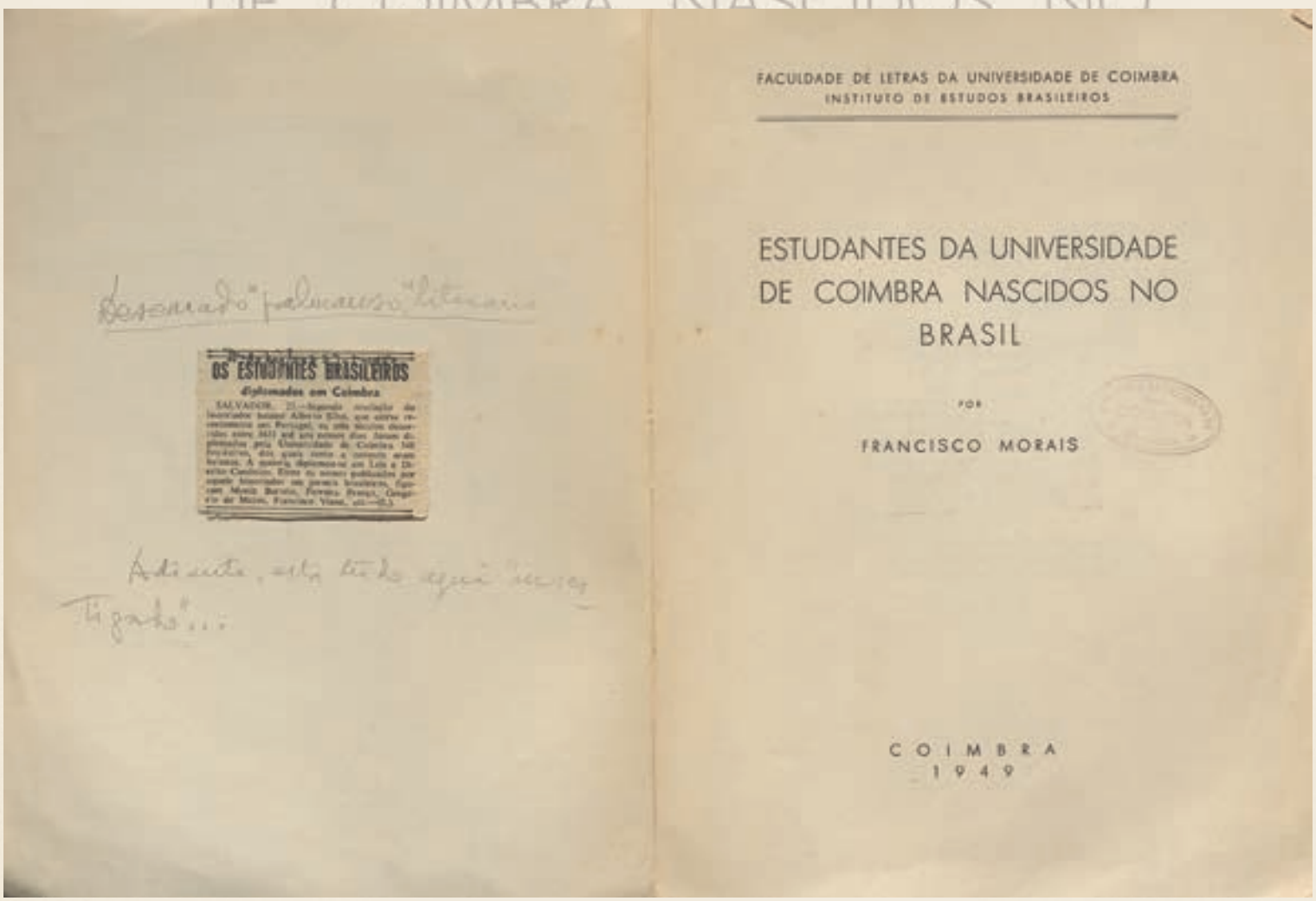
O IEB da Faculdade de Letras foi recentemente requalificado, a tempo de celebrar os seus 80 anos de existência. A iniciativa da sua criação foi de alunos brasileiros, com apoio oficial do Brasil e do governo português, e inauguração solene, com frete de comboio e almoço no *Hotel Palace* do Buçaco. Sobre a *Sala do Brasil* e o IEB que lhe seu sucedeu, escreve-se no seu "sítio" *Web*: *"O facto de a sala se limitar, à data da sua criação, a uma biblioteca sem correspondência no plano do ensino e da investigação levou a que, em 1934, Albino Peixoto Júnior, aluno brasileiro, endereçasse uma carta ao Embaixador do Brasil em Portugal, relatando que a Sala do Brasil estava "*virtualmente morta*", fazendo com que as autoridades brasileiras tomassem algumas providências. Em função do empenho do Embaixador Araújo Jorge, a Sala foi reinaugurada a 7 de Dezembro de 1937, na presença de autoridades académicas e políticas de Portugal e Brasil.* (…) *Transformada, em 1941, no Instituto de Estudos Brasileiros, foi essa a designação que ganhou no novo edifício da Faculdade de Letras, inaugurado em 1951."* O IEB mantém até hoje um intenso programa de estudo e de divulgação da literatura e da cultura brasileiras, em Coimbra.

À SALA

À Sala do Brasil, oferta de *Afranio Peixoto* [manuscrito]: *Saudação inicial da Academia Brasileira de Letras.* [s.l.]: [s.n.], 1937.

FLUC I.E.Brasileiros no Cofre da BC

ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NASCIDOS NO



Desenhado "palmanso" literário

OS ESTUDANTES BRASILEIROS

diplomados em Coimbra

SALVADOR, 21.—Segundo [illegible] de [illegible] Alberto Silva, que [illegible] recentemente em Portugal, [illegible] diplomados pela Universidade de Coimbra [illegible] brasileiros. A maioria diplomou-se em Leis e Direito Canónico. [illegible] Gregório de Matos, Francisco Viana, etc.—(L.)

Adiante, está tudo aqui "nesses Tigados"...

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NASCIDOS NO BRASIL

POR

FRANCISCO MORAIS

COIMBRA
1949

COIMBRA
1949

8.5

Em 1942, o IEB começou a publicar a revista Brasília *que, com uma periodicidade descontínua, editou 13 volumes até 1968. Os 11 volumes de* Suplementos *da revista contêm estudos ainda hoje dignos de merecimento.*

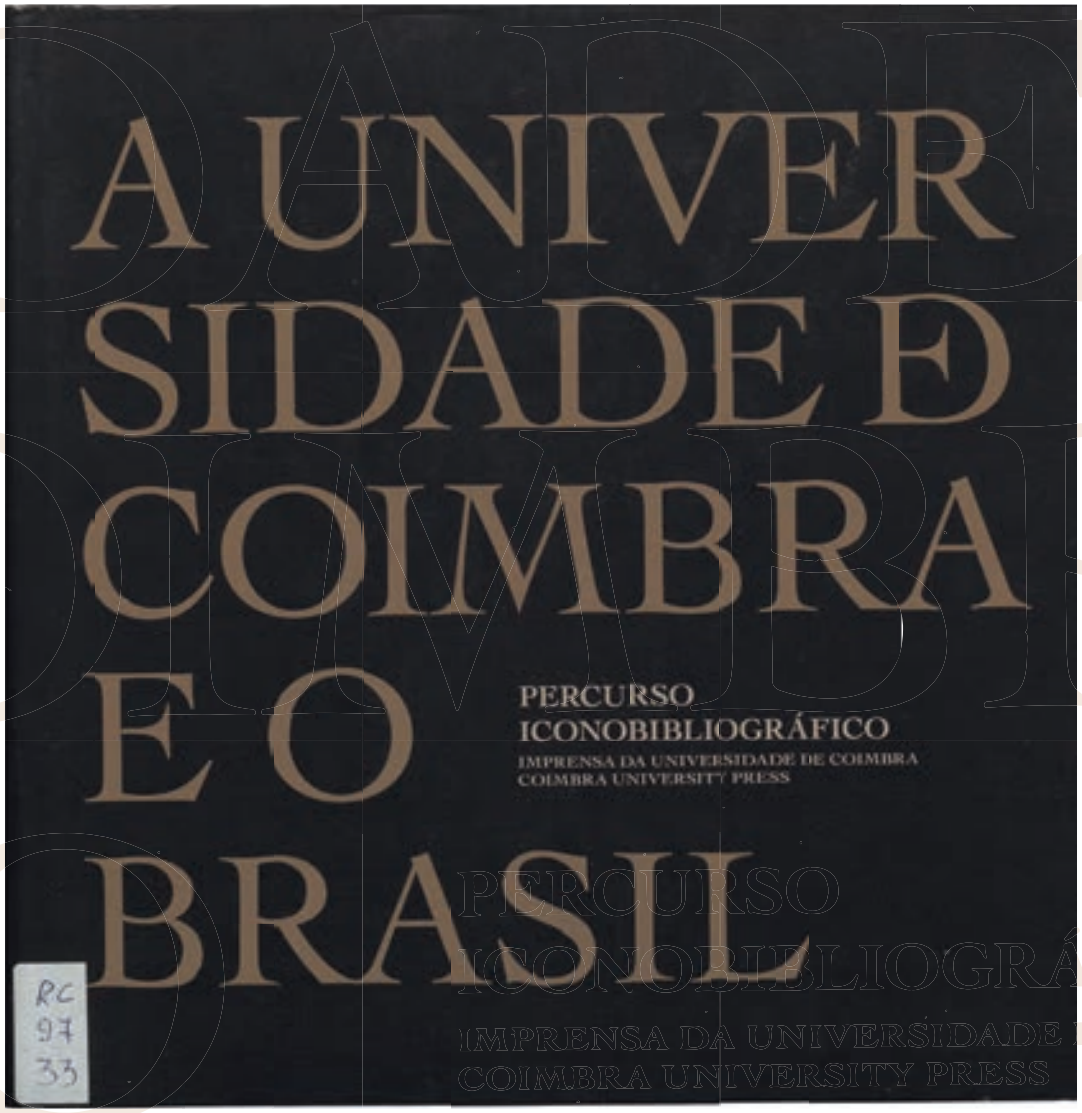
Francisco MORAIS
Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil.
Coimbra: Inst. Est. Brasileiros, Fac. Letras
da Universidade de Coimbra, 1949.
Sep. de "Brasilia", suplemento ao vol. 4. Ex. com
dedicat. a Octaviano de Sá e com um recorte de jornal
comentado colado numa das folhas preliminares.

BGUC O.S. 412

Este volume amplia a obra anterior do mesmo autor:

BRASIL. Ministério da Educação e
Saúde. Biblioteca Nacional.
Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

Tentativa de elencar todos os estudantes que declararam serem naturais de terras brasileiras aquando da sua matrícula, este imponente volume é, formalmente uma mera "separata" ou "suplemento" ao vol. 4 da revista *Brasília*, da UC. A revista publicou vários estudos relevantes e inúmeros suplementos sobre o Brasil, com foco especial nas suas relações com Coimbra. O livro tem, naturalmente, muitos erros e omissões, mas é ainda hoje um trabalho de referência, enquanto não for substituído por uma ferramenta melhor. A lista que apresentamos no final inclui algumas correções ao trabalho de Francisco Morais. Curiosamente, o autor não deteta nenhuma mulher nas suas listagens, embora a UC tenha aceitado estudantes do sexo feminino na segunda metade do século XIX: a primeira mulher farmacêutica (Maria José Cruz de Oliveira e Silva, de Lavos, Figueira da Foz) teve diploma da Universidade de Coimbra em 1869, mas fizera exame de Farmácia em 6.12.1860. Contudo, não frequentou regularmente as aulas, o que só viria a acontecer com Domitila de Carvalho, a partir de outubro de 1891.


A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E O BRASIL
PERCURSO ICONOBIBLIOGRÁFICO
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
RC 97 33

8.6

Em 2012, o Arquivo, a Biblioteca Geral e o Museu da Ciência da UC juntaram-se para produzir este volume que tentou evidenciar a riqueza, em parte ainda não-explorada, das fontes documentais acerca do Brasil existentes em Coimbra.

José Augusto Cardoso BERNARDES, ed. lit. ; José Pedro PAIVA, ed. lit.
A Universidade de Coimbra e o Brasil: percurso iconobibliográfico: [catálogo da exposição].
Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

BGUC RC-97-33

Em 2012, a UC promoveu uma exposição conjunta entre o Arquivo, a Biblioteca Geral e o Museu da Ciência, intitulada "A Universidade de Coimbra e o Brasil".
O catálogo, que aqui se mostra, foi coordenado pelos professores José Augusto Bernardes e José Pedro Paiva e editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra, com projeto gráfico de António Barros.
Não existem muitas universidades no mundo onde uma tal iniciativa fosse possível, pois se algumas outras possuem também as suas bibliotecas gerais (e centrais) com relevo patrimonial, poucas há que tenham também museus históricos e nenhuma que conheçamos que tutele simultaneamente um importante arquivo, de nível distrital. A UC presta com estas e com outras estruturas (um teatro, um observatório astronómico e magnético, um jardim botânico, instalações desportivas, etc.) serviços de natureza pública, que noutras circunstâncias competiria ao Estado português assegurar.
A ocorrência (repetida) destas exposições conjuntas na UC tem proporcionado, marginalmente, a possibilidade de troca de opiniões técnicas entre bibliotecários, arquivistas e museólogos sobre a forma de harmonizar os resultados de cada um destes saberes distintos num todo harmónico e publicável em conjunto. A solução que encontrámos para esta exposição não é ainda a ideal, mas trata-se de um claro progresso em relação ao que tínhamos conseguido fazer há 10 anos.

estão presentes os doutores Domingues de Andrade, Teixeira Ribeiro, Ferreira Correia, Rodrigues Queiró, Eduardo Correia e Braga da Cruz, secretário. Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o doutor Cabral de Moncada congratulou-se, em nome da Faculdade, pelo facto de ter obtido por dois distintos professores dela, no Congresso Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional, recentemente realizado em S. Paulo: o doutor Beleza dos Santos, que se encontra ainda em viagem de regresso, e o doutor Eduardo Correia, que já se encontra de novo entre nós. As notícias que nos chegam, da brilhante actuação destes dois professores no referido Congresso constituem motivo de grande júbilo para a Faculdade, que assim vê, mais uma vez, reafirmado o seu prestígio numa reunião científica internacional. O doutor Eduardo Correia agradeceu as elogiosas referências que o doutor Cabral de Moncada acabou de fazer ao nome do doutor e ao seu périplo, afirmando que, se alguém das duas viagens, na verdade, com felicidade, é o doutor Beleza dos Santos. Como ele não se encontra presente, sente-se mais à vontade para pôr a Conselho na correcção de que foi a sua intervenção, verdadeiramente nacional, na reunião científica de S. Paulo: — Visto para presidir ao Congresso, o doutor Beleza dos Santos, não só nas sessões plenárias como nas sessões especializadas, e ainda na sua representação oficial, actuou de forma a prestigiar altamente, como sempre, a nossa Faculdade e a nossa País. Pode dizer-se, com sinteira justiça, que a ele se deve, verdadeiramente, o nível e a sintonia do Congresso, onde largamente se encontrou com representantes das delegações dos restantes países, sendo alvo de provas de admiração, constantemente e confirmadoras da altíssima craveira em que é tido nas assembleias científicas internacionais. O doutor Cabral de Moncada anunciou, em seguida, que daria conhecimento oficialmente a nosso País, em fins de Março ou começo de Abril próximo, o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Dr. João Café Filho, a que a Guerra manifestou desejo de que lhe fosse conferido, como sucedeu, o grau de doutor «honoris causa» pela nossa Faculdade. O Conselho entendeu que, tratando-se deste doutoramento festejando-se internacional, que só as Guerras conflitos devidamente apreciam, não deve dar-lhe qualquer alteração a seu desfio da Guerra; e resolveu, por isso, unanimemente, outorgar-lhe o título de doutor. Depois foi-se designar como oradores, para os actos de doutoramento, os doutores Rodrigues Queiró e Eduardo Correia.

O doutor Ferrer Correia comunicou que o distinto aluno desta Faculdade licenciado [illegible] Professor [illegible] do Supremo Tribunal Federal do Brasil no círculo judicial de Campinas, foi à disposição da biblioteca do Instituto Jurídico um importante conjunto de livros antigos sobre direito, que seu bisavô tinha no Tribunal de Campinas, mas que alli foram um verdadeiro critério selectivo. Pode-se assi-

Visita de estudo dos alunos de direito à Biblioteca da Fac.

Agradecimento do Dr. Correia e referência especial dada ao discurso do Dr. Beleza dos Santos

Intervenção do Presidente da República do Brasil, Dr. João Café Filho

Participação dos Drs. Beleza e Correia no Congresso de Direito Internacional de S. Paulo

8.7

Uma parte importante (e mais solene) das relações entre universidades dá-se com a atribuição de doutoramentos Honoris causa. *Sendo decisões académicas, elas conformam-se sempre com os valores políticos da sua época.*

O Presidente da República Federativa do Brasil, Dr. João Café Filho, recebeu o doutoramento *Honoris causa* em 24.04.1955, numa cerimónia em que foram oradores Rodrigues Queiró e Eduardo Correia. Neste caso, como textualmente o indicam as palavras da ata do Conselho da Faculdade de Direito em que foi tomada a decisão de lhe conferir esse grau, tratava-se: *"… dum doutoramento justificado por interesses de política internacional, que só ao Governo compete devidamente apreciar…"* Os doutoramentos *Honoris causa* tiveram início em 15.04.1921, com a concessão destes graus ao General Armando Diaz, General Smith Dorrien e Marechal Joseph-Jacques Joffre, destacados militares na vitória da primeira Grande Guerra.

Ata do Conselho da Faculdade de Direito, presidido pelo Doutor Luís Cabral de Moncada, em que é noticiado que visitaria oficialmente o país o Presidente da República do Estados Unidos do Brasil, Dr. João Café Filho, e que o Governo manifestava o desejo de lhe ser conferido o grau de doutor Honoris causa *pela Faculdade de Direito.* Coimbra, 1955, fev. 10.

Universidade de Coimbra (F); Atas do Conselho da Faculdade de Direito (SR), vol.13 (1947 – 1965), fl.119v
AUC – IV-1ª D-3-1-64 C

torização, que lhe foi concedida, para ele dirigir também [illegible]
cumprimentos do Senado Universitário.

A propósito das obras da Cidade Universitária, o Senhor Doutor Andrade Gouveia referiu-se à precária situação em que se [illegible] Doutor [illegible] interessa, [illegible] cerca [illegible] o Senhor [illegible] Reitor [illegible] tiveram [illegible] excelentíssimo [illegible] Ministro [illegible] do a valorização [illegible] Doutores [illegible] circunstância [illegible] de Estudos Sociais, do Ministério das Corporações, do cujo estudo fora encarregado.

E por nada mais haver a tratar, o Excelentíssimo Reitor levantou a sessão, da qual, para constar, se lavrou este acta que vai ser [illegible]

Sessão de 21 de Novembro de 1962

Em vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e dois, no Paço das Escolas, sendo, sob a presidência do Excelentíssimo Reitor, Doutor Marcelo Caetano Bruno Alves da Cruz, o Conselho da Universidade de Lisboa compareceram como vogais: — pela Faculdade de Letras, os Doutores José da Providência Araújo Costa, Director e Delegado da Secção Histórico-Filosófica, e Doutor Manuel Lopes de Almeida, Delegado; — pela Faculdade de Direito, os Doutores José Carlos Moreira Alves, Director e Afonso Rodrigues Queiró, Delegado; — pela Faculdade de Medicina, os Doutores Augusto Pires de Celso Hygino da Costa, Director e António de Melo Breyner, Delegado; — pela Faculdade de Ciências, os Doutores António Jorge Andrade Gouveia, Director e José Manuel Cotta Dias, Delegado; — pela Escola de Farmácia, o Doutor Guilherme Pereira Rosa, Director; pelos Professores Catedráticos, o Doutor Mário José Brito de Almeida Costa, — pelos Professores Extraordinários, o Doutor Eugénio Guilherme Eberhardt Gomes.

Aberta a sessão pelo Excelentíssimo Reitor, procedeu-se à leitura da acta anterior da segunda de Outubro último, que foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Doutor Hoyer Lossa, impossibilitado de estar presente na última reunião, entregou-me as palavras que ao seu lugar do Senado Escolheu dirigidas ao Excelentíssimo Reitor, pedindo-lhe o favor de as ler.

Continuando na ordem da palavra, proferiu-se seguidamente sobre o último assunto inscrito na acta que redigiu na sua vida, respeitante ao artigo publicado no Diário de Notícias, desta Lisboa, tendo afirmado que a interrupção de direcção da Faculdade de Medicina não permitiu a antecipação das férias.

O Excelentíssimo Reitor congratulou-se com o facto.

O Senhor Doutor Afonso Queiró pediu a palavra para propor que o Senado aprovasse vivamente agradecer a solução e resolvesse que, conforme precedia o Regulamento da Faculdade de Medicina, fossem marcadas férias aos seus docentes.

Para prosseguir [illegible] consideração por alguns membros do Senado, [illegible] sobre a urgência [illegible] pedir, do agrado Regulamento.

O Senado resolveu, por unanimidade, aprovar a primeira parte da proposta, suspendendo a segunda parte para que o Excelentíssimo Reitor providenciasse se o assunto do Regulamento respeitante à marcação de férias aos seus docentes está ou não em vigor.

O Excelentíssimo Reitor, tendo, em seguida, pela referência à passagem do novo Secretário, propôs que se enviasse um voto de louvor ao Diário do Governo, Boletim Oficial, Gazeta e Rádio pela dedicação com que se houve em todo o tempo em que serviu como Secretário. O Senado aprovou por unanimidade.

O Excelentíssimo Reitor informou depois, por ser cumprimento de anterior resolução, o Título atribuído a favor do Senhor Doutor Hipólito Corrêa, para aprovação e ser mandado comprimentado do envio do Grau de Especialista.

Pelo informou que Título escrito ao Senhor D. Manuel de Almeida Trindade Teixeira e resolução aprovada na última sessão, e lida a resposta de Sua Excelência Reverendíssima, tendo informado também que a Sagração Episcopal estava marcada para dezoito de Dezembro, na Sé Nova, mas tendo dependências com as Festividades do Natal, tem como estudantes, seria necessário Lugar especial na assembleia.

O Senhor Doutor Andrade Gouveia pediu a palavra para comunicar ao Senado que a primeira Lição de Especialização seria proferida pelo Senhor Doutor Abílio Fernandes.

O Excelentíssimo Reitor comunicou que havia recebido a Circular do Senhor Director da Faculdade de Letras do Universidade do Porto, correspondente ao Convite que

8.8

Além de doutoramentos "políticos", por exemplo os de ex-Presidentes da República Federativa do Brasil, a UC tem concedido graus de Doutor Honoris causa *a muitas personalidades do mundo da ciência e da cultura do Brasil, como Gilberto Freyre.*

No texto que se mostra, ata da reunião do Senado da Universidade, presidida pelo Reitor, Doutor Guilherme Braga da Cruz, este refere os mais recentes doutoramentos *Honoris causa*: *"regozijando-se pela distinção com que as cerimónias haviam decorrido, salientando o brilho e elevação dos discursos proferidos"*. Referiu, ainda, que recebera um telegrama do Embaixador do Brasil, Francisco Negrão de Lima, e um outro telegrama do Doutor Gilberto de Mello Freyre, o mais recente doutorado, em 18.11.1962. Nestes documentos, que ainda hoje existem no AUC, ambos expressavam os seus agradecimentos e gentilezas recebidas durante a cerimónia.
O discurso em honra do doutorado foi proferido pelo Doutor Torquato de Sousa Soares, da Faculdade de Letras, proponente do doutorando.

Ata da reunião do Senado da Universidade, presidida pelo Reitor, Doutor Guilherme Braga da Cruz, em que o mesmo referiu os recentes doutoramentos Honoris causa *e a chegada de um telegrama do Doutor Gilberto Freyre (o mais recente doutorado).*
Coimbra, 1962, nov. 21.

Universidade de Coimbra (F); Atas do Senado (SR), vol. 8, fl. 26-28
AUC-IV-1.ªE-11-3-88

6
10
36
132

Para a BGUC,
homenagem de
António José Avelãs Nunes
Coimbra, julho/2017

A UNIVERSIDADE EM TEMPO DE CRISE

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

do

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL

organizado

pelo

GRUPO COIMBRA DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

proferida

pelo

DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE
OFERTA
COIMBRA
115018-A

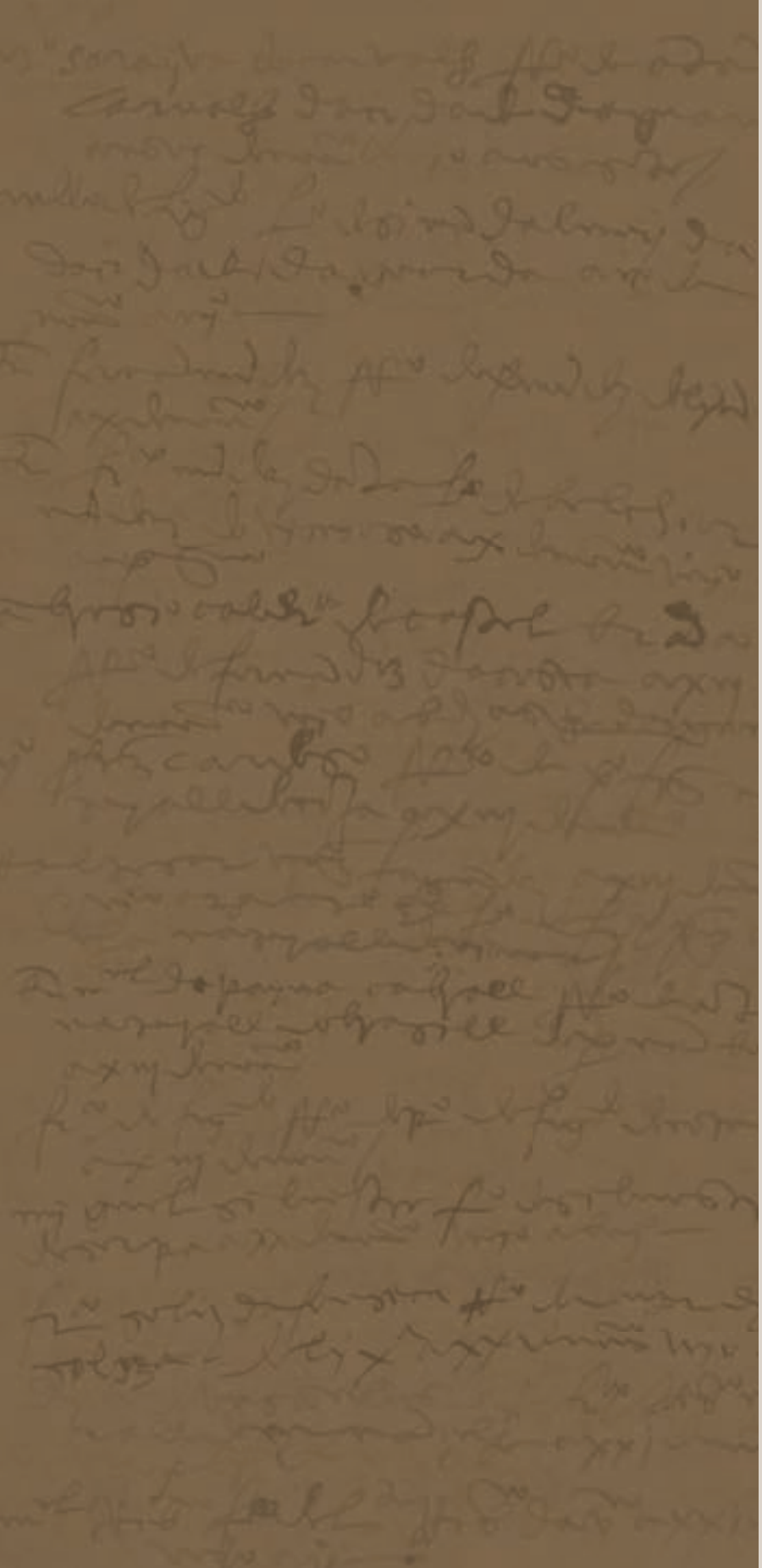
8.9

A influência da UC foi reconhecida pela atribuição do nome Grupo de Coimbra de Dirigentes de Universidades Brasileiras à maior associação de universidades, com mais de um milhão de alunos.

O *Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras* (GCUB) foi formalmente constituído como associação de dirigentes universitários, em 2008. Associa atualmente dezenas de universidades brasileiras em torno dos problemas da cooperação interna com vista à sua internacionalização. Também conhecido com o nome alternativo de *Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras*, está fisicamente instalado em Brasília, DF.
Com atividades permanentes desde que se constituiu, o GCUB não tem, talvez, cuidado suficientemente da sua promoção e da construção de uma memória, notando-se a falta nas coleções da BGUC de várias publicações realizadas pelo consórcio. Este folheto muito modesto é uma das poucas que aqui se conservam.

GRUPO COIMBRA DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS
A Universidade em tempo de crise: conferência de abertura do III Seminário Internacional organizado pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras proferida pelo Doutor António José Avelãs Nunes.
Maceió: [Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras], 2011.

BGUC 6-10-36-132



Alunos Brasileiros
(1800-1822)

Nome	Naturalidade	Faculdade
Adriano José Leal	Bahia	Leis
Afonso de Albuquerque Maranhão	Pernambuco	Cânones
Agostinho Ermelino de Leão	Bahia	Leis
Agostinho Moreira Guerra	Bahia	Cânones
Alexandre Tomás de Morais Sarmento	Bahia	Matemática, Cânones, Leis
Amaro José de Araújo Velasco Camisão	Minas Gerais, Sabará	Colégio das Artes, Leis
André Pinto Duarte	Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes	Matemática, Filosofia
António Belfort Pereira de Burgos	Maranhão	Filosofia
António Bernardo da Encarnação e Silva	Maranhão, Viana	Teologia
António Calmon Du Pin e Almeida	Bahia, Santo Amaro	Leis
António Cerqueira Lima	Bahia	Leis
António da Costa Pinto	Minas Gerais, Paracatu	Leis
António da Costa Pires	Minas Gerais	Matemática, Filosofia, Medicina
António da Gama Lobo	Pará	Matemática
António da Rocha Dantas e Mendonça	Minas Gerais	Matemática, Filosofia
António da Silva Teles	Bahia	Leis, Cânones, Filosofia
António de Araújo Ferreira e Jacobina	Bahia, Santo António de Jacobina	Filosofia, Matemática, Leis
António de Barros e Vasconcelos	Maranhão	Leis
António de Pádua Vieira Cavalcanti	Pernambuco	Matemática, Filosofia
António de Sales Nunes Belfort	Maranhão	Leis, Filosofia
António Ferreira Lima	Bahia, Cachoeira	Leis
António Francisco Leal	Rio de Janeiro	Matemática, Filosofia, Medicina
António Gomes da Silva Belfort	Maranhão	Cânones, Leis
António Inácio de Azevedo	Bahia	Leis
António João de Sousa Teixeira	Rio de Janeiro	Filosofia, Leis
António Joaquim Correia	Minas Gerais, São João del Rei	Colégio das Artes
António Joaquim de Sequeira	Rio de Janeiro	Matemática, Filosofia
António Joaquim Fortes Bustamante	Minas Gerais, São João del Rei	Leis
António José Alves Ferreira	Pernambuco	Filosofia, Leis
António José Coelho	Pernambuco	Filosofia, Cânones, Leis
António José de Sequeira	Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes	Leis
António José do Amaral	Rio de Janeiro	Matemática, Filosofia
António José Duarte de Araújo Gondim	Pernambuco	Leis, Filosofia

António José Fernandes Vilar	Pará, Belém	Matemática, Filosofia, Leis
António José Galvão	Maranhão	Filosofia, Matemática
António José Leal	Bahia	Leis
António José Monteiro de Barros	Minas Gerais, Congonhas do Campo	Cânones
António José Venceslau Gaio	Pernambuco	Filosofia, Leis
António José Vicente da Fonseca	São Paulo	Filosofia, Matemática, Leis
António Luís de Brito Aragão	Bahia	Matemática, Filosofia, Cânones
António Luis de Seabra	Rio de Janeiro	Leis
António Marcelino da Costa Pinheiro	Maranhão	Cânones
António Maria de Moura	Minas Gerais, Vila Nova da Rainha do Caeté	Cânones
António Militão de Sousa	Bahia	Leis
António Pedro Ferreira	Maranhão, Alcântara	Matemática, Filosofia, Cânones
António Pereira Barreto Pedroso	Minas Gerais, Pouso Alto	Leis
António Pinto Chichorro da Gama	Bahia	Leis
António Policarpo Cabral	Bahia	Matemática, Filosofia, Medicina
António Rodrigues Fernandes Braga	Rio Grande do Sul	Leis
António Sarmento de Savedra Teixeira	Minas Gerais, Sabará	Leis
António Vaz de Carvalho	Bahia	Leis
Apolónio Nunes dos Reis	Bahia	Matemática, Colégio das Artes
Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho	Rio de Janeiro	Leis
Bartolomeu José Vaíha	Rio de Janeiro	Leis
Belchior Pinheiro de Oliveira	Minas Gerais, Serro do Frio	Leis
Bento Carneiro da Silva	Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes	Filosofia, Leis
Bernardino José de Melo	Bahia, Santana do Camisão	Leis
Bernardo Belisário Soares de Sousa	Minas Gerais, Paracatu	Leis
Bernardo José da Gama	Pernambuco	Leis, Matemática
Bernardo José de Serpa Brandão	Pernambuco	Matemática
Bernardo José Tavares	Rio de Janeiro	Filosofia, Matemática
Bernardo Leite de Faria e Sousa	Minas Gerais, São João del Rei	Matemática, Filosofia, Cânones
Bernardo Pereira de Vasconcelos	Minas Gerais, Vila Rica	Filosofia, Leis,
Bráulio da Costa Leite Dourado	Maranhão, Alcântara	Filosofia
Caetano Carlos da Silva e Gusmão	Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes	Leis, Matemática
Caetano Maria Lopes Gama	Recife	Leis
Caetano Silvestre da Silva	Bahia	Leis
Caetano Xavier Pereira de Brito	Pernambuco	Leis

Cândido Baptista de Oliveira	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Matemática, Filosofia, Medicina
Cândido José de Araújo Viana	Minas Gerais, Congonhas do Sabará	Leis
Cândido Ladislau Japiaçu de Figueiredo e Melo	Bahia	Cânones, Leis
Cândido Rodrigues Alves de Figueiredo e Lima	Rio Grande do Sul, Viamão	Cânones, Leis
Carlos José Pinheiro	Minas Gerais, Vila Rica	Filosofia, Matemática, Medicina
Carlos Peregrino Belfort Pereira de Burgos	Maranhão	Matemática
Carlos Teixeira da Silva	Rio de Janeiro	Leis
Cassiano Esperidião de Melo e Matos	Bahia	Leis
Cipriano José Veloso	Bahia	Cânones
Clemente Álvares de Oliveira Mendes Almeida	Bahia, Santo Amaro	Leis
Clemente Pereira de Azevedo Coutinho	Piauí, Oeiras	Cânones
Cornélio Ferreira França	Bahia	Filosofia, Leis
Cosme Damião Alves Rebelo	Bahia	Matemática, Filosofia
Cristóvão Pedro de Morais Sarmento	Bahia	Matemática, Leis
Custódio Alves da Pureza Serrão	Maranhão, Alcântara	Filosofia
Custódio Gonçalves Ledo	Rio de Janeiro	Matemática, Filosofia, Medicina
Diocleciano Augusto César do Amaral	Rio de Janeiro	Leis
Diogo de Castro do Rio Furtado de Mendonça	Minas Gerais, Mariana	Cânones
Domingos Borges de Barros	Bahia	Filosofia
Domingos Francisco Pereira de Andrade	Minas Gerais, Vila Rica	Matemática, Filosofia, Leis
Domingos José de Freitas	Bahia	Cânones
Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira	Pernambuco	Matemática
Domingos Martins Ribeiro	Bahia, Santo Amaro	Leis
Ernesto Ferreira França	Bahia	Leis
Estêvão António de Moura	Bahia	Matemática, Filosofia
Estêvão Ribeiro de Resende	Minas Gerais, "Arraial dos Prados" (Rio das Mortes)	Filosofia, Leis
Eustáquio Adolfo de Melo e Matos	Bahia	Matemática, Filosofia
Feliciano José Vidigal de Meneses	Rio de Janeiro	Filosofia, Matemática, Leis
Feliciano Xavier Fernandes Nogueira	Maranhão, Alcântara	Matemática
Felisberto Caldeira Brant	Bahia	Matemática, Filosofia, Medicina
Fernando de Magalhães e Avelar	Bahia	Cânones
Fernando de Sá Taveira	Bahia	Matemática
Fernando Pacheco Jordão	São Paulo, Itu	Leis
Filipe Alberto Patroni	Pará, Belém	Filosofia, Leis, Cânones

Filipe Jansen de Castro e Albuquerque	Maranhão	Matemática, Filosofia
Firmino António de Sousa	Bahia	Cânones
Francisco Aires de Almeida Freitas	Bahia	Leis
Francisco Alves Pereira de Mendonça Drummond da Cunha	Rio de Janeiro	Leis
Francisco Caetano Ribeiro Coelho	Bahia	Matemática
Francisco Cardoso Ferreira de Melo	Bahia	Colégio das Artes
Francisco Cardoso Perreira de Melo e Vasconcelos	Bahia	Matemática
Francisco Correia Leal	Maranhão	Leis
Francisco de Carvalho Maciel de Oliveira Gouvim	Pernambuco	Colégio das Artes, Leis
Francisco de França Miranda	Rio de Janeiro	Leis
Francisco de França Miranda	Rio de Janeiro	Leis
Francisco de Paula Cerqueira Leite	Minas Gerais	Leis
Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque	Pernambuco	Leis
Francisco de Paula Freire	Rio de Janeiro, Viamão	Matemática, Filosofia, Leis
Francisco de Paula Leal	Rio de Janeiro	Filosofia, Matemática
Francisco de Paula Monteiro de Barros	Minas Gerais, Congonhas do Campo	Leis
Francisco de Paula Pereira Duarte	Minas Gerais, Mariana	Leis
Francisco de Sousa Paraíso	Bahia	Leis
Francisco do Rego Barros	Pernambuco	Matemática, Filosofia
Francisco Elias Rodrigues de Oliveira	Bahia	Medicina
Francisco Gomes Brandão Montezuma	Bahia	Filosofia, Leis
Francisco Gomes de Campos	Rio de Janeiro	Leis
Francisco Gonçalves Martins	Bahia, Santo Amaro	Leis
Francisco José Alves Carneiro	Rio de Janeiro, Parati	Leis
Francisco José Coelho Neto	Bahia	Leis
Francisco José da Costa Roriz	Mato Grosso, Cuiabá	Colégio das Artes
Francisco José de Arantes	Recife	Teologia
Francisco José de Faria	Pernambuco	Matemática, Filosofia, Leis
Francisco José de Freitas	Bahia	Cânones
Francisco José de Sá	Rio de Janeiro	Matemática, Filosofia, Medicina
Francisco José Lisboa	Bahia	Leis
Francisco José Nunes	Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes	Cânones
Francisco Lourenço de Freitas	São Paulo, Vila Bela da Princesa	Leis
Francisco Manuel de Morais	Rio de Janeiro	Matemática

Francisco Maria de Freitas e Albuquerque	Bahia	Filosofia, Leis
Francisco Moreira Ribeiro	Minas Gerais, Vila Rica	Matemática, Filosofia, Medicina
Francisco Nunes Franklin	Pernambuco	Matemática, Filosofia
Francisco Pereira Dutra	Bahia, Aldeia	Leis
Francisco Pereira Monteiro	Rio de Janeiro	Leis
Francisco Ramiro de Assis Coelho	Bahia	Leis
Francisco Xavier Carnide	Bahia	Matemática, Filosofia
Francisco Xavier de Lócio Seibliz	Pernambuco	Filosofia, Leis
Francisco Xavier Pereira de Brito	Pernambuco	Matemática, Filosofia, Medicina
Gabriel Mendes dos Santos	Minas Gerais, São João del Rei	Leis
Gaspar José Lisboa	Bahia	Leis
Gregório da Costa Lima Belmonte	Bahia	Leis
Guilherme José Correia	Bahia	Leis
Gustavo Adolfo de Aguilar	Bahia	Leis, Cânones
Honorato José de Barros Paim	Bahia, Santo Amaro	Leis
Honório Hermeto Carneiro Leão	Minas Gerais, Jacuí	Leis
Inácio Accioli de Vasconcelos	Alagoas, "Vila de Alagoas do Sul"	Cânones
Inácio Gabriel de Almeida	Maranhão, Alcântara	Cânones
Inácio José de Araújo Vieira	Rio de Janeiro	Leis
Inácio José Vicente da Fonseca	São Paulo	Filosofia, Matemática
Inocêncio da Silva Tavares	Bahia	Matemática, Filosofia
Jerónimo Luis da Silva	Minas Gerais, Sabará	Leis
João António da Silva Bacelar	Rio de Janeiro	Matemática, Filosofia, Leis
João António Martinho	Bahia, Cachoeira	Leis
João Baptista Monteiro de Barros	Minas Gerais, Congonhas do Campo	Filosofia, Matemática
João Bráulio Moniz	Maranhão	Leis
João Caetano Alberto da Silva	Minas Gerais, Sabará	Filosofia, Matemática, Medicina
João Caetano Alves	Minas Gerais, Sabará	Leis, Cânones
João Cândido de Brito	Bahia	Matemática, Filosofia
João Cândido de Deus e Silva	Pará	Leis
João Cardoso de Almeida Amado	Pernambuco, Campo Largo	Leis
João Carlos da Costa Ferreira	Maranhão, Alcântara	Cânones
João Carlos de Santa Clara	Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes	Teologia
João Carlos Leal	Bahia	Matemática, Leis
João da Fonseca e Almeida	Pernambuco	Matemática

João de Amorim Ribeiro Pinto	Pará, Monte Alegre	Matemática, Filosofia
João de Medeiros Gomes	Rio de Janeiro	Leis
João de Sales Gameiro de Mendonça Pessanha	Rio de Janeiro	Leis
João de Sousa Pereira Bueno	Santos	Matemática, Filosofia, Cânones
João Fernandes de Vasconcelos	Pará	Cânones
João Francisco Coelho	Rio de Janeiro	Cânones
João Francisco de Borja Pereira	Bahia, Cachoeira	Leis
João Gomes de Campos	Rio de Janeiro	Matemática, Leis
João Gomes Machado	Goiás	Matemática, Filosofia
João Inácio da Cunha	Maranhão	Matemática, Filosofia, Leis
João Joaquim da Silva	Bahia	Leis
João José da Rocha Tavares	Minas Gerais, São João del Rei	Matemática, Filosofia, Medicina
João José Damasceno	Bahia	Matemática, Filosofia, Leis
João José de Moura Magalhães	Bahia	Matemática, Filosofia, Leis
João José de Oliveira Junqueira	Bahia	Leis
João José Vahia	Rio de Janeiro	Leis
João Manuel de Sousa Tavares	Pará	Matemática, Filosofia, Leis
João Martiniano Barata	Bahia, Cachoeira	Leis
João Martins Pena	Minas Gerais, Serro do Frio	Matemática, Filosofia, Cânones
João Mendes Viana	Rio de Janeiro	Matemática, Filosofia
João Pedro de Morais Baptista Navarro	Mato Grosso, Cuiabá	Leis
João Ribeiro da Silva Rangel	Bahia	Matemática, Filosofia
João Ricardo da Costa Dorimund	Bahia	Leis
João Rodrigues Baima	Maranhão	Filosofia, Matemática
João Rodrigues Paiva	Minas Gerais, Vila Rica	Leis
Joaquim Aires de Almeida Freitas	Bahia, Santo Amaro	Matemática, Leis
Joaquim António de Meneses Ataíde	Rio de Janeiro	Filosofia
Joaquim de Paiva Amaro	Rio de Janeiro	Leis
Joaquim de Santa Ana da Paz	Pernambuco	Leis, Matemática, Filosofia
Joaquim de Sousa Ferreira	Rio de Janeiro	Matemática
Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barreto	Bahia	Leis
Joaquim Francisco Gonçalves Ponce de Leão	Bahia	Cânones
Joaquim Francisco Moreira	Bahia	Leis
Joaquim Francisco Viana	Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes	Matemática, Filosofia, Leis
Joaquim Inácio de Lima	Pernambuco	Matemática, Filosofia

Joaquim José Barbosa	Rio de Janeiro	Matemática, Filosofia
Joaquim José da Silva e Azevedo	Bahia, Cachoeira	Leis
Joaquim José de Magalhães	Bahia	Cânones
Joaquim José Frederico Gomes	Bahia	Matemática, Filosofia, Medicina
Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos	Bahia	Leis
Joaquim José Ribeiro de Magalhães	Bahia, Rio das Contas	Leis
Joaquim José Rodrigues Torres	Rio de Janeiro, Itaboraí	Matemática, Filosofia
Joaquim José Xavier	Pernambuco, Olinda	Leis
Joaquim Lopes da Silva	Bahia	Leis
Joaquim Marcelino de Brito	Bahia	Leis
Joaquim Maria Ribeiro	Minas Gerais, Vila Rica	Matemática
Joaquim Mariano Ferreira	Maranhão	Cânones
Joaquim Moreira Ribeiro	Minas Gerais, Vila Rica	Filosofia, Matemática
Joaquim Pinto Neto dos Reis	Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes	Leis
Joaquim Teixeira Peixoto	Pernambuco	Leis
Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque	Pernambuco	Leis
Joaquim Teodoro de Sousa Soares	Bahia	Matemática, Filosofia, Leis
Joaquim Vieira da Cunha	Rio Grande do Sul	Matemática, Filosofia, Leis
Joaquim Vieira da Silva e Sousa	Maranhão	Leis
Jorge Gromwell Guilhon	Maranhão, São Luís	Filosofia, Matemática
José Álvares de Carvalho	Maranhão, São Luís	Filosofia
José Álvares Pereira	Bahia	Leis
José Alves Carneiro	Rio de Janeiro, Parati	Leis
José António da Cruz Pimenta Bueno	Santos	Matemática, Filosofia, Medicina
José António de Sequeira	Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes	Leis
José Ascenso da Costa Ferreira Ribeiro Lima	Maranhão, Alcântara	Matemática, Filosofia
José Bernardino Baptista Pereira de Almeida	Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes	Leis
José Bonifácio de Araújo e Azambuja	Rio de Janeiro	Leis, Filosofia, Cânones
José Caetano Alberto e Sá	Minas Gerais, Sabará	Filosofia, Matemática, Medicina
José Caetano Pinto	Rio de Janeiro	Leis
José Cândido da Silva	Maranhão	Colégio das Artes, Matemática
José Carlos Pereira de Almeida Torres	Bahia	Leis
José Carneiro Carvalho Cunha	Pernambuco	Filosofia
José Cesário de Miranda Ribeiro	Vila Rica	Leis
José Correia Pacheco da Silva	São Paulo, Itu	Leis

José da Costa Carvalho Júnior	Bahia, Penha de Itapagipe	Leis
José da Cruz Ferreira	Rio de Janeiro	Matemática, Leis
José da Fonseca Freitas	Pará	Cânones, Leis
José da Natividade Saldanha	Recife	Leis
José de Araújo Ribeiro	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Leis
José de Assis Mascarenhas	Goiás, Vila Boa	Cânones
José de Meneses Vasconcelos Drumond	Rio de Janeiro	Leis
José dos Santos da Silveira	Maranhão	Matemática, Filosofia, Leis
José Elói Pessoa da Silva	Bahia	Matemática, Filosofia
José Emídio dos Santos Tourinho	Bahia, Jaguaripe	Leis
José Félix Pereira de Burgos	Maranhão	Matemática, Filosofia
José Fernandes da Silva Freire	Bahia	Matemática, Filosofia, Teologia
José Florentino de Figueiredo Rocha	Bahia, São Félix	Filosofia
José Francisco de Carvalho	Bahia	Matemática, Filosofia, Medicina
José Francisco de Paula	Pernambuco	Matemática, Filosofia, Leis
José Francisco do Amaral	Rio de Janeiro	Leis
José Francisco Leal	Rio de Janeiro	Cânones
José Garcia do Amaral	Pernambuco	Matemática, Filosofia, Medicina
José Hipólito da Costa Lins	Paraíba, Vila Real do Brejo de Areia	Matemática, Filosofia
José Joaquim Fernandes da Silva Torres	Mariana	Matemática, Filosofia
José Libânio de Sousa	Bahia	Leis
José Lino dos Santos Coutinho	Bahia	Matemática, Filosofia, Medicina
José Lisardo Nápoles	Bahia	Matemática
José Lopes Vieira Brandão	Bahia	Colégio das Artes
José Luís da Rocha e Silva	Bahia	Matemática, Filosofia, Leis
José Marcondes de Toledo	Rio de Janeiro	Colégio das Artes, Filosofia, Matemática
José Maria de Sales Gameiro de Mendonça Pessanha	Rio de Janeiro	Leis
José Maria Monteiro de Barros	Bahia	Leis
José Maria Vieira da Rocha	Bahia	Cânones
José Mariani Júnior	Pernambuco, Barra do Rio Grande	Leis
José Mariano Correia de Azevedo Coutinho	Maranhão, Alcântara	Leis
José Moreira de Pinho	Bahia, Santo Amaro	Filosofia, Leis
José Nunes Barbosa Madureira Cabral	Bahia, Sergipe	Leis
José Paulo de Figueiroa Nabuco de Araújo	Pará, Belém	Leis

José Pereira Lima	Bahia	Filosofia
José Pereira Lopes da Silva e Carvalho	Bahia	Leis
José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada	São Paulo, Santos	Leis
José Saturnino da Costa Pereira	Rio Grande do Sul	Matemática
José Tavares Gomes	Pernambuco	Matemática, Filosofia
José Valentim de Oliveira Gama	Vila Rica	Matemática, Filosofia, Medicina
José Vicente dos Reis Viana	Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes	Matemática
José Vicente Freire e Bruce	Maranhão	Leis
José Vieira de Faria	Bahia	Matemática, Filosofia
José Vieira de Matos	Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes	Cânones
José Vilela de Barros	Rio de Janeiro	Filosofia, Matemática
Julião Fernandes de Vasconcelos Pósse	Pará, Belém	Leis
Leandro do Sacramento	Recife	Matemática, Filosofia
Leocádio Ferreira de Gouveia Pimentel Beleza	Maranhão	Leis
Leonel Fernandes Leal	Maranhão	Leis
Lourenço Belfort	Maranhão	Matemática, Filosofia, Medicina
Lourenço José Ribeiro	Minas Gerais, São João del Rei	Leis
Lucas da Rocha Mascarenhas	Bahia	Colégio das Artes
Lúcio Soares Teixeira de Gouveia	Minas Gerais, Mariana	Leis
Luís Álvares de Andrade	Rio de Janeiro	Leis
Luís Ângelo Vitório do Nascimento Crespo	Bahia	Leis
Luis António Barbosa de Oliveira	Bahia	Leis
Luís António Barbosa de Oliveira	Bahia	Colégio das Artes
Luís Barroso Pereira	Minas Gerais, Tejuco	Colégio das Artes
Luis de Paula Furtado de Castro do Rio de Mendonça	Minas Gerais, Vila Rica	Leis
Luís Fernandes Alvarenga	Minas Gerais	Medicina
Luis Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque	Pernambuco	Leis
Luis José Correia de Sá	Rio de Janeiro	Filosofia, Cânones
Luís José de Oliveira	Bahia	Matemática, Filosofia, Leis
Luis José Fernandes de Oliveira	São Paulo, Piracicaba, Sabará	Leis
Luis Manuel de Oliveira Mendes e Almeida	Bahia	Matemática, Filosofia
Luís Martins Basto	Rio de Janeiro	Cânones
Luis Paulo de Araújo Bastos	Rio de Janeiro	Cânones
Luis Pedreira do Couto Ferraz	Goiás	Leis
Luís Rodrigues Vilares	São Paulo	Leis

Luis Soares da Silveira	Pernambuco, Bananeiras	Cânones
Manuel Alves Branco	Bahia, Maragogipe	Matemática, Filosofia, Leis
Manuel António da Rocha Faria	Pernambuco, Goiana	Leis
Manuel António Galvão	Bahia	Leis
Manuel Bernardino de Sousa e Figueiredo	Bahia, Cairu	Leis
Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque	Pernambuco	Leis
Manuel Caetano Soares de Sousa	Recife	Leis, Cânones
Manuel Cerqueira Lima	Bahia	Leis
Manuel de Almeida Vasconcelos	Bahia	Matemática
Manuel de Araújo Lemos	Bahia, Santo António de Vila Nova	Matemática, Filosofia, Medicina
Manuel de Assis Mascarenhas	Goiás	Leis
Manuel dos Santos Martins Velasques	Bahia	Leis
Manuel Felizardo de Sousa	Rio de Janeiro	Matemática, Filosofia
Manuel Filipe de Moura Cabral	Ceará, Aracati	Leis
Manuel Francisco da Silva	Minas Gerais, "Vila do Príncipe"	Cânones
Manuel Francisco de Paula Cavalcanti	Pernambuco	Matemática
Manuel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque	Pernambuco	Matemática, Filosofia
Manuel Francisco Leal	Rio de Janeiro	Filosofia, Matemática
Manuel Gomes da Fonseca	Minas Gerais, Vila Rica, Itaberaba	Matemática, Filosofia, Medicina
Manuel Inácio Cavalcante de Lacerda	Pernambuco	Leis
Manuel Inácio de Carvalho	Pernambuco	Teologia
Manuel José Cardoso Júnior	Bahia	Cânones
Manuel José da Silva Porto	Bahia	Cânones
Manuel José de Albuquerque	Bahia	Matemática, Filosofia
Manuel José de Araújo	Pernambuco	Matemática
Manuel José de Araújo Franco	Bahia	Leis
Manuel José de Faria	Bahia	Leis
Manuel José dos Santos Júnior	Bahia	Leis
Manuel José Estrela	Bahia	Matemática, Filosofia
Manuel José Pinto	Bahia	Matemática, Filosofia
Manuel José Teixeira de Sá	Bahia, Cachoeira	Filosofia, Leis
Manuel Leite de Faria	Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes	Leis
Manuel Luciano de Magalhães Abreu Figueiredo	Rio de Janeiro	Leis
Manuel Machado Nunes	Rio de Janeiro	Cânones

Manuel Martins Bandeira	Rio de Janeiro	Matemática, Filosofia
Manuel Messias de Leão	Bahia	Leis
Manuel Monteiro de Barros	Minas Gerais, Vila Rica	Matemática, Leis
Manuel Moreira de Sousa Meireles	Rio de Janeiro	Cânones
Manuel Odorico Mendes da Cunha	Maranhão	Filosofia, Matemática
Manuel Paranhos da Silva Veloso	Rio Grande do Sul, Vila do Rio Pardo	Filosofia, Leis
Manuel Pedro de Morais Mayer	Pernambuco	Leis
Manuel Pereira da Cunha	Maranhão	Matemática, Filosofia, Medicina
Manuel Pinto Ribeiro	Espírito Santo	Matemática, Filosofia, Leis
Manuel Policarpo Viana	Pernambuco	Matemática, Leis
Manuel Ribeiro de Miranda	Minas Gerais, Sabará	Matemática, Filosofia, Medicina
Manuel Rodrigues Vilares	São Paulo	Leis
Manuel Teles da Silva Lobo	Bahia, São Domingos do Sabará	Leis
Marcelino José Cardoso	Pará	Matemática, Filosofia, Medicina
Marcos António Rodrigues Martins	Pará	Matemática
Mariano José de Brito Lima	Rio de Janeiro	Matemática, Filosofia, Leis
Martiniano da Rocha Bastos	Bahia	Leis
Matias Carneiro Leão	Pernambuco	Matemática, Filosofia, Medicina
Miguel de Sales Gameiro de Mendonça Pessanha	Rio de Janeiro	Leis
Miguel de Sousa Borges Leal	Maranhão, Campo Maior	Leis
Miguel Eugénio Monteiro de Barros	Minas Gerais, Congonhas do Campo	Filosofia, Leis
Miguel Joaquim de Castro	Bahia, Santo Amaro	Leis, Cânones
Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva	Pernambuco, "Vila de Alagoa"	Leis, Cânones
Miquel Calmon Du Pin e Almeida	Bahia, Santo Amaro	Leis
Narciso José de Almeida Guatimorim	Bahia	Leis
Nicolau da Silva Lisboa	Bahia	Leis
Nuno Álvares Pereira	Bahia	Cânones
Nuno Pereira de Lócio Seibliz	Pernambuco	Filosofia, Leis
Ovídio de Carvalho e Silva	Piauí, Parnaíba	Leis
Patrício José de Almeida	Maranhão, Alcântara	Filosofia, Cânones
Pedro Alexandrino Ribeiro Moreira	Bahia	Leis
Pedro Cerqueira Lima	Bahia	Leis
Pedro de Araújo Lima	Pernambuco, Serinhaém	Cânones
Pedro de Sousa dos Santos	Pernambuco	Colégio das Artes
Pedro de Sousa dos Santos Tenório	Pernambuco	Matemática, Filosofia

Pedro de Sousa Santos	Pernambuco	Colégio das Artes
Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque	Pernambuco, Jabotão	Matemática, Filosofia
Pedro Gomes Machado Júnior	Goiás	Leis
Pedro Henriques de Almeida Seabra	Pará	Matemática, Filosofia
Pedro José César de Meneses	Pernambuco	Leis
Prudêncio Giraldes Tavares Cabral	Mato Grosso, Cuiabá	Leis
Prudêncio José de Sousa Brito	Bahia	Filosofia, Matemática, Medicina
Raimundo Filipe Lobato	Maranhão, Alcântara	Leis, Cânones
Raimundo Pedro da Silva e Cunha	Maranhão	Matemática
Rodrigo António Monteiro de Barros	Minas Gerais, Congonhas do Campo	Leis
Rodrigo de Sousa da Silva Pontes Malheiro	Bahia	Leis
Sabino Ribeiro de Oliveira	Bahia	Filosofia
Sátiro Mariano Leitão	Maranhão	Matemática, Filosofia
Saturnino de Sousa e Oliveira	Rio de Janeiro	Leis
Sebastião da Câmara Rodrigues Sete	Mariana	Leis
Sebastião do Rego Barros	Pernambuco	Filosofia, Matemática
Sebastião Gomes da Silva Belfort	Maranhão	Leis
Serafim de Oliveira Cardoso e Moura Marinho	Rio de Janeiro, Magé	Filosofia, Cânones
Severo Amorim do Vale	Bahia	Leis
Simpliciano Frederico da Costa Ferreira	Bahia	Leis
Simplício António Mavignier	Pernambuco	Matemática, Filosofia, Medicina
Teodoro Praxedes Fróis	Bahia	Leis
Tibúrcio Valeriano da Silva Tavares	Bahia	Leis
Tito Alexandre Cardoso de Melo	Bahia	Leis
Tomás António Maciel Monteiro	Pernambuco	Matemática, Filosofia, Cânones
Tomás Maria da Conceição	Paraíba	Teologia
Tomás Xavier Garcia de Almeida e Castro	Pernambuco, Rio Grande do Norte	Leis
Tristão Martinho de Almeida	Goiás, Vila Boa	Cânones
Vicente Ferreira de Magalhães	Bahia	Filosofia, Matemática
Vital Raimundo da Costa Pinheiro	Maranhão, Alcântara	Filosofia, Matemática, Leis

N.º 7º Diogo Pereira de
de Jose de Macedo
de Lamego.
foi admittido á Matricula deste C
2 dias do mez de Outubro de
to Anno, e os mais que juntou
De que se fez este Termo, que
Diogo Pereira de

N.º 8º Franc.º Aires da
de Lorenço de Gam
de Rijo de Janeiro.
foi admittido á Matricula deste C
2 dias do mez de Outubro d
to Anno, e os mais que juntou
De que se fez este Termo, que

Bibliografia

ALCIDES, Sérgio — O lado B do neoclassicismo Luso-Brasileiro: patriotismo e poesia no "poderoso império". In: Kury, L. (org.) - *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)* [recurso em linha]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 103-140. ISBN: 978-85-7541-603-7. Disponível em: doi: 10.7476/9788575416037.005.

ALMEIDA, Miguel Vale de — *Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta Editora, 2000.

ANCSÓ, István, PIMENTA, João Paulo Garrido — Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Rev. de História das Ideias*. Coimbra, vol. 21 (2000). p. 389-440. Também in: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) - *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo: SESC São Paulo, 2000. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316.2/41754.

ARAÚJO, Ana Cristina — Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo. In: Araújo, Ana Cristina. (Coord.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p. 9-40.

AZEVEDO, Pedro de — O primeiro livro impresso no Brasil: censo e validação dos exemplares conhecidos: a *case study*. In: ANDRADE, António Manuel Lopes - *Do manuscrito ao livro impresso, vol. 1*. Aveiro: UA Ed. ; Coimbra: IUC, 2019. p. 91-135. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316.2/46166

BANDEIRA, Ana Maria Leitão — "Mano muito do meu coração…": reconstituição do arquivo pessoal de D. Francisco de Lemos e transcrição das cartas de seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (1775-1779). *Bol. do Arquivo da Univ. de Coimbra*, 30 (2017). p. 35-160. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2182-7974_30_2

BANDEIRA, Ana Maria Leitão; PITA, João Rui Rocha — As primeiras mulheres farmacêuticas na Universidade de Coimbra. *Kalliope. De medicina*, 3 (1990), p. 21-28.

BANDEIRA, Manuel — *Apresentação da poesia brasileira: seguida de uma pequena antologia*. Rio de Janeiro: CEB, 1946.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Nacional — *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

BRASIL. Presidência da República, Departamento Administrativo do Serviço Público — *Visita do Presidente João Café Filho a Portugal*. [Rio de Janeiro]: Serviço de Documentação do D.A.S.P., 1955. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/cafe-filho/cafe-filho-visita-a-portugal-1955

CATROGA, Fernando — *A geografia dos afectos pátrios: as reformas político-administrativas (séc. XIX-XX)*. Coimbra: Almedina, 2013. ISBN: 978-972-40-5076-8.

CENTAZZI, Guilherme — *O estudante de Coimbra ou relampago da historia portugueza desde 1826 ate 1838, tomo 1º*. Lisboa: Typographia de Antonio Jose da Rocha, 1840.

CONGRESSO PORTUGAL-BRASIL, Coimbra, 1999 — *De Tiradentes às escadas de Minerva: exposição biográfica e bibliográfica*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1999.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da, PEREIRA, Magnus Roberto de Mello — Ciência, identidade e quotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. *Rev. de Hist. da Sociedade e da Cultura*. ISSN: 1645-2259. Coimbra, 9 (2009). p. 205-228. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39583/1/Ciencia%2C%20identidade%20e%20quotidiano.pdf

CULTURAS cruzadas em português: redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil, séc. XIX e XX) / [coordenação Cristina Montalvão Sarmento, Lúcia Maria Paschoal de Guimarães] ; [textos Ana Filipa Guardião ... et al.]. Coimbra: Almedina, 2010-2015. 3 vols.

ESCOLA Anatómica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro [recurso em linha]. In: *Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm

FERNANDES, António Carlos Sequeira, HENRIQUES, Deise Dias Rêgo — *José da Costa Azevedo e Custódio Alves Serrão* [documento eletrónico]: *da formação na Universidade de Coimbra à importante atuação na estruturação do museu Nacional no Brasil*. In: Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências. Coimbra, 2011 - História da ciência luso-brasileira: Coimbra entre Portugal e o Brasil. Coimbra: IUC, 2013. p. 1018-1031. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316.2/38436

FERRO, Manuel — Contributo(s) para a formação de uma identidade: Brasileiros na Universidade de Coimbra. *Rua Larga*. Coimbra, nº 21 (jul. 2008). p. 42-44. Disponível em: https://www.uc.pt/rualarga/anteriores/RL21/21_16/print

FIOLHAIS, Carlos, e outros — *Bartolomeu Lourenço de Gusmão: o padre inventor*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial: EDUERJ, 2011 (Brasiliana da Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra ; 1).

FONSECA, Fernando Taveira da — Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850). *Rev. Port. de Hist*ória. Coimbra, tomo XXXIII, (1999). p. 527-559.

FONSECA, Quirino da — *Um drama no sertão*: *vulgarização de episódios coloniais: tentativa da travessia de África, em 1798*. Famalicão: Tip. Minerva, 1936.

FRANCO, Evelise Groppi — *Envolvimento e adaptação académica e psicossocial dos estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra*. Coimbra: [s.n.], 2016.

GALVÃO, Rafael Ribas, Sergio Odilon Nadalin — Bastardia e ilegitimidade: murmúrios dos testemunhos paroquiais durante os séculos XVIII e XIX. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000, Caxambú, MG. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2000.

GUERRA, François-Xavier — A nação na América Espanhola. A questão das origens. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1 (1999/2000), p. 9-30.

LIMA, Péricles Pedrosa — *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822*. Lisboa: [s. n.], 2009. Tese de mestrado, História dos Descobrimentos e da Expansão, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/514

LITERATURA (A) Brasileira na Universidade de Coimbra. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.) — *Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências, nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: FAPERJ – Quartet, 2009, p. 21-47.

MEMÓRIA, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro / org. Jacqueline Hermann, Francisca L. Nogueira de Azevedo, Fernando Catroga. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MORAIS, Francisco — *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relativos ao Brasil: extractos do catálogo de manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras, 1941.

MORAIS, Francisco — *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil*. Coimbra: [s. n.], 1949. Suplemento ao vol. 4 de Brasília.

Notícias históricas de Portugal e Brasil. Coimbra: [Biblioteca Geral da Universidade], 1961-1964 (Coimbra: Coimbra Editora). 2 vol.

NUNES, Cristiana Abreu — *Coimbra brasileira: proposta para um itinerário*. Coimbra: FLUC, 2011. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural da FLUC. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17963/1/Coimbra%20Brasileira_Proposta%20para%20um%20Itiner%c3%a1rio.pdf

PESSOA, Fernando; GALHOZ, Maria Aliete (ed.) — *Fernando Pessoa: obras em prosa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1974.

PINTO, Manuel de Sousa — *Gonçalves Dias em Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, 1931. Conferência feita no Curso de Férias da Fac. de Letras de Coimbra, a 12 de agosto de 1930.

RAMIRO JÚNIOR, Luiz Carlos — José da Silva Lisboa, visconde de Cairu (1756-1835) [recurso em linha]. In: *200 anos da Independência*. 20 ago. 2020. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/artigos/fundadores-do-brasil-jose-da-silva-lisboa-visconde-de-cairu-1756-1835/

RELAÇÕES luso-brasileiras / [Conselho ed. A. Gomes da Costa... [et al.] ; org. Aníbal Bragança... [et al.]. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Centro de Estudos. Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras, 2002.

REGO, António da Silva, 1905-1986 — *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966.

RODRIGUES, Ernesto, ed. — *A corte luso-brasileira no jornalismo português: (1807-1821)*. Lisboa: [Ed. do aut.], 2008.

ROQUE, João Lourenço — Coimbra na 2ª metade do século XIX: Estudantes e sociabilidade urbana (alguns aspectos). In: Universidade(s), História. Memória. Perspectivas, Congresso História da Universidade, 7º Centenário, *Actas 3*. Coimbra: Ediliber, 1991. p. 257-275.

SANTOS, Luis Gonçalves dos — *Memorias para servir à historia do reino do Brazil divididas em tres epocas da felicidade, honra e gloria, escriptas na Corte do Rio de Janeiro no anno de 1821...* Lisboa: Impressão Régia, 1825. 2 vol.

SCHWARTZ, Stuart B. — A formação de uma identidade colonial no Brasil. In: SCHWARTZ, Stuart B - *Da América portuguesa ao Brasil*. Lisboa: Difel, 2003. p. 217-272.

SILVA, Daniel Afonso da — O 13 de abril de 1831: a Bahia de Cipriano Barata e o Brasil de D. Pedro I no final do primeiro reinado. *Análise social*. Lisboa. ISSN 0003-2573. vol. 51, n.º 218 (1.º trim. 2016), p. 146-168. Disponível em: http://analise-social.ics.ul.pt/documentos/AS_218_art06.pdf

SILVA, Maria Beatriz Nizza da — *A repercussão da Revolução de 1820 no Brasil: eventos e ideologias*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Univ. de Coimbra, 1979. Sep. de: Rev. de História das Ideias. Coimbra, vol. 2 (1978-1979). p. 1-52. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/43954/1/A_repercussao_da_revolucao_de_1820.pdf?ln=pt-pt

SILVESTRE, Osvaldo Manuel — *Sobre o IEB* [em linha]. In: Universidade de Coimbra - Instituto de Estudos Brasileiros. Disponível em: http://www.ieb.uc.pt/?page_id=16

SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas — Entre nobres e revolucionários: a Assembleia Constituinte de 1823 e o paradoxal nascimento da elite política imperial. In *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília: UnB, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502818159_ARQUIVO_Anpuh-2017-TextoElaineSodre-Versaofinal.pdf

SOUSA, Otávio Tarquínio de — *História dos Fundadores do Império do Brasil: vol. I: José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal, 2015 (Ed. do Senado Federal; 208).

SOVERAL, Manuel Abranches de — *Leitão* [recurso em linha]: origens e ascendências do paço de Figueiredo das Donas. In: *História – Genealogia*. versão de 1999. Disponível em: https://www.soveral.info/mas/Leitao.htm

TEIXEIRA, Anísio — *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/index.html

TOPA, Francisco José de Jesus — Cláudio Grugel do Amaral e Frei Bernardo de Brito: sentidos da paródia. *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*. v. 29, nº 3 (2020). Disponível em:: https://doi.org/10.17851/2358-9787.29.3.19-35.

TOPA, Francisco José de Jesus — Nas origens da literatura brasileira: um poeta luso-brasileiro desconhecido. *Navegações*. Porto Alegre, vol. 4, nº 2 (jul./dez. 2011) p. 167-171. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277030756

TORGAL, Luís Reis — Quid Petis?: os "Doutoramentos" na Universidade de Coimbra. *Rev. de História das Ideias*. Coimbra, vol. 15 (1993). Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-8925_15_8

TORGAL, Luís Reis — Universidade, conservadorismo e dinâmica de mudança nos primórdios do liberalismo em Portugal. *Rev. de História das Ideias*. vol. 12 (1990), p. 129-219. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/42883

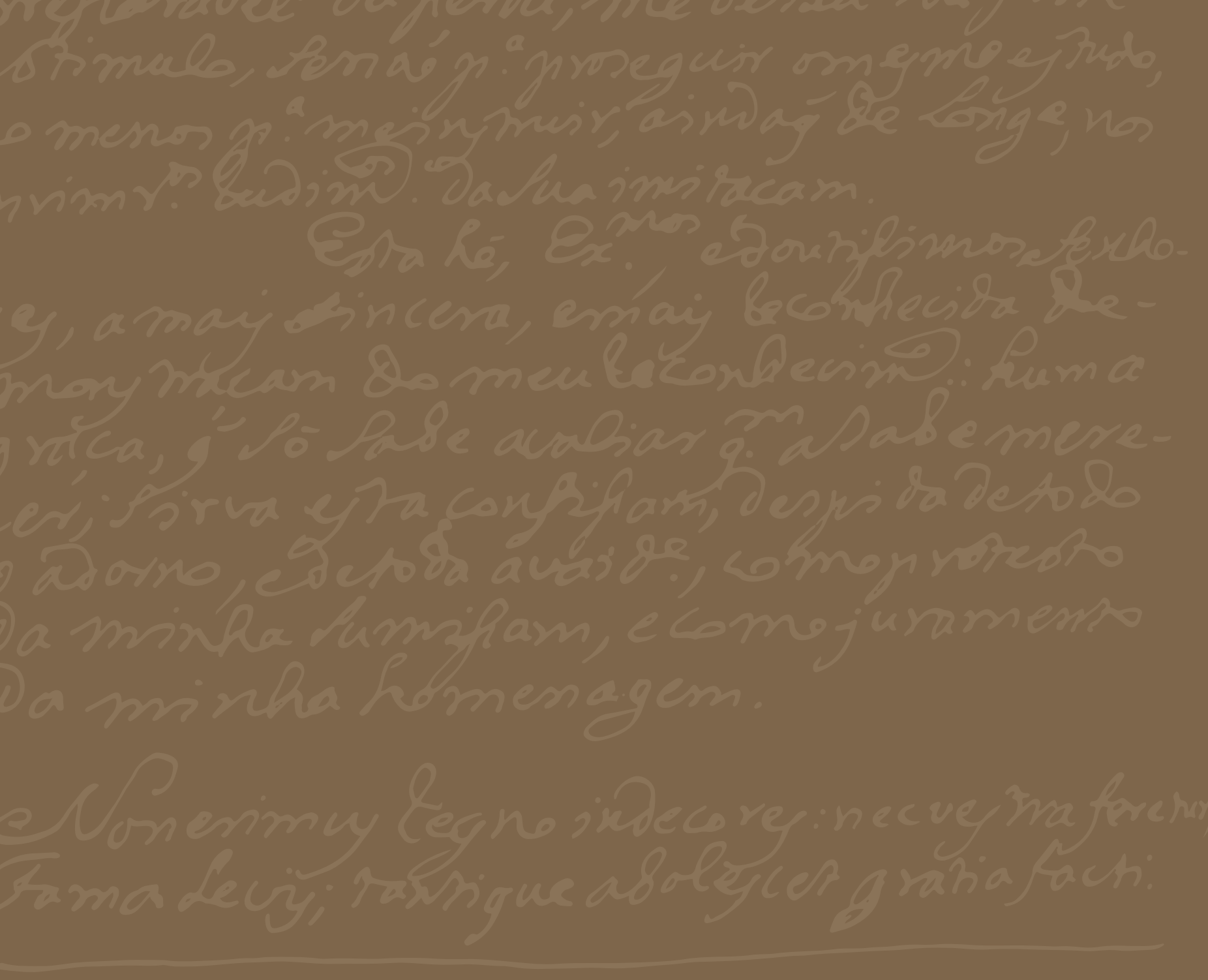
TUNA, Gustavo Henrique — A construção de diferenças: Silva Alvarenga (1749-1814) e os limites de sua condição de fiel vassalo de Sua Majestade. *História* [recurso em linha] São Paulo, vol. 36 (2017) ISSN 1980-4369. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/his/v36/1980-4369-his-36-e25.pdf

VAQUINHAS, Irene; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — Os estudantes da Universidade de Coimbra da reforma pombalina à implantação da República, 1772-1910. *Ler Historia*, nº 76 (jun. 2020), p. 55-79. Disponível em: https://journals.openedition.org/lerhistoria/6642

VASCONCELOS, Ignacio Accioli de — *Memória statística da Província do Espírito Santo escrita no anno de 1828* [polic.]. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/sndt9287-1.pdf

VERDELHO, Telmo — *As palavras e as ideias na revolução liberal de 1820*. Coimbra: INIC, 1981 (Textos de línguística ; 5).

VIANA, Hélio, 1908-1972 — *Um famoso panfleto de 1821*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1964. Sep. de: Revista do livro, nº 26 (set. 1964).



1 2 9 0

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS